

BRUNA CAROLINA DE ALMEIDA PINTO

**ENTRE “SOBRADOS, LOJAS E FUNCOS”:
memória, identidade e representação literária na trilogia romanesca de
Henrique Teixeira de Sousa.**

**ASSIS
2014**

BRUNA CAROLINA DE ALMEIDA PINTO

**ENTRE “*SOBRADOS, LOJAS E FUNCOS*”:
memória, identidade e representação literária na trilogia romanesca de
Henrique Teixeira de Sousa.**

Dissertação apresentada à Faculdade
de Ciências e Letras de Assis – UNESP
– Universidade Estadual Paulista para
obtenção do título de Mestre em Letras
(Área de Conhecimento: Literatura e
Vida Social)

Orientador: Dr. Rubens Pereira dos
Santos

ASSIS
2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca da F.C.L. – Assis – UNESP

P659e	<p>Pinto, Bruna Carolina de Almeida</p> <p>Entre “sobrados, lojas e funcos”: memória, identidade e representação literária na trilogia romanesca de Henrique Teixeira de Sousa / Bruna Carolina de Almeida Pinto. - Assis, 2014</p> <p>130 f.</p> <p>Dissertação de Mestrado – Faculdade de Ciências e Letras de Assis - Universidade Estadual Paulista.</p> <p>Orientador: Dr. Rubens Pereira dos Santos</p> <p>1. Literatura cabo-verdiana. 2. Sousa, Henrique Teixeira de, 1919 - 2006. 3. Identidade social. 4. Memória coletiva. I. Título.</p> <p>CDD 869.3</p>
-------	---

Ao meu marido, Wesley,
pelo exemplo de
competência e humildade,
por todo apoio, amor e
companheirismo de todas as
horas.

AGRADECIMENTOS

Tantos são os caminhos que nos levam a cruzar com pessoas e instituições que se tornam importantes ao longo de uma pesquisa, por isso, se porventura me esquecer de alguém, peço que me desculpem.

Em primeiro lugar, agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. Rubens Pereira dos Santos, a quem dedico grande amizade e admiração, que desde 2009 me acompanha na intensa empreitada da pesquisa, sempre acessível e acolhedor, com imenso respeito e paciência pelas ideias muitas vezes ingênuas que tilintam em nossas cabecinhas de aprendiz.

À FAPESP pelo financiamento das bolsas de Iniciação Científica e de Mestrado, pelos sempre atenciosos pareceres que contribuíram em muito para a boa execução deste trabalho.

Aos funcionários da biblioteca “Acácio José Santa Rosa” e da Pós-Graduação da UNESP/Assis por toda a atenção e comprometimento que dedicam ao atender os alunos e pesquisadores do campus. E em especial, à Roseli Pinheiro Santilli, secretária do Departamento de Literatura, por acolher-nos nas horas de grandes desesperos, incansável e solícita.

Ao Márcio Carvalho, do Escritório de Pesquisa, a quem muitas vezes recorri nesse período e em todas fui atenciosamente atendida por ele em sua infinita paciência.

Às professoras Dr^a. Sandra Aparecida Ferreira e Dr^a. Susana Ramos Ventura pela atenção e cuidado com que consideraram este trabalho, a propósito do Exame de qualificação. Agradeço em especial às sugestões e críticas que me ajudaram a preencher alguns desses que podem ser os vazios mais evidentes.

Agradeço imensamente as curtas conversas com Joaquim Saial (Portugal) que me cedeu um pequeno, mas crucial, testemunho sobre o doutor Henrique Teixeira de Sousa e também outros arquivos que me foram úteis e contribuíram amplamente para o resultado final desta pesquisa.

Aos meus colegas e amigos que sempre me motivaram e com os quais muitas vezes me perdi no tempo em colóquios prazerosos sobre literatura, enfim, sobre o mundo acadêmico e outras aventuras: Adriana Marcon, Ana Maria Lange Gomes, Clauber Ribeiro Cruz, Daniela de Oliveira Lima, Rafael de Souza Alves, Patrícia

Aparecida Gonçalves de Faria, em ordem alfabética por não haver melhor modo de conjugá-los.

Agradeço ao companheirismo, às conversas, à cumplicidade e ao carinho de meu marido que me inspirou a nunca desistir e sempre ir além, mesmo quando parece não haver mais nada adiante.

Agradeço, por fim, à minha família e amigos que tiveram, em muitos momentos, que abdicar de minha presença no decorrer desta pesquisa.

A todos que de alguma forma me fizeram trocar as vírgulas e mudar os pontos, obrigada!

*Ah, memória, inimiga mortal do meu
repouso!*

(Miguel de Cervantes)

PINTO, Bruna Carolina de Almeida. **Entre “sobrados, lojas e funcos”: memória, identidade e representação literária na trilogia romanesca de Henrique Teixeira de Sousa**. 2014. 130 f. Dissertação (Mestrado em Letras). – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2014.

RESUMO

Pretendemos com este trabalho analisar a trilogia de romances *Ilhéu de Contenda* (1978), *Xaguate* (1987) e *Na Ribeira de Deus* (1992), de Henrique Teixeira de Sousa, de modo a observar as suas estratégias de composição do texto literário articuladas em torno de uma mesma ambientação: a ilha do Fogo, do arquipélago de Cabo Verde. A observação das obras visou extrair elementos da cotidianidade comum e espontânea dos seus interlocutores, bem como, a recomposição do ambiente circunscrito em cada fase narrativa, verificando assim, a autenticidade da composição desses textos enquanto trilogia. A ênfase no caráter memorialista das obras estudadas, em que se apresentam em total concordância com o conjunto da ficção de Henrique Teixeira de Sousa, pretendeu valorizar e enfatizar o estilo de escrita do autor e a sua abordagem de temas comuns à literatura caboverdiana.

Palavras-chave: Literatura Caboverdiana; Trilogia; Memória; Identidade; Henrique Teixeira de Sousa.

PINTO, Bruna Carolina de Almeida. **Between “two story house, stores and funcos: memory, identity and literary representation at the romanesque trilogy of Henrique Teixeira de Sousa.** 2014. 130 f. Dissertation (Master degree in literature). – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2014.

ABSTRACT

We intend with this work to analyse the trilogy of novels *Ilhéu de Contenda* (1978), *Xaguate* (1987) e *Na Ribeira de Deus* (1992), by Henrique Teixeira de Sousa, in order to observe some of their compositional strategies of literary texts articulated around the same setting: the island of Fogo, of the cape verdean's archipelago. The observation of works aimed at extracting the common elements and spontaneous everydayness of their interlocutors, as well as the recomposition of the environment circumscribed narrative in each phase, thus verifying the authenticity of the composition of these text as a trilogy. The emphasis on character memoirist of works studied, which are in total agreement with all of fiction Henrique Teixeira de Sousa, intended appreciate and emphasize the writing style of the author and their common approach to Cape Verdean literature themes.

Keywords: Cape Verdean Literature; Henrique Teixeira de Sousa; Trilogy; Social Identity; Colective Memory.

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	11
O homem, o médico, o escritor: breves notas biográficas.....	11
A trilogia dos “sobrados, lojas e funcos”	16
CAPÍTULO 1	21
A CRONOLOGIA INTERNA DA TRILOGIA E O PROCESSO HISTÓRICO NARRADO	21
1. <i>Na Ribeira de Deus</i> (1992).....	24
2. <i>Ilhéu de Contenda</i> (1978).....	30
3. <i>Xaquate</i> (1987)	37
4. O inventário econômico realizado por Teixeira de Sousa.	45
CAPÍTULO 2	49
A MEMÓRIA E A IDENTIDADE SOCIAL: NEGOCIAÇÃO E (RE)INVENÇÃO... ..	49
1. Memória e discursos sociais/históricos de uma sociedade tripartida	51
1.1. Formas de pertencimento e exclusão social: o discurso religioso <i>Na Ribeira de Deus</i>	53
1.2. Formas de pertencimento e exclusão social: a memória e o discurso legitimador em <i>Ilhéu de Contenda</i>	65
1.3. Formas de pertencimento e exclusão em <i>Xaquate</i>	73
CAPÍTULO 3	83
O PROCESSO DIALÉTICO DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL.	83
1. A autoridade de mando e a violência institucional e simbólica versus a elevação moral e intelectual dos mestiços e negros pelo privilégio do saber <i>Na Ribeira de Deus</i>	86
2. As subjetivações dos conflitos em <i>Ilhéu de Contenda</i> : aspectos da interação social entre brancos e mestiços	91
3. Tradição e “Tradução” em <i>Xaquate</i>	102
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	112
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	114
ANEXOS.....	118

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O homem, o médico, o escritor: breves notas biográficas

Henrique Teixeira de Sousa nasceu a 6 de setembro de 1919, em São Lourenço (ilha do Fogo, Cabo Verde) e morreu, aos 86 anos de idade, a 3 de março de 2006, em Oeiras (subúrbio de Lisboa, Portugal), vítima de um brutal atropelamento que inesperadamente ceifou-lhe a vida. Esse fato marcou ainda mais a sua relação com a personagem de *Ilhéu de Contenda*, o doutor Vicente Spencer, apontado por José Luís Hopffer Almada¹ como o seu alter-ego, um médico e cidadão engajado pelas questões de Cabo Verde, cujo óbito ficcional vem a ser o mesmo de seu criador.

Filho do capitão de marinha mercante João Lúcio de Sousa (1892-1958)², o “Capitão John”, e de Laura Martins Teixeira (1890-?), mais conhecida como Nha Nené, teve apenas um irmão, Orlando Teixeira de Sousa (1921-). Casou-se com a professora de ensino secundário Hermengarda Julieta Barbosa Henriques (1925-1965), com quem teve cinco filhos: Maria Margarida Teixeira de Sousa (1947-), João Filipe Henriques Teixeira de Sousa (1948-), Henrique de Jesus Henriques Teixeira de Sousa (1951-), Aníbal Orlando Henriques Teixeira de Sousa (1953-) e José João Henriques Teixeira de Sousa (1965-). A morte de sua esposa devido a complicações pós-parto foi um fato que, segundo afirma Joaquim Saial, entristeceu toda a ilha: “*porque a senhora era ainda bastante nova e muito bonita, para além de ser esposa de uma pessoa que toda a gente estimava também*”³.

Aos 26 anos de idade, Henrique Teixeira de Sousa licenciou-se em medicina pela Universidade de Lisboa e especializou-se no Porto, em Medicina Tropical e Sanitária. Em 1948 passou a desempenhar a função de Delegado da Saúde na ilha do Fogo, onde fundou a

¹Disponível em <http://www.didinho.org/OFIMDOCAMINHULONGIDEAUGUSTONASCIMENTO.htm> (acesso em 03/02/2014).

² A respeito da figura paterna, Joaquim Saial escreveu um artigo publicado no jornal *Terra Nova*, de Cabo Verde, o qual constará, sob a autorização do autor, nos anexos deste trabalho.

³Testemunho enviado por e-mail que constará em “anexos” em sua versão integral. Joaquim Saial (“Djack”) é amigo de Aníbal (filho de Teixeira de Sousa, residente em Torres Novas, Portugal). É de sua autoria uma das últimas fotos tiradas do doutor Teixeira de Sousa, a propósito do lançamento de seu derradeiro livro **Ó mar de turbidas vagas**, em 14 de dezembro de 2005. É também o autor do discurso fúnebre em memória do autor, que fora velado e cremado em Lisboa e cujas cinzas foram depois mandadas ao Fogo, sua terra natal onde repousam sobre a lápide em formato de pirâmide, uma escultura de Leão Lopes.

maternidade e o hospital locais, trabalhando com afinco pela melhoria no atendimento hospitalar e no controle de doenças como a lepra e a desnutrição infantil.

Entre 1955 e 1956 especializou-se em nutrição na França e foi nomeado, posteriormente, médico-adjunto da missão permanente de Estudo e Combate a Endemias de Cabo Verde, e ainda, foi presidente da comissão de nutrição do arquipélago. Exerceu medicina em São Vicente, onde também desempenhou funções de Presidente da Câmara entre 1959 e 1965. Em 1973 foi nomeado chefe adjunto da Repartição de Saúde e Assistência do Barlavento⁴. Tal como afirma Adriano Miranda Lima, também “*a ele se deve o principal contributo na elaboração de um estudo publicado sob o título ‘Plano de Abastecimento de Cabo Verde em Época de Seca’*.”⁵

A partir de 1975, aos 56 anos, por discordar da situação política em que se encontrava Cabo Verde depois da independência, passou a residir com os filhos em Portugal, onde se tornou membro associado da Sociedade Portuguesa de Escritores-Médicos, continuou com sua produção romanesca ao lado de atividades ensaísticas e críticas publicadas periodicamente em jornais cabo-verdianos (como *Terra Nova* e *A Semana*) e onde também exerceu a medicina particular até a sua morte. Segundo testemunha Joaquim Saial em texto enviado por e-mail, em Portugal, Teixeira de Sousa se casou novamente e teve outros dois filhos:

O Aníbal e os irmãos já tinham vindo estudar para Portugal e o pai aguentou-se até à independência mas depois como passou a haver um governo anti-democrático de partido único veio residir no concelho de Oeiras, pegado a Lisboa. O Teixeira de Sousa e outros tinham preferido uma autonomia alargada mas com ligações fortes a Portugal, em vez de independência (mais ou menos como são hoje Madeira e Açores para Portugal ou as Canárias para a Espanha). Esse foi o motivo essencial da vinda dele para cá e não outro. (...) Em 1992 o país democratizou-se, dando lugar ao multipartidarismo mas já era tarde para ele abdicar da família que aqui constituiu, tendo casado novamente e tendo tido mais dois filhos, acho que gémeos.

Com sua morte repentina, deixou inconcluso o romance de cariz histórico intitulado “São Jorge” e outro lírico, cujo título “Na madrugada dos teus olhos” fora inspirado em um verso de uma morna de Amândio Cabral.

⁴Essas informações foram colhidas aleatoriamente nos seguintes artigos disponíveis para consulta on-line: <http://home.no/tabanka/teixeira.htm> (acesso em 03/02/2014), <http://www.home.no/tabanka/literatureart.htm> (acesso em 03/02/2014), <http://www.barrosbrito.com/4238.html> (acesso em 03/02/2014) e <http://www.publico.pt/cultura/noticia/morreu-o-escriptor-caboverdiano-henrique-teixeira-de-sousa-1249590> (acesso em 03/02/2014).

⁵Texto disponível em: <http://mindelosempre.blogspot.com.br/2011/09/0102-um-texto-de-adriano-miranda-lima.html> (Acesso em 31/01/2014).

O despertar de sua carreira literária se deu aos 17 anos sob o incentivo do seu então professor de português, Baltasar Lopes da Silva, que organizou na ocasião um concurso de contos em que a narrativa de Teixeira de Sousa, cujo título era em crioulo (“Txuba ê k’ê nôs governador” ⁶), foi contemplada com o primeiro lugar. Nesse nascente pendor para a escrita demonstrou ele a sua propensão por misturar o crioulo ao português como matéria de expressão literária, característica recorrente no conjunto de sua obra que transpõe para o plano da escrita, a oralidade particular da formação linguístico-cultural das ilhas. Para além desse aspecto formal, a temática abordada em seu conto inaugural demonstra a sua preocupação com a difícil realidade isleña, quando se trata de articular a sobrevivência nas ilhas à indomitância das chuvas. Tal sensibilidade narrativa proveio – segundo afirmava – além de sua fervorosa alma caboverdiana, do gosto pelas histórias contadas desde a infância pelo caseiro da família, conhecido como Preto:

Não havia rádio nem televisão nessa altura, e eu e o meu irmão sentávamo-nos no quintal a ouvir-lhe contar as histórias que, evidentemente, outras pessoas conheciam. E como ele dava uma ênfase especial àquilo que contava e do seu talento acrescentava muita coisa! Às vezes factos recentes e personagens reais que ele misturava com aquela ficção toda. E, então, apresentava-nos uma “djagasida” ⁷ de ficção saborosíssima. A isso ele chamava “adubar” a história, ou seja, tornava as histórias mais ricas. E foi assim que começou a desenvolver-se na minha imaginação o desejo de um dia ser também um bom contador de histórias. Mas, também, havia a Amélia, nossa empregada doméstica - por acaso, até era nossa parente –, que sabia contar histórias maravilhosas⁸.

Do gosto infantil por ouvir contar uma história nasceria o grande narrador que se verifica em sua ficção. Narrador este que, opostamente ao que constata Walter Benjamin em seu famoso ensaio sobre “O narrador” (1986), a respeito de a ascensão romanesca ter implicado na morte do sujeito e de sua experiência (em virtude do narrador moderno se ver cercado pelo imediatismo das informações, e não mais pela necessidade de conservar a experiência, sendo incapaz de transmitir, como antes, a sabedoria), o que levou, por conseguinte, ao que chamou de “crise da narrativa”. Apesar da séria constatação de Benjamin, tal definição não se encaixa no narrador de Teixeira de Sousa, já que ele ainda é capaz de comunicar experiências, porque a sociedade na qual se inserem suas narrativas se mostra ainda premente dela.

⁶ Quer dizer “A chuva é que é nosso governador”.

⁷ Termo em crioulo designativo de mistura.

⁸ Entrevista concedida em 2005, para *A semana*, disponível em: <http://home.no/tabanka/teixeira.htm> (acesso em 07/01/2013).

Assim, na obra de Henrique Teixeira de Sousa, o narrador tem uma experiência a contar e o seu trabalho dentro da narrativa é lento, progressivo e, mesmo artesanal, pois vai costurando não uma, mas diversas experiências que visam registrar por meio da escrita vivências ainda desconhecidas por figurarem até então, quase que exclusivamente, no âmbito da oralidade.

Além do mais, de um modo geral, pode-se dizer que a comunicação da experiência em sua forma mais primária de sociabilidade – a narração – se apresenta no contexto das literaturas africanas de língua portuguesa como uma forma enérgica e eficaz de desvincular antigos discursos e construir novas perspectivas a respeito do passado. Esta é, de fato, a principal característica que circunda as obras produzidas pelo autor aqui em evidência.

Médico de profissão e escritor por convicção, Teixeira de Sousa se revelou intelectualmente preocupado com as questões sociais, culturais, econômicas e políticas que expunham situações e condições emblemáticas do modo de vida caboverdiano, marcado pelas frequentes secas, pela desigualdade social e, até mesmo, pelo preconceito racial, como insistiu em demonstrar na trilogia que compõe o objeto central deste estudo, bem como, em outros romances, contos e artigos de sua autoria.

Os anos de aprendizagem médica, mas também e principalmente, filosófica e literária em meados de 1940, em Lisboa, contribuíram para a solidificação de sua insuspeita militância. Nesse período, fez parte da Juventude Comunista e foi membro do Partido Comunista Português da sociedade estudantil lisbonense, adquiriu durante a sua formação intelectual de esquerda um posicionamento político que é marca constante de sua atuação tanto na literatura, como à frente de projetos administrativos relacionados à área da saúde pública.

Apesar de se manter ocupado das atividades deliberadas pela medicina, Teixeira de Sousa não abandonou sua carreira literária, embora entrecortada pelo primeiro ofício. Em 1942 começou a escrever o seu primeiro romance, sob o título de “Sobrado”, mas ao reler os dois cadernos já escritos, decidiu rasgá-los e esperar por uma nova oportunidade, que surgiu “simbolicamente” a propósito de um funeral:

Uma ocasião, encontrava-me em São Nicolau de visita, porque a ilha não tinha médico e nós médicos íamos lá de vez em quando ver a situação dos doentes. Numa bela noite, estando eu naquele pequeno quarto do hospital de Ribeira Brava (que então se chamava Enfermaria), à luz das velas, ocorreu-me começar “Ilhéu de Contenda”. Então, sentei-me e escrevi o primeiro capítulo, que é o funeral de Nha Mariquinha, personagem que personifica uma senhora da alta sociedade que então tinha falecido e cujo corpo se encontrava na Igreja, precisamente a 10 de Agosto, dia de São Lourenço, em

que havia muita festa, muitos cavalos, muitos foguetes, muita alegria à volta da Igreja, enquanto decorria a cerimónia religiosa em louvor ao Santo Padroeiro lá dentro. E enquanto o corpo de Nha Mariquinha aguardava o fim da missa para que depois o padre pudesse acompanhá-lo corpo até ao cemitério, porque era Agosto, havia calor e a senhora era assim um bocado nutrida, do caixão começaram a pingar aqueles fluidos pútridos, de um cadáver em decomposição, com um certo cheiro, simbolizando isto a decadência de uma classe que já começava a cair de podre e o início de uma outra, que é a sociedade dos mulatos.⁹

A decadência se tornaria, pois, um dos grandes temas essenciais à compreensão de sua obra. É a partir dela que o seu primeiro romance é introduzido no contexto da moderna literatura caboverdiana, visando apreender os efeitos da dinâmica histórica sobre a sociedade da ilha do Fogo. No decorrer de sua produção ficcional, mediante a reiteração dessa temática ao longo da composição de seus contos e romances, a expressão “sobrados, lojas e funcos”, (enquanto espaços concebidos como representações de uma estrutura social) que também foi tema de um artigo “*em contribuição para o estudo da evolução social da ilha do Fogo*” (CLARIDADE, 1958, p. 2), ganhou uma conotação simbólica passando a denominar, no âmbito literário, a conjuntura social abordada pelo autor em sua obra-prima. Tais espaços de vivências se apresentam, no conjunto de sua obra, entrecortados pela história e pela ficção e enriquecidos por uma forma particular de narrar que se alimenta da memória e da experiência social, individual e coletiva, o que contribuiu para a propagação de uma forma de regionalismo e realismo literário que teve o seu epicentro nos ideais manifestos pela revista *Claridade*¹⁰ e, particularmente, pelo movimento neorrealista português, além do modernismo brasileiro, os quais constituíram os aportes de maior evidência nas afinidades literárias demonstradas por Teixeira de Sousa.

As suas obras da trilogia se valem dos principais temas que delinearam a produção ficcional em Cabo Verde depois do movimento claridoso e também dialoga com as obras e autores que foram responsáveis por estabelecer um novo paradigma literário. É o caso de Eugénio Tavares (1867-1930), diversas vezes citado nos seus romances, bem como, de

⁹ Entrevista concedida em 2005, para *A semana*, disponível em: <http://home.no/tabanka/teixeira.htm> (acesso em 07/01/2013).

¹⁰ A revista *Claridade* (1936-1960) foi o principal órgão de literatura, cultura e arte a contribuir para o desenvolvimento da moderna literatura produzida no arquipélago. Seus idealizadores foram Baltasar Lopes da Silva, Jorge Barbosa e Manuel Lopes que propuseram um movimento de emancipação literária, cultural e política em função de uma produção literária e intelectual mais consciente de sua realidade insular, encontrando assim, outras soluções estéticas para representá-las.

Baltasar Lopes (1907-1989) e Manuel Lopes (1907-2005), para mencionar os mais recorrentes e de maior ênfase.

Das obras, a morna de Eugénio Tavares, “Hora di bai”, o romance de Baltasar Lopes, *Chiquinho* (1947) e o de Manuel Lopes, *Chuva braba* (1956) ocupam lugar de destaque, pois, constituem referências intertextuais que auxiliam na atribuição do sentido e na caracterização do universo narrado. Por isso, pode-se dizer que sua obra é, de certa forma, indissociável de tais expressões no que diz respeito à representação do espaço vernáculo.

A trilogia dos “sobrados, lojas e funcos¹¹”

O conjunto de sua obra literária é formado pelo livro de contos *Contra Mar e Vento* (1972), pelos romances: *Ilhéu de Contenda* (1978), *Capitão de Mar e Terra* (1984), *Xaguete* (1987), *Djunga* (1990), *Na Ribeira de Deus* (1992), *Entre duas Bandeiras* (1994), *Oh Mar das Túrbidas Vagas* (2005) e outros contos e crônicas dispersos em periódicos literários como *Claridade*, *Certeza*, *A semana*, *Terra Nova*, *Cabo Verde*, *Notícias de Cabo Verde* e *Voz di povo*. Além das obras literárias, possui extensa contribuição de natureza crítica e ensaística.

Consagrados à compreensão da sociedade fogueense de Cabo Verde, os romances *Ilhéu de Contenda* (1978), *Xaguete* (1987) e *Na Ribeira de Deus* (1992), aos quais Teixeira de Sousa chamou *trilogia*, compõem o objeto central de análise desta pesquisa. Sendo assim, uma das grandes motivações iniciais do trabalho que aqui se apresenta foi a de investigar em que consistem os baluartes que possibilitaram ao autor considerar as obras como uma trilogia, isto é, quais são as categorias estruturadoras (temáticas, espaciais, composicionais, ideológicas, etc.), a partir das quais se promove a ligação entre as supracitadas obras.

A partir da leitura, análise e reflexão dessas narrativas independentes e autossuficientes que são – dada a autonomia subjacente à escrita literária e ao trabalho estético nelas bem realizado – chegamos à conclusão de que é legítimo afirmar que os romances apresentam enfoques diferentes ao que concerne ao tempo e ao espaço, mas se desenvolvem por processos temáticos que se entrecruzam e complementam, demonstrando uma verdadeira gradação histórica construída por meio de enredos caracteristicamente ideológicos, que nem por isso diminuem o seu conseguimento artístico, isto é, a criação

¹¹ Os funcos são construções precárias em formato circular com paredes de pedra e telhado feito de palha ou folhas de palmeiras. São habitações arquitetadas marginal e artesanalmente pela população miserável, típicas das ilhas do Fogo, de Santiago e Maio.

ficcional e o trabalho estético e formal que vai além de sua militância e se apresenta muito bem direcionados pelo autor na configuração de suas narrativas.

Dessa perspectiva, embora a ordem de leitura dos romances não prejudique a compreensão global da trilogia, visto que o leitor consegue sem grandes dificuldades localizar historicamente o tempo e espaço nos quais se desenvolve cada uma das narrativas, a sua ordem cronológica, ou seja, a continuidade histórica construída, que aqui propomos teorizar, reflete a manipulação da forma romanesca voltada para a transposição discursiva dos fenômenos socioculturais que o autor pretendeu ficcionalizar.

Portanto, este trabalho levará em conta a apropriação da ordem cronológica realizada pelo autor na composição de seus romances, o que culmina no tratamento de *Na Ribeira de Deus* (1992), como o primeiro estágio; *Ilhéu de Contenda* (1978), como o segundo; e *Xaguate* (1987) como o terceiro e último. Desse modo, frisamos que tal sequência não foi uma escolha de nossa parte, visto que ela segue pressupostos analíticos adequados à proposta literária de Teixeira de Sousa.

Como argumentos composicionais, os diversificados pontos de vista dispostos na trilogia e as diversas experiências contadas pelo narrador, que se configura como heterodiegético nos três romances, contribuem para a apreensão de uma multiplicidade interna de impressões subjetivas que revela um mundo apreendido em seu dinamismo, concentrando as forças que direcionam a uma síntese mais global, relacionada a essas impressões, mas de certa forma também independente delas.

Assim, a decadência da elite, a ascensão econômica e espacial dos mulatos rumo aos sobrados, as circunstâncias das relações sociais ambivalentes que engendram uma espécie de luta de classes, os embates psicológicos com a realidade que se contrapõe à manutenção dos valores cívicos coloniais, os conflitos de geração, enfim, todos esses elementos têm por função mostrar confrontações de perspectivas que culminam na tensão focalizada.

Por meio da perpetuação da escrita e a partir de uma linguagem sempre muito clara e marcada pela oralidade, o romancista construiu consciências que surgem essencialmente da relação que mantêm com o espaço e a época na qual se situam seus valores morais e sociais.

Embora sua obra seja repleta de peculiaridades, Teixeira de Sousa apresenta preocupações comuns aos romancistas e poetas caboverdianos do século XX. Como tão bem demonstra Inês Cruz em seu ensaio intitulado “*Cabo Verde em tempo de censura: o descaminho do jornalismo e a missão de denúncia da literatura*”, o qual compõe o livro **Literaturas insulares: leituras e escritas** (2011), essa geração se encarregou de, por meio da literatura, cumprir um papel que caberia à imprensa, ao jornalismo, que em época de censura

do Estado Novo português não podia manifestar as impressões cotidianas da realidade das ilhas. Sendo assim, o registro literário se incumbiu por força maior do papel de denúncia:

Em cada publicação, o carimbo ‘Visado pela Censura’ lembra que acabaram as verdades inconvenientes. Já não haverá discursos pujantes, nem artigos incómodos. A realidade do arquipélago passará a ser mais fielmente refletida pelo realismo da poesia e da prosa emergentes do que por uma imprensa macia que se manterá subjugada pelos poderes. A denúncia passará a fazer-se nos contos, nas mornas e nos poemas publicados em revistas literárias e, nos livros que a censura cataloga como ficção. Por ser a única fuga ao silêncio obrigatório, a literatura não teria apenas oportunidade de registrar os dias reais do arquipélago, como teria também, segundo algumas vozes, obrigação de o fazer.” (CRUZ, 2001, p. 68).

Sem perder de vista a sua função primeira, a literatura produzida nesse período tomou para si a responsabilidade de fazer ouvir a voz calada dos boletins e jornais pela censura. Por isso, embora continuassem a ser ficção, os romances e poemas publicados assumiram uma dimensão política, pretendendo com a arte da linguagem, driblar a repressão e o silêncio que relegavam ao esquecimento a realidade histórica das ilhas:

Marcando o nascimento do romance caboverdiano, *Chiquinho* pode ser visto como o arranque da estratégia de uma geração que foi já formada em ambiente de restrição de liberdades. Por isso, fura o silêncio, criticando e denunciando por metáforas, obrigando a ler nas entrelinhas. O caminho será discreto, mas não deixará de tocar a sociedade com questões que, indirectamente, alcançarão e julgarão, a classe política, como até anos antes faziam opúsculos e periódicos livres. Escrever politicamente será o caminho que, atrás de Baltasar Lopes, seguirão Jorge Barbosa, Gabriel Mariano, Teixeira de Sousa, Luís Romano, Manuel Ferreira, e Manuel Lopes, entre outros. (CRUZ, 2001, p. 71).

Nesse sentido, a escrita de Teixeira de Sousa, marcada por um forte realismo como investimento estilístico, se mostrará comprometida em desvelar aspectos da realidade caboverdiana ligados à dominação e ao “desgoverno” que caracterizava as ilhas em tempos de crises:

Teixeira de Sousa falará de sentimentos que o ‘picavam’, como a incompreensão pelo facto de, em altura de crise e seca, as lojas das cidades estarem cheias de comida enquanto as pessoas morriam de fome (Sousa, *apud* Laban, 1992: 301-302). Terá sido já depois do contacto com a *Claridade* que o escritor terá percebido, através de leituras clandestinas como o *Avante*, que tudo quanto sentia a juventude estava afinal racionalizado. Depois de anos a sentir que algo no colonialismo o irritava, a política desencadeava, moldando, a ficção. (CRUZ, 2001, p. 71).

Esse posicionamento inicial do autor marcará o valor de suas obras para a sociedade caboverdiana. A sua formação intelectual e contundência crítica tenderão igualmente a lançá-lo como um escritor que se baseia em um universo conhecido, mas, cujas relações nem sempre foram claramente elucidadas.

Na trilogia, tal postura se encontra na denúncia social da morte dos meninos que, por passar fome, comeram do fruto da mancarra¹² queimada, morrendo todos por intoxicação, bem como, na construção da personagem do capitão Oliveira, figura representativa do governo salazarista, em *Na ribeira de Deus* (p. 101 e 266); na materialização da PIDE como força exógena e opressora em *Ilhéu de Contenda* (p. 117, 120 e 258) e em *Xaguete* (p.131-132) pelo movimento geral assumido pela narrativa ao confrontar os tempos e as realidades. Essa progressão cronológica, aliás, pode ser compreendida pela tentativa de produzir narrações do passado capazes de redimensionar a realidade caboverdiana:

O espírito de agitação da cultura marxista há muito que empurrava os escritores para o compromisso social com intuítos revolucionários e, como considera Alfredo Margarido, assentando o texto na realidade que lhe serve de apoio, ele supõe a possibilidade de se encarar a transformação das estruturas sociais através de uma atitude revolucionária (Margarido, 1980: 48). Ora essa dimensão sociocultural e mesmo histórica da literatura ganha força quando a intervenção social que a teoria reconhece ao jornalismo se anula. A capacidade de transformação do meio que costuma estar nas notícias, mais do que nos poemas, desaparece com a escrita controlada, incapaz de alimentar e realimentar a construção da atualidade. (CRUZ, 2011, p. 77)

Com a instituição de formas de comprometimento social que se opera nos anos de censura, forma-se uma geração de escritores que, diante das limitações, toma para si o dever de intervir e dar a ouvir a voz jornalística abafada. Dessa forma, escrever literatura em Cabo Verde nos anos de ditadura consistia em conciliar ao texto ficcional, as verdades que não podiam ser ditas pelos jornais:

É esperado que certas obras, cuja motivação primeira foi estético-literária, tenham uma função de complementaridade em relação à História que as motivou. Mas, mais do que um complemento, grande parte da Literatura caboverdiana dos anos da ditadura pode ser vista como um forte pilar da própria história que testemunha. A ficção foi a capa que conteve a proibição e assegurou a existência de um espelho, apesar de tudo, válido dos dias de silêncio. Os dias em que o jornalismo, outrora opinativo e interventivo, deixou de informar, afastando-se do fazer quotidiano da história. (CRUZ, 2011, p. 78).

¹² Espécie de amendoim.

Para Benedict Anderson, em **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo** (2013), a imprensa é o principal órgão de difusão a partir do qual se desenvolve a consciência de uma nacionalidade, pois, ela contribui amplamente para o desenvolvimento e a formação dos ideais da nação. A transposição, ainda que temporária, dessa função às obras literárias, tal como elucidamos, implica que determinados elementos de confrontação e construção de uma ideia de nação estejam indubitavelmente presentes e pulsantes em tais textos. E, com efeito, a identidade nacional é indissociável do contexto narrativo proposto por Teixeira de Sousa, já que os princípios estruturais das obras aqui trabalhadas estão calcados na revisão crítica da memória, na captação da dinâmica cotidiana enquadrada a partir de uma linguagem funcional e na valorização da conjuntura dos fatos narrados. E, portanto, se dentro do proposto por Antonio Candido, em **Literatura e sociedade** (2006), a funcionalidade histórica do texto literário depende de sua estrutura, pode-se dizer que as obras de Henrique Teixeira de Sousa se legitimam por contemplar aspectos específicos que determinam, em face do narrado, o caráter da sociedade caboverdiana.

Levando em conta a focalização deste trabalho, bem como, o estilo do texto literário estudado, nossas análises procuram se guiar por leituras históricas específicas sobre Cabo Verde (Elisa Silva Andrade (1996) e Leila Leite Hernandez (2002)), procurando relacioná-las ao período abrangido pela trilogia. Atentamo-nos para textos que pudessem auxiliar na compreensão da composição do texto narrativo/discursivo de caráter neorrealista, e a contribuições que visassem apreender o fenômeno das modernas apropriações culturais no contexto pós-colonial, tais como as de Benedict Anderson, Stuart Hall, Antony Giddens e Terence Ranger. Assim como, os textos de Michael Pollak sobre a oficialidade da memória social e a teorização do discurso neorrealista realizada por Carlos Reis.

CAPÍTULO 1

a resultante obrigação de lembrar faz de todo homem o seu próprio historiador.

Pierre Nora

A CRONOLOGIA INTERNA DA TRILOGIA E O PROCESSO HISTÓRICO NARRADO

O meio século de história da ilha do Fogo representado nos romances da trilogia de Henrique Teixeira de Sousa se deixa alinhar pela sucessão histórica dos fatos e períodos mencionados. Ao se propor a contextualização cronológica das três narrativas, é possível comprovar que a ordem responsável por impor-lhes uma linearidade constitui um fator intrínseco à leitura e é construída pela intermediação da memória que promove consecutivas recapitulações no plano narrativo/discursivo, bem como, pela cuidadosa configuração tempo-espacial elaborada pelo autor em cada uma das obras.

Tendo em conta que a sequência de publicação dos romances não corresponde a essa linearidade temporal, ao se estabelecer a sucessão histórica através dos caracteres previamente construídos pelo autor, os quais marcam a anterioridade e a continuidade de cada narrativa, a ordem cronológica mostra-se inversa à ordem de publicação. Esse aspecto composicional se deve, no entanto, ao próprio procedimento narrativo adotado por Teixeira de Sousa, cujo principal componente estruturador é a memória, que por excelência não é linear. Por outro lado, remontando esse pequeno quebra-cabeça, o leitor consegue perceber a coerente sequência que caracteriza o devir histórico introduzido nas narrativas. Consideramos, pois, para o desenvolvimento prévio deste trabalho, a ordem cronológica em que os romances estudados figuram, e não a ordem de publicação.

Do ponto de vista estrutural, entre o período histórico que a trilogia pretendeu abarcar (de 1918 a 1987) e o período representado (de alguns meses a dois anos), embora pareça haver certa brevidade desta parte, há uma vinculação desses curtos espaços de tempo narrados a uma duração histórica maior em decorrência do mencionado processo de associação pela via memorialística que retoma e atualiza o significado não só das personagens que são postas em ação, como também dos valores adotados por elas, os quais as definem historicamente.

O crítico norteamericano Gerald M. Moser dedicou três pequenos artigos à apreciação da trilogia de Teixeira de Sousa, em um dos quais afirma:

A ação da parte 2, *Ilhéu de Contenda* (1978; ver WLT 53:2, p. 355) abrange um período de alguns meses começando em Agosto de 1950, a terceira parte, *Xaguate* (1988; ver WLT 63:4, p. 725), somente um ano (1986-87). *Na Ribeira de Deus* (1982) trata o tempo entre 5 de Agosto de 1918 e 13 de Maio de 1920. O autor ignora assim muitas décadas. (MOSER, 1994, p. 187 – tradução livre).¹³

Com efeito, do meio século abrangido pela trilogia, o tempo da narração parece se concentrar efetivamente em breves frações desse período histórico. As datas citadas nos romances referentes a dados factuais permitem, pois, que o leitor se situe em relação à época na qual se ambienta cada narração. Assim, a primeira parte da ação (*Na Ribeira de Deus*) decorre dos primeiros anos do século XX (entre 1918 e 1920), quando ainda imperava a divisão socioeconômica rigidamente hierarquizada em “sobrados, lojas e funcos”, período no qual as manobras políticas eram fruto de relações clientelistas das principais famílias donas dos sobrados da ilha.

A segunda parte da ação, isto é, *Ilhéu de Contenda*, faz referência aos anos de 1950, mais especificamente ao ano de 1954 ao narrar em suas primeiras páginas o conturbado e simbólico funeral de Nha Caela: a última pilastra da família Medina da Veiga. Trata-se do período intermediário entre a dominação colonial e a fase pré-independência que caracteriza o início das transformações efetivas tanto nas relações sociais e econômicas, como também, na política das ilhas.

E por fim, *Xaguate* (1987), cuja ambientação se projeta na segunda metade da década de 1980. Esta terceira parte da ação tem o foco narrativo voltado para a consciência de um emigrado no momento do seu regresso à terra natal. Apontando os índices de modernização do espaço, o narrador ligado à consciência do protagonista realiza o contraste da paisagem e das relações em alusão ao ambiente e às personagens que compõem os dois primeiros romances, constituindo deste modo o desfecho da trilogia.

Xaguate é, portanto, indispensável para a compreensão da superação das estruturas coloniais que imperam na ilha em relação aos dois primeiros estágios da trilogia. Com ele, encerra-se o ciclo que engloba a representação simbólica e realística dos cinquenta anos de

¹³ The action of part 2, *Ilhéu de Contenda* (1978; see WLT 53:2, p. 355), covered a period of a few months beginning in August 1950, that of the third installment, *Xaguate* (1988; see WLT 63:4, p. 725), only a year (1986-87). *Na Ribeira de Deus* (1982) treats the time between 5 August 1918 and 13 May 1920. The author thus skips over many decades¹³. (MOSER, 1994, p. 187).

história da ilha mencionados. Ainda segundo a apreciação de Moser, este último romance se destaca pela sua elaboração:

O que torna a leitura do livro interessante é precisamente a vívida descrição do modo de vida dos insulares, as relações entre os sexos, as gerações, e as profissões, bem como as mudanças sociais e políticas da segunda metade do século passado. (MOSER, 1989, p. 725 – tradução livre).¹⁴

Notadamente, como veremos adiante, o mesmo cariz ideológico que permeia o discurso narrativo do primeiro romance publicado, marca também as narrações dos dois últimos. Contudo, a forma pela qual o autor combinou, nesta última parte, a história de amor de Benjamim Costa à *vívida descrição do modo de vida insular*, além de uma força sintetizante que a memória afetiva do emigrado apresenta em relação à ilha natal, confere um tom agradável e harmônico à narrativa sem deixar de lado a característica criticidade, às vezes mesmo ácida e em alguns momentos irônica, que se impõe em toda a sua produção literária.

Portanto, o autor promove com a trilogia – por meio de recursos ligados à memória – uma integralização das sínteses temporais que cada romance representa. Ou seja, a sua abordagem realista da diversidade cultural dessa região do arquipélago se dilui na construção e caracterização das personagens que ora são típicas, ora universalizantes, pensadas sob o intuito de representarem a universalidade premente no regionalismo. Tal ideia se aplica igualmente ao espaço que é construído em dois planos: o físico (regional) e o afetivo (universal). Juntos constituem importantes caracteres de representação que se fundem para demonstrar a especificidade e a universalidade das situações narrativas abordadas.

Em virtude da gradação cronológica pensada e construída concomitantemente à elaboração das obras, do ponto de vista formal, os temas dispostos aparecem de maneira reincidente, demonstrando na maioria das vezes um processo. Essa progressão encerra a amplitude e importância da obra de Teixeira de Sousa enquanto uma possível síntese histórica da sociedade fogueense por marcar, através dela, os seus momentos decisivos, entrando com isso para a distinta gama de intérpretes nacionais por meio da literatura. No dizer de Maria da Glória S. S. Calado, autora da tese: **Figurations réalistes dans les récits de Teixeira de Sousa**¹⁵, defendida em dezembro de 2012 pela Université Paris – Sorbonne/Paris IV, a obra de Teixeira de Sousa:

¹⁴ What makes the book worth reading is precisely the vivid description of the islanders' way of life, the relations between the sexes, the generations, and the professions, as well as the social and political changes of the past half-century¹⁴. (MOSER, 1989, p. 725).

¹⁵ Nesse trabalho, a autora analisa os processos enunciativos e da criação literária de Teixeira de Sousa buscando reunir as características mais marcantes de sua obra. Para isso, estuda diversos contos e as duas trilogias

representa o primeiro e mais completo olhar realista sobre a ilha do Fogo. Ela expõe o universo essencialmente rural da ilha, seu imaginário social e étnico, como também os fenômenos urbanos determinantes de sua evolução, escolhidos como paradigma de uma ampla representação do homem caboverdiano e da natureza humana em geral. Ela oferece ao leitor uma faceta diversa do arquipélago, [...] mas apresentando semelhanças psicológicas, moldadas por fatores característicos do arquipélago: a insularidade, a paisagem, a seca e todos os tipos de atividades¹⁶. (DA SILVA SIMÕES CALADO, 2012, p. 73 – tradução livre).

De fato, a representação da tipicidade fogueense em sua obra não disparata o seu valor nacional e mesmo universal, ao contrário, ela redimensiona a condição insular específica dessa ilha, com todas as suas implicações, ao plano comum da experiência vital. Marcadamente ideológica, ela revela ainda seu posicionamento não só enquanto escritor, mas também enquanto médico por vivenciar cotidianamente a desigualdade, a pobreza e o “desgoverno” (para usar um termo seu) das ilhas. Pode-se dizer, assim, que o seu conhecimento de vida foi responsável por traçar o caráter engajado de sua obra que é transpassada por uma série de temas ligados à realidade ou às realidades que vivenciou.

Em nossa análise dos romances que compõem a trilogia sobre a ilha do Fogo, procuraremos demonstrar o modo pelo qual se sobressai a esse conjunto de narrativas a apreensão ficcional de um tempo histórico que, acoplado a ideologias políticas, econômicas e sociais específicas, caracteriza o homem e sua relação com o espaço físico e social. Ao proceder à associação desses tempos torna-se possível observar os aspectos que marcam a evolução da sociedade fogueense no curso dos anos.

1. Na Ribeira de Deus (1992)

A divisão social é apresentada como um dos pontos centrais da trilogia, o que remete para uma interpretação categórica do contexto histórico da ilha do Fogo, determinando diferenças essenciais entre modos de existir. Nesse sentido, a simbólica chave que nos faz

romanescas, uma sobre a ilha do Fogo (*Ilhéu de Contenda*, *Xaquate* e *Na Ribeira de Deus*) outra sobre a ilha de S. Vicente (*Capitão de Mar e Terra*, *Djunga* e *Entre Duas Bandeiras*).

¹⁶ En effet, l'oeuvre de Teixeira de Sousa représente le premier et le plus complet regard réaliste sur l'île de Fogo. Elle met à nu l'univers rural profond de l'île, son imaginaire sociologique et ethnique, ainsi que les phénomènes urbains déterminants de son évolution, choisis comme paradigme d'une représentation plus vaste, celle de l'homme capverdien et de la nature humaine en général. Elle apporte au lecteur une autre facette de l'archipel [...] mais présentant des ressemblances psychologiques, façonnées par des facteurs caractéristiques de l'archipel: l'insularité, le paysage, la sécheresse et tous les types d'activité. (DA SILVA SIMÕES CALADO, 2012, p. 73).

adentrar esse universo de relações consiste em uma anedota que assume sentido alegórico para o desenvolvimento das relações individuais e grupais que configuram as três narrativas:

Quando Deus fez as criaturas, mandou-as a uma ribeira para se lavarem. As que chegaram primeiro, lavaram-se em água límpida e ficaram brancas. As que chegaram a seguir, lavaram-se em água turva e ficaram mulatas. As que chegaram no fim, encontraram a ribeira a secar, apenas puderam molhar a palma das mãos e a planta dos pés, e ficaram negras no resto do corpo. E ao branco, Deus deu uma caneta. Ao mulato, deu uma balança. Ao negro, deu uma enxada.

Lenda Africana

(SOUSA, 1992, p. 10)

A “Lenda africana” citada no prólogo figura em diversas obras literárias africanas de língua portuguesa. A contribuição específica de Teixeira de Sousa consiste na formulação da segunda parte que atribui uma especificação para cada um dos grupos, introduzindo assim uma espécie de divisão social mítica que transfere significado a todo o enredo do primeiro romance e, ao ligar-se aos temas centrais que movimentam a intriga, cria uma relação de causa e consequência relacionando o *status* das personagens à ordem de chegada na ribeira.

De acordo com a lenda instituem-se, portanto, formas de pertencimento para as identidades grupais que se propõem em nível existencial ao serem apontadas as distinções entre brancos, mestiços e negros e determinados seus papéis dentro de uma hierarquia. Desse modo, as identidades denominadas no romance se caracterizam em relação à lenda, sobretudo pelo trecho que constitui o acréscimo do autor: “*E ao branco, Deus deu uma caneta. Ao mulato, deu uma balança. Ao negro, deu uma enxada.*”. Essa designação pode ser associada à divisão intrínseca à elaboração da obra que determina igualmente uma hierarquia para designar a morada: “lugar de branco no sobrado; de mulato, na loja e de negro no funco”, a qual se mostra nítida nesse primeiro romance, mas em *Ilhéu de Contenda* começará a ser desconstruída em virtude da mudança de *status* desses grupos condicionada pela ascensão dos mulatos, bem como, pela expulsão dos brancos dos sobrados.

De suma importância para a economia interna dos temas abordados em *Na Ribeira de Deus*, essa anedota preside não só o contexto narrativo do primeiro romance, como também a ideia de divisão social que perpassa as três obras, levando-se em conta a sua composição enquanto macroestrutura textual, isto é, segundo a coerência interna que sustenta a integração da trilogia.

O autor esboça, assim, um conjunto de símbolos baseados em uma concepção de tripartição social, segundo a qual se preocupará em descrever desde os elementos mais ínfimos da vida e convivência cotidianas até os que persistirão na caracterização da evolução

da sociedade foguense nas décadas seguintes, tratadas nos outros dois romances, dando ênfase para a superação econômica dos mestiços que culminará no tema central de *Xaguate*.

Dessa forma, *Na Ribeira de Deus* é a obra introdutória da problemática sociocultural da ilha do Fogo. Seu princípio organizador está centrado nas manifestações religiosas e culturais como formas de representação da estrutura social criada a partir da conjuntura colonial. Composta de 93 capítulos e ambientada na então vila de S. Filipe, ainda pouco desenvolvida e dominada por uma elite de brancos locais, ela expõe de modo bastante enfático os contrastes econômicos que predominam nesse período, sobretudo, por meio de um tema caro a Teixeira de Sousa, a oficialidade cultural e religiosa no arquipélago:

A longa caravana avançava por barrancos e atalhos, atravessando esse pequeno deserto onde só as cabras descobriam motivos de permanência. Aqui e além, pastores andrajosos conduziam o seu gado para algum afloramento de água, no ar pairando odores caprinos que o sol temperava com o seu vigor matinal. Guarda-sóis estalavam de quando em quando à medida que o calor apertava. Semelhante quentura prenunciava chuva abundante apesar de o céu se mostrar escancarado. Não raras vezes costumava chover à hora da procissão. O importante era que a santa ouvisse as preces nesse sentido e fizesse debandar água, mesmo que dias depois. (SOUSA, 1992, p. 12).

Em suas primeiras páginas, a obra reitera uma das principais carências sentidas nas ilhas: a chuva. Para além dos planos de colheita, toda a dinâmica insular depende sensivelmente desse fator, o que se explica pela falta contínua de um elemento do qual depende a vida:

Eram onze da noite quando a chuva começou a rufar nos telhados com relâmpagos chicoteando o negrume, trovões rolando por cima da ilha. Um cheiro bom a terra molhada espevitou as esperanças. Preces a Nossa Senhora soltaram dos terços. O sono fugiu da menina dos olhos no entusiasmo de espreitar o mundo pelas frestas cada vez que o clarão das faíscas deixava ver os regatões que corriam lá fora. Aquilo não eram gotas. Eram jorros de generosidade que a Santa mandara debandar sobre o chão ressequido. (SOUSA, 1992, p. 22-23).

A chuva é, assim, um fato extraordinário nesse contexto insular, de modo que a sua recorrente associação à religiosidade no texto literário caboverdiano demonstra o apego a uma força sobrenatural capaz de suprir as necessidades do povo diante da precariedade do meio. Além disso, nesse romance em particular, os símbolos religiosos suscitam a abordagem da prática católica como uma temática também capaz de representar formas antagônicas da vida em sociedade, visto que, a oficialidade da cultura portuguesa está vinculada às famílias

principais dos sobrados, assim como a um conjunto de práticas dominantes e historicamente delegado que vai sendo apontado ao longo da narrativa.

Em sua composição temática e ideológica, o autor propõe a representação das facetas etno-culturais que integram a sociedade local desse período. Do ponto de vista econômico, evidencia a sobreposição dos sobrados às lojas e funcos e as necessidades vitais, sociais e culturais dos brancos às dos mestiços e negros, demonstrando uma rígida e arbitrária imobilidade socioeconômica que, tal como constatam Silva Andrade (1996) e Hernandez (2002) em suas análises históricas, reflete a impossibilidade de transpor as condições coloniais, configurando uma profunda tensão por conta da valorização da metrópole, e de seus interesses, em detrimento das necessidades locais:

Fonte-Lexo estava condenada pela facção em luta contra o poder local. A oposição planeava alargar até ali a área urbana, acabando com as palhotas cobertas de monduro e folhas de carrapato, mesmo ao lado de casas decentes. S. Filipe devia guindar-se à categoria de bairro. Urgia por conseguinte retirar da vista esse bairro indígena. Para isso era necessário primeiro conquistar a Câmara e a Administração. O senador Joca Medina estava atento em Lisboa. Com a mudança próxima de governador, a coisa ia mesmo.

[...]

Desde a Aguadinha até a Achada Bombardera havia muito espaço para os pobres construírem os seus funcos e para criarem os seus porcos, as suas galinhas, as suas cabras, sem incómodo das vistorias camarárias. (SOUSA, 1992, p. 28-29).

A divisão da vila em duas áreas principais (a Vila-Baixa e a Vila-Riba) busca representar as formas de governo predominantes em S. Filipe nos primeiros anos do século XX (entre 1918 e 1920). No enredo, quando o partido de caráter monárquico da Vila-Baixa (representado por Guilherme da Veiga) é deposto por uma estratégia da oposição, o partido republicano da Vila-Riba (representado pela temida figura de Augusto Barroso) assume o comando administrativo investindo vigorosamente na campanha pela higienização urbanística das localidades centrais, na qual se incluía, sobretudo, a destruição de funcos e pardieiros que conduziriam à desapropriação e ao aniquilamento do espaço dos moradores mais pobres da vila: os trabalhadores que viviam de prestar pequenos serviços pela ilha, os quais se identificam, quando relacionados à lenda, àqueles que receberam de Deus a enxada.

Em seu discurso de posse, o novo presidente da Câmara Municipal da ilha do Fogo reafirma as justificativas que moviam a campanha de higienização e os interesses políticos do partido liderado por ele:

Acabar com os pardieiros, só, não chega. É preciso acabar também Fonte-Lexo e boa parte do Lém, porque ninguém, com certeza, querará manter a nossa futura cidade de braço dado com a tabanca. Esta será a tarefa mais importante e empenhada do nosso mandado. O nosso programa é ambicioso a longo prazo e exigente a curto prazo. Desde já convidamos os cidadãos mais humildes a transferirem os seus casebres para as proximidades da Achada Bombardeiro, dentro da área que mandaremos delimitar com marcos caiados de branco. Não estamos, com isso, a escorraçar ninguém de S. Filipe. As pessoas que tiverem agora de deixar os seus funcos, poderão um dia voltar desde que aqui consigam construir habitações civilizadas. Somos republicanos convictos, professamos a religião da liberdade, igualdade e fraternidade. Isto, porém, não significa que fazemos tábua rasa da hierarquia social. Sem hierarquia social, transformar-nos-íamos em animais encurralados nesta ilha, sem rei, nem roque, sem princípios éticos e morais, sem por conseguinte aquele conjunto de valores que impulsionam a qualificação humana em todos os aspectos. Liberdade, igualdade e fraternidade, sim, mas '*chacun à sa place*' (Colégio de S. Fiel). (SOUSA, 1992, p. 241).

Como é possível notar pelo discurso da personagem de Augusto Barroso, as principais preocupações políticas se referem à imagem da futura cidade de S. Filipe com vistas para a valorização dos sobrados, e a sua campanha de higienização se aplica, assim, tanto às habitações designadas como funcos, quanto aos seus habitantes e costumes (referenciados no trecho pela *tabanca*: uma manifestação cultural notadamente ligada às tradições africanas), procurando livrar as redondezas dos grandes sobrados da parcela considerada não-civilizada e, portanto, não pertencente ao grande centro urbanístico que ali se desenvolvia por intermédio dos grandes homens da ilha.

Monárquicos ou republicanos, o fato é que os interesses ligados à grande aristocracia rural da ilha do Fogo se mantinham voltados para as suas atividades politicoeconômicas sem manifestar a menor acuidade pelos problemas mais crassos do viver na ilha. Em virtude dessa problemática central, esse primeiro romance aparenta não ter um protagonista específico por se concentrar efetivamente em narrar as condições em que se davam as relações grupais, deixando recair sua importância sobre a designação das três categorias que compõem esse ambiente social. Embora haja para cada uma delas representantes específicos, eles são evidenciados na obra como ícones e consolidam uma estratégia de representação.

A ênfase incide, portanto, em temas relacionados à denúncia da exploração e dos abusos de poder praticados pela elite para com a camada mais pobre que se vê impotente diante de um sistema opressor e impositor de desigualdade, e impulsionada a práticas tais como a móia clandestina (assalto a navios cargueiros), comum entre os homens e a prostituição, entre as mulheres:

Bodona garantiu-lhe que trepar para o convés era muito fácil desde que houvesse luar de prata e mar de azeite. Nem mesmo percebia por que razão ninguém ainda ousara assaltar *Geba*, uma vez que o navio encalhado é móia e móia é para quem chegar primeiro. Via nhô Augusto para baixo e para cima. Via o patrão-mor escarranchado numa mula a caminho do Vale de Cavaleiros, diariamente. Via nhô Caetano fornecendo material para a preparação dos botes de descarga. Via a tripulação inteira em terra, comendo, bebendo, bailando nos arredores onde as meninhas recebiam notas do Banco de Portugal em troca de uns minutos na Ribeira Trindade ou na Ribeira de S. João. E o vapor *Geba* dormindo pachorrentamente sobre o bombordo, longe da presença dum só cristão. (SOUSA, 1992, p. 53).

Com efeito, a tematização de caráter intimamente realista da vida insular relegada à pobreza não poderia deixar de registrar, sob a configuração de um discurso de ordem moralizante, como comumente se caracteriza a produção ficcional de Teixeira de Sousa, as recorrentes exclusões sociais, bem como, os efeitos da marginalização econômica com o propósito de alcançar um redimensionamento socioideológico das personagens representadas.

Dentre as principais situações que demandam destaque por evidenciar tais tensões corriqueiras, porque desde já é necessário apreender a intenção reversiva do autor em retratá-las, são: o nascimento e batizado de duas crianças de classes sociais distintas (Jujuzinha e Cristalina), a atuação de Rompe diante dos ditames sociais, a invenção da “Santa da Ribeira” por Sérvulo, a entrada de José Almeida para o grupo do Sete-Estrêlo e, por fim, o “não-lugar” ocupado por Felisberto na elite da qual descende. Esses casos serão discutidos em nosso segundo capítulo, onde abrimos espaço para tratar da apropriação da memória no processo de argumentação das identidades. Basta, por hora, evidenciar desde já que são episódios exemplares e fundamentais para a compreensão da obra porque promovem o rompimento da ordem estabelecida, comprometendo o funcionamento da hierarquia social e substituindo o que parecia estático por uma nova dinâmica.

Tais rompimentos são capazes de demonstrar as rachaduras desse sistema que se torna cada vez menos praticável, diante não só da degenerescência das famílias principais (como resultado de casamentos consaguíneos, por exemplo) como também, das mudanças de *status* econômicos de alguns mestiços que agenciam a ruptura em relação à categorização estabelecida com base nos pressupostos coloniais.

Esquematzam-se, assim, as principais linhas de conflito que marcam o romance, as quais se pautam de maneira incisiva na tensão gerada pela desigualdade, como núcleo em torno do qual se desenvolvem também outras problemáticas, e pelo ingresso das camadas desfavorecidas à participação das atividades culturais e religiosas como forma de invalidar a hierarquia mítica, configurando uma grande e onerosa disputa pela legitimidade histórica e

pelo espaço civil. Essas e outras questões relacionadas à construção e desconstrução de valores, ao processo dialético de transformação social que caracteriza tais mudanças e à elaboração discursiva em defesa dessas identidades serão mais amplamente discutidas nos próximos capítulos.

Portanto, vale reiterar por hora, que dessa perspectiva articulam-se as tensões sociais e econômicas notáveis de maneira mais contundente no plano geral do arranjo cotidiano, que buscam demonstrar o caráter de tal disputa frente ao controle estabelecido pela porção conservadora. Para isso prevalece um enfoque minuciosamente realístico, característico da identidade literária de Teixeira de Sousa:

A experiência neorrealista do autor manifestamente veio enriquecer a história literária caboverdiana, acrescentando a ela um novo olhar sociohistórico e uma tomada de consciência dos problemas de sua ilha natal. As histórias que ele narra desenham o cotidiano de um pequeno mundo islenho, colocando em evidência seus valores e seus antagonismos sociais. Todavia, elas transcendem a dimensão regional e fazem refletir a problemática da condição humana¹⁷. (DA SILVA SIMÕES CALADO, 2012, p. 83 – tradução livre).

Da condição regional, cabe ressaltar a formulação das personagens e suas manifestações linguísticas, culturais e ideológicas que vão sendo construídas e delineadas ao longo de diversos episódios narrativos, as descrições específicas do espaço e das paisagens locais e a construção de um imaginário pátrio integrador, embora marcado por profundas diferenciações. Tais aspectos de vivências específicas transpõem, entretanto, as barreiras da representação regionalista para alcançar um redimensionamento essencial da condição humana mediante a capacidade dos homens de criar novas formas de cultura e sociabilidade quando as velhas já não são capazes de atender às novas expectativas.

2. *Ilhéu de Contenda* (1978)

Levando em conta, primeiramente, o sentido que o autor pretendeu atribuir ao título do romance através do emprego do termo *contenda*, pode-se dizer que já fica nele pressuposto

¹⁷ L'expérience néoréaliste de l'auteur est manifestement venue enrichir l'histoire littéraire capverdienne, en y ajoutant un nouveau regard socio-historique et une prise de conscience de problèmes de son île natale. Les histoires qu'il raconte dessinent le quotidien d'un petit monde îlien et mettant en évidence ses valeurs et ses antagonismes sociaux. Toutefois, elles transcendent la dimension régionale et nous font réfléchir à la problématique de la condition humaine. (DA SILVA SIMÕES CALADO, 2012, p. 83).

um tipo de interação capaz de demonstrar por si só que o universo narrado se caracteriza por uma dinâmica de tensão. Por meio dessa qualificação do espaço (*ilhéu*) narrativo, o autor situa sua obra dentro de um quadro específico, determinando para ele uma caracterização peculiar que, dentro do contexto referenciado, decorre justamente das diferentes perspectivas engendradas no conjunto de circunstâncias que são protagonizadas por sujeitos socialmente posicionados, nesse caso, entre uma classe minguate que atua de maneira reacionária e uma nova categoria composta especialmente por mestiços que, embora ainda um tanto quanto indefinida, detém o poder aquisitivo e se vê em condições de reverter o quadro econômico e social configurado segundo os interesses e as tradições coloniais que se instituíram enquanto formas inventadas de intervenção e centralização do poder.

Nesse romance, as relações são profundamente marcadas pelo caráter interativo da atuação entre as personagens e as suas visões de mundo, de modo a evidenciar uma construção narrativa polifônica dentro de uma estrutura bem articulada que busca representar a partir das diferenças, tendo em vista que o próprio conflito requer sistematicamente uma interação entre modos diferentes de existir. Por isso, procuramos analisar, segundo um ponto de vista dialógico, as relações e os processos de subjetivações concatenados dentro da obra. Logo, partimos do pressuposto de que a crise vivenciada por Eusébio só tem sentido diante das transformações da sociedade fogueense e tais transformações, por sua vez, acontecem em decorrência da conjuntura de ruína e arrefecimento das famílias brancas tradicionais. Sendo assim, o princípio organizador da obra se dá pelo eixo economia e sociedade, dentro do qual se desenvolvem as problemáticas da colonização, da decadência, do atraso e do progresso.

A narrativa é dividida formalmente em 77 capítulos que avançam e retrocedem conseguindo, com esse recurso, prender a atenção do leitor do início ao fim. Seu enredo está voltado para a caracterização da crise financeira das grandes famílias possidentes, enfatizando o caráter dos conflitos mediante a falência, degeneração física ou fuga dos descendentes brancos da ilha de maneira a contrastar com o retorno dos emigrantes e a ascensão das camadas desfavorecidas.

Esse romance, que recebeu uma adaptação fílmica dirigida por Leão Lopes em 1995, se inicia com a narração do funeral de Nha Caela que constitui um motivo alegórico para desencadear uma série de elementos ligados ao processo de extinção da aristocracia rural fogueense, ao mesmo tempo em que relata o acontecimento da tradicional festa religiosa de S. Lourenço, em que predomina a participação popular, reprimida no primeiro romance:

A igreja estava apinhada de gente. Não de gente que viesse toda ao funeral de Nha Caela. Gente, sim que estava ali, na maioria, para assistir à missa grande do dia de S. Lourenço. Desde o altar-mor até cá fora à entrada quase na havia lugar para cair uma agulha, tantos eram os pés e os joelhos que cobriam o chão. No meio da igreja, numa rodinha que pouco mais era que o espaço para meia dúzia de covas de milho, descansava o caixão de Nha Caela. (SOUSA, 1978, p. 13).

Dentro de um esquema de representação simbólica, o autor buscou contemplar na obra, segundo sua análise dessa sociedade, os elementos responsáveis pelas modificações de um regime social hierárquico comandado pela elite branca local, em função de uma nova organização do *status* econômico do mestiço que se mostrará ainda capaz de rescindir o contrato de relações sociais provocando pela primeira vez o rompimento com os padrões seculares estabelecidos desde a colonização das ilhas pela mediação exclusiva dos descendentes de portugueses, tal como demonstrado na primeira parte da narração da trilogia, quando tais rescisões aparecem de forma simbólica e ainda embrionária.

O ponto central da crise narrada recai sobre a personagem de Eusébio Medina da Veiga, relatando-se de perto o seu drama de assistir inerte a queda dos pilares ancestrais e a fortuna da família se esfacelar mediante as alterações irreversíveis ditadas pela progressiva reformulação dos quadros sociais, políticos e econômicos da ilha. Enquanto representante dessa nobre linhagem, Eusébio é dotado de um perfil historicamente traçado:

Pegou no guarda-sol da mãe, sacudiu o pó que cobria o pano e saiu com ele a visitar a propriedade. O sol escaldava e os cabelos na cabeça já iam ficando ralos. Calvície à porta, herdada do lado paterno. Os Medinas tinham todos cabeleira farta. Os Veigas eram quase todos carecas. Foi caminhando pela vereda que ia dar à calabaceira gigante, com a mesma grossura de tronco, o mesmo porte, as mesmas ramadas que conheceu em criança. Ali descansavam os homens da monda para almoçar. Ali eram amarrados os escravos rebeldes e vergastados com varas de marmeleiro. O trisavô Afonso Sanches da Veiga açoutou ali muita gente. Essa árvore tinha visto nascer quase toda a sua raça, do lado do pai, sendo assim um brasão de família, uma presença respeitável. (SOUSA, 1978, p. 80-81).

A construção dessa personagem no romance evidencia que, em seus suspiros finais, a aristocracia rural do Fogo não tinha mais condições de manter as antigas tradições coloniais. Isso porque, durante algum tempo os senhores morgados (detentores cada vez mais de menores proporções de terras) se caracterizaram, no dizer de Silva Andrade, por serem:

Entregues a ociosidade, muitas vezes absentistas sem espírito de poupança, habituados ao consumo sumptuoso e ostentatório, os senhores foram incapazes de produzir a acumulação necessária que lhes permitissem assegurar a sua reconversão e adaptar-se às novas exigências da economia mundial. (SILVA ANDRADE, 1996, p. 131).

Apesar de sua preocupação constante com as dívidas adquiridas pela má administração de sua loja, Eusébio não demonstra nenhum interesse pela atividade comercial. Depois da morte da mãe, narrada nas primeiras páginas do romance, seu principal objetivo é encontrar uma forma de quitar suas dívidas e voltar à urgência do marasmo no isolado sobradão de Ilhéu de Contenda, onde estão as marcas do passado que tornam a sua existência respeitável. Marcas essas que a maior parte dessa sociedade tenta superar por remeterem, sobretudo, às relações de exploração e imposição da desigualdade. Isso porque, como o próprio trecho (citado das páginas 80 e 81) mostra, em denúncia indireta, mas explícita, muitos além de açoitados, haviam de submeterem nos tempos de seca aos preços exorbitantes de gêneros alimentícios essenciais aos habitantes da ilha, como o milho: “*No tempo de Nhô Pedro até se guardavam os grãos nos depósitos dois ou três anos. Quando vinha uma seca é que era ganhar dinheiro. Não havia tabela nem nada*” (SOUSA, 1978, p. 75). Fato este, que reforça o caráter explorador das famílias possidentes.

Na caracterização subjetiva de Eusébio, um sucessor desprovido dos recursos seculares da família, o seu perfil absentista é revigorado pela evasão e completo desinteresse pelas atividades da loja, consideradas degradantes de sua condição de nobre herdeiro, o que fica ainda mais evidente ao ser afrontado ao empenho dos concorrentes em atrair a freguesia, uma conduta impensável por Eusébio em seu orgulho de classe:

os homens atendiam melhor os fregueses, trabalhavam mesmo ao lado dos caixeiros, davam consideração a toda a gente, até aos mais pobres. Os clientes saíam assim satisfeitos e convencidos de haver feito boas compras. Ao passo que Nhô Eusébio, o patrão, nem sequer era visto, sempre metido no escritório a escrever ou a dormir na espreguiçadeira de lona. (SOUSA, 1978, p. 115).

Não podendo ser comerciante, porque isso consistiria em um rebaixamento da sua condição (prevista pela lenda da criação que introduz a primeira obra, na qual ao branco se atribui a caneta; ao mulato, a balança e ao negro, a enxada), ele decide voltar ao campo, ao “*refúgio dos seus antepassados*” (SOUSA, 1978, p. 71), onde seria por fim, um pequeno produtor vivendo conforme os antigos costumes do morgadio¹⁸. A cidade, que já não lhe

¹⁸ Sistema de domínio e posse que se transferiu para Cabo Verde através da colonização portuguesa: “Os Morgados e Capelas, que se desenvolveram em Portugal, a partir do século XIII, destinavam-se a defender a base económica e territorial da nobreza e do Clero. Assim, por morte do titular, esses domínios eram, em princípio, inalienáveis e indivisíveis. A transmissão fazia-se pelo filho primogénito ou, na inexistência deste, através da filha primogénita. Procurava-se preservar as estruturas feudais na agricultura, impedindo a desarticulação dos domínios senhoriais.” (SILVA ANDRADE, 1996, p. 94).

apetecia, se transforma cada dia mais em um ambiente hostilizador de sua condição, configurando uma situação-limite que não era capaz de transpor, por isso passava o seu tempo exilado nos fundos da loja herdada da família, amargando em seu íntimo o esquecimento dos grandes homens de outrora e fugindo desse mundo à revelia. Vendo que as propriedades da família se apequenavam juntamente dos representantes de sua estirpe, Eusébio persegue a sua resolução: “Logo que arrumasse o assunto da letra, as partilhas entre os irmãos e vendesse a última caixa de fósforos, ninguém o seguraria na cidade. Viria imediatamente para o campo, e de vez.” (SOUSA, 1978, p.73).

A recursiva associação do presente ao tempo do trisavô Afonso Sanches da Veiga, ainda que seja por meio da busca pela manutenção do espaço que reitera o caráter conservador da elite dos morgados, promove uma estratificação temporal do texto que conduz ao que Erich Auerbach chama de “*simbólica sempiternidade do acontecimento*” (AUERBACH, 2001, p. 490). Através dela, se fixa na narrativa uma ideia ou a imagética noção dos fatos que foram iluminados por uma memória construída como reflexo mais ou menos consciente de uma dada realidade histórica. E sendo assim, a partir de diferentes formas de reordenação dessa realidade, seja pela perspectiva de Eusébio ou de outras personagens que se contrapõem a esta, o romance concatena diferentes concepções das transformações sociais abordadas:

Estas são as ordenações e as interpretações que os escritores modernos de que tratamos tentam apanhar num instante qualquer; e não uma, mas muitas, quer de diferentes personagens, quer da mesma personagem, em instantes diferentes, de tal forma que a partir do entrecruzamento, da complementação e da contradição surge algo assim como um visão sintética do mundo ou, pelo menos, um desafio à vontade de interpretar sinteticamente do leitor. (AUERBACH, 2001, p. 494-5).

O trecho do teórico e crítico alemão nos ajuda a compreender que, esses processos utilizados na elaboração da escrita têm a função de esclarecer algo sobre o perfil de determinada personagem, sobre os anseios que ela projeta para o seu mundo ideal, e sua importância se dá, sobretudo, se a sua atuação no enredo tem relação com a configuração da ideia de mundo que se quis propagar.

Nesse sentido, a inserção da personagem do doutor Vicente Spencer pretende marcar uma perspectiva inversa ao se contrapor aos ideias conservadores de Eusébio (os quais apresentam certa confluência com os da prima Noca e Felisberto, por exemplo), conduzindo o leitor a uma outra visão desse mesmo universo:

– Vejo da seguinte forma. Havia aqui uma aristocracia agrária, descendente directa dos povoados brancos. A ilha pertencia a meia dúzia de famílias

brancas que tinham escravos para lavrar os seus latifúndios. Tais latifúndios foram-se reduzindo através dos séculos com as heranças sucessivas. Cada geração de brancos surgida ao longo dos séculos era menos rica do que a anterior. Não havendo outras fontes de exploração senão apenas a agricultura, forçosamente que os brancos haviam de empobrecer e perder os privilégios da classe doutroira. Além disso, com a abolição da escravatura e a emigração para a América do Norte, surgiu uma classe média, fruto da libertação da mão-de-obra e do afluxo de divisas estrangeiras que permitisse a compra de bens imóveis por parte dos descendentes dos antigos escravos aos brancos em apuros financeiros. (SOUSA, 1978, p. 266).

A verossimilhança do trecho de discurso direto se fundamenta nas noções sobre as condições políticas e sociais da ilha mobilizadas na fala de Vicente que apresenta uma profunda consciência histórica. Ao contrário do “*assomo de patriotismo fervilhando nas veias onde corria o sangue de D. Afonso Henriques*” (SOUSA, 1978, p. 206) da elite conservadora, uma nova linhagem intelectual de jovens caboverdianos, como o doutor Vicente (e na qual também se inclui o engenheiro Ovídio), demonstra outro tipo de sentimento pela autoridade colonial:

O doutor Vicente não parecia lá muito satisfeito, metido no seu fato de casimira cinzenta, o pescoço apertado com uma gravata de cor de cardinal. Tivera na véspera uma pega com o administrador por causa dumas colchas e duns lençóis que o homem lhe levou para tapar a miséria das camas do hospital. O doutor abanou negativamente a cabeça dizendo ao administrador que para aldrabices não servia. Que o governador havia de encontrar a realidade e não o manto diáfano da fantasia a cobrir a nudez forte da verdade. A discussão atingiu uma fase perigosa quando o administrador lembrou ao doutor Vicente que se esquecesse que era apenas funcionário público. Então este respondeu que antes de tudo era médico, e médico em qualquer parte do mundo. Ao passo que o governador era simplesmente um oficial de cavalaria, e apenas dos cavalos de Portugal. (SOUSA, 1978, p.108-109).

Assim, confrontando as consciências sobrepostas no romance observa-se que preside ao contexto uma comunidade pró-colonial e outra contrária a esse regime. De um lado a camada conservadora de antigos proprietários de terras, e de outro, novas categorias que ascenderam social, econômica e intelectualmente. O doutor Vicente e o engenheiro Ovídio (cujas ascensões se dão pela via da instrução) e Antoninho Barato, Anacleto Soares (cujas ascensões se dão pela via comercial e econômica, proporcionada pela emigração) para citar as principais formas de superação, cada qual ao seu modo, fazem parte de um novo projeto de sociedade desvencilhada das tradições e símbolos do heroísmo português.

Ao fim do romance, a transferência do doutor Vicente para a ilha da Boavista sinaliza que os seus propósitos na ilha do Fogo incomodaram a administração e a “mudança” nada mais significa que um meio de repressão mascarada de tais formas de subversão. Contudo, o

mais importante de sua atuação no romance é justamente a propagação de um novo ponto de vista sobre o país em que vive. A punição e a censura se estabelecem ainda, em um plano metaficcional, como denúncia da condição do intelectual que manifesta opinião contrária ao regime vigente, daí a aproximação do autor em relação a essa personagem.

Outra figura de grande relevo na narrativa é Chiquinho, o filho mestiço de Eusébio que, apesar de morar desde a infância no sobrado dos Medina da Veiga, jamais pode esquecer – porque incessantemente lembrado pelos parentes – que era fruto de uma relação fortuita do pai com uma mestiça. A questão da paternidade segue ilegítima, apesar de Chiquinho ser, porventura, o seu único vínculo sanguíneo que ainda se mantém próximo. Para além dessa problemática propriamente dita (discutida mais extensamente no segundo capítulo), a relação entre Eusébio e Chiquinho consiste em deflagrar as contradições prementes desse contexto social. Enquanto herdeiro das ideologias de uma classe secular, Eusébio não aceita que os mestiços se sintam legitimados a tomar posse dos grandes sobrados pertencentes outrora “à gente graúda da ilha”, tampouco, a se comportar como eles:

Nhô Anacleto desceu do carro e abriu logo o guarda-sol para proteger a pele dos raios ardentes de beira-mar. Nhô Eusébio não suportava esse guarda-sol. Achava que isso de resguardar a carapinha era só vaidade e vontade de virar branco. Sim porque quando rapazinho a correr atrás das cabras, se calhar nem um boné usava Anacleto. Bem dizia Jerónimo, negro quando sobe ao poleiro fica insuportável. Pudera, com chofer branco, sobrado na cidade e filho a partir para Lisboa, só lhe faltava desbotar um pouco para virar gente branca. (SOUSA, 1978, p. 182).

Dessa forma, a relação entre brancos e mestiços, entendidos como elementos resultantes do encontro entre europeus e africanos, e consequente portadores da insígnia procedente da colonização portuguesa no arquipélago, é problematizada nesse romance segundo uma convivência conflituosa que se converte em repúdio por parte de uma minoria branca, caracterizando uma das grandes ironias vinculadas ao sistema ideológico colonial: a não-aceitação social dos mestiços e, portanto, a negação do elemento assimilado, um dos principais argumentos legitimadores e mantenedores do discurso colonizador.

Apesar disso, é essa condição intermediária entre o negro e o branco que dará ao mestiço de Cabo Verde maior possibilidade de ascensão social, pois, a sua ascendência branca, como afirma Silva Andrade (1996) contribuirá para essa possível mobilidade:

A estratificação da sociedade caboverdiana, assim feita, não podia senão reflectir uma relação evidente entre as riquezas e a origem étnica dos grupos em presença. Essa situação não era particular do arquipélago. Ela caracterizava as sociedades nascidas do encontro de duas civilizações, em

que uma se encontrava em situação de dominação em relação à outra, particularmente, nas sociedades escravagistas em que os brancos eram, com certeza, os senhores, portanto, os detentores dos meios de produção e os negros, escravos, assimilados aos instrumentos de produção. Os mestiços que daí resultaram, privilegiados pelos seus progenitores brancos, serão, evidentemente, os primeiros a subir na hierarquia social. (SILVA ANDRADE, 1996, p. 128).

Em seu ensaio intitulado “*A ficção cabo-verdiana pós-claridosa: aspectos fundamentais da sua evolução*”, José Luís Hoppffer Almada ressalta a importância da abordagem do racismo em *Ilhéu de Contenda*, tendo em vista, sobretudo, “*a natureza irreversível da mestiçagem em Cabo Verde*.” (ALMADA, 1998, p. 171), que estava em vias de se tornar independente.

No plano narrativo, ocorre por meio da configuração das personagens o acirramento de tal condicionalismo histórico que configura a “contenda” protagonizada pela antiga aristocracia ressentida de sua condição diante de uma nova categoria social de emigrados retornados que surge amparada pelo capital estrangeiro. Equivale a dizer que, a classe renegada e “*mal parida*” (SOUSA, 1978, p.176) é a que vai reivindicar primeiro o direito de participação do espaço cívico consagrado à nata foguense em extinção.

Chiquinho, que se situa dentro dos sobrados, mas fora das tradições familiares procurará se encontrar enquanto sujeito longe do ambiente da ilha que apequena a sua existência. A sua fuga se converte, assim, em uma frenética busca capitaneada pela necessidade do reencontro consigo mesmo. Nesse sentido, a emigração é compreendida no contexto das obras da trilogia como a principal estratégia não só para a mobilidade social, como para a superação do quadro socioeconômico imposto com a colonização. No terceiro romance, o enfoque na figura e nas condições psicossociais do emigrado ressalta a sua importância para a nova ordem econômica que se estabelece com a independência nacional.

3. *Xaguate* (1987)

Composto de 60 capítulos, o último estágio cronológico da narração que compõe a trilogia contempla em seu título, assim como os dois primeiros, a ideia de espaço. O cutelo¹⁹ de Xaguate compendia o passado e o presente do protagonista Benjamim que decide retornar à ilha natal depois de cinquenta anos de ausência, os quais foram empregados no trabalho

¹⁹ Na acepção para Cabo Verde do Dicionário Porto Editora (consulta online): lugar elevado; cimo do monte; miradouro (em crioulo caboverdiano: *kutelo*).

árduo nos portos norteamericanos que, contudo, foram de melhor retorno do que aqueles que as ilhas poderiam lhe oferecer.

Ao ser informado da herança que lhe coube na partilha dos bens familiares, a casa onde cresceu, Benjamim retorna a Cabo Verde deixando para trás o ambicionado mundo americano que, depois de aposentado, pouco lhe oferecia:

Vinha disposto a meter ombros à reconstrução do velho prédio. Precisava de começar desde logo a preparar o seu alojamento definitivo, longe do rebuliço da América, do calor de assar e do frio de enregelar. Além disso, sozinho na Lafayette Street, sem mulher, sem filho, o Júnior morando em Bóston, sem o fôlego duma criatura a seu lado, precisava de arranjar uma companhia agradável e regressar de vez à tranquilidade doutros tempos. A pensão de reforma não era má. Todos os meses recebia-a em dólares. A um câmbio bastante alto, permitir-lhe-ia um nível de vida muito razoável. Além disso, deixou uma soma bastante bonita no Citzen Bank. Estava tudo bem planeado para esta nova fase da sua existência. Tudo que dependesse de dinheiro seria executado. Mas esse tudo não o satisfaria inteiramente se não arranjasse uma mulher que quisesse ser sua companheira dedicada e a quem também valesse a pena fazer feliz. Se tal não acontecesse, não daria por totalmente bem sucedido o seu regresso. Estava cansado de viver só no casarão de Lafayette Street.

Que era feito de Cristalina? (SOUSA, 1987, p. 22)

O intervalo que separa seu passado do seu presente, isto é, o fosso temporal de cinquenta anos que o afasta dessa realidade permite à personagem compor uma visão associativa da transformação sofrida pelo tempo, espaço e pelos costumes que marcam o atual modo de vida na ilha.

Ocorre, assim, por meio da referência espaço-temporal, o reencontro do homem com o menino. Sedento por realizar sonhos impossíveis no passado, o protagonista se vê de volta ao lugar onde, quando garoto a correr atrás de papagaios, pensava na *menina de frente altaneira* (SOUSA, 1987, p. 334) tão linda e inalcançável quanto a lua, um tempo avivado agora somente nas suas lembranças, já que o antigo desértico cutelo abriga agora um luxuoso hotel, onde Benjamim passará os primeiros dias do seu retorno e onde também conhecerá a provocante Rosa, figura feminina de grande importância para o desfecho do romance.

Apesar da visível modernidade que incidiu sobre a ilha, em seu íntimo, Benjamim se mostra apegado aos sonhos do tempo de sua meninice. Com o seu regresso planeja construir um sobrado em S. Filipe e se casar com Cristalina, a filha de Guilherme da Veiga – personagem que compõe o primeiro estágio narrativo da trilogia – a quem dedica um amor platônico desde a adolescência, e a quem agora poderia oferecer uma vida ainda mais suntuosa do que a que um dia levou no velho sobrado paterno:

Durante cinquenta anos em que esteve ausente, nunca mais olhou para o céu, para a Lua, para as estrelas, nunca mais sentiu a falta de chuva ou a desejou veementemente, nunca mais reparou em animais com cio, nunca mais ouviu cantar um galo de madrugada, zurrar um burro à distância, estrepitar um foguete nas alturas. O regresso à terra haveria de ser isso tudo de que esteve tão afastado esse tempo todo. O seu regresso tinha que incluir Cristalina, essa Cristalina que ali no Xaguate recebia as suas mensagens de amor, através da guita perdida no espaço. Em nenhum momento se sentiu tão regressado como naquela horinha gostosa em que bebericava um *scoth* na esplanada do hotel. Esse reencontro com o cutelo outrora tão ermo, mas tão povoado de sonhos e desejos, seria o ponto de partida para nova vida. [...] Todo o frenesim em redor podia continuar sem perturbar a sua felicidade. Fizera a visita que mais desejou desde o dia em que pôs os pés no chão do Fogo. Encontrou-a viva, ainda mais bela, menos distante, descida da janela altaneira donde a ninguém concebia a esmola dum olhar. Com semelhante encontro sentia-se agora mais determinado na concretização do seu plano de sobrado. (SOUSA, 1987, p. 100-101).

Cercado dessas lembranças e se sentindo, enfim, capaz de alcançar Cristalina, Benjamim crê ter a oportunidade de concretizar o seu amor impossível. Ao reencontrá-la, o “americano” se vê convencido de que o tempo a fizera esperar por ele, e planeja finalmente viver a história de amor inadmissível há meio século:

Quando a viu naquele quarto do Cerradinho, tão queixosa e mansinha na cama, não lhe pareceu a mesma Cristalina, alta, pomposa doutros tempos. A cozinheira Eufémia conhecia imensas histórias e adivinhas. Quando perguntava, coisa como coisa, alta, pomposa, que dá luz para todo mundo, os meninos de casa respondiam em coro: “Lua.” Comparava, assim, a filha de nhô Guilherme, distante, luminosa, intocável, com a Lua. (SOUSA, 1987, p. 113).

A impossibilidade de concretização do sentimento de Benjamim pela menina de sobrado se deve não somente à distância física que os separava, mas à social e também econômica. No entanto, uma vez “*descida da janela altaneira*” e despida do esplendor de outrora, Cristalina se torna mais acessível a ele, que goza agora de privilégios melhores que os concedidos a ela, no tempo áureo dos sobrados de grandes varandas.

Apesar disso, ao contar com o provável retorno ao sobrado paterno, possível somente através do casamento com Benjamim, Cristalina parece querer recobrar os antigos valores e a mentalidade que a caracterizavam quando menina:

nha Crista já estava arranjada e sentada numa cadeira de balouço a olhar para o aparelho de televisão. Ia e vinha no embalo delicioso desse regresso, rodeada de objectos que evocavam os bons velhos tempos. O embevecimento era tal que se alheou dos montadores de antena. Estes ficaram plantados no meio da sala à espera que acordasse a Bela Adormecida. Ela ostentava uma serenidade quase solenidade que afastava os restantes pecadores da sua intimidade. (SOUSA, 1987, p. 308).

A caracterização de nha Crista no trecho exposto demonstra a incapacidade de superação dos derradeiros filhos dos sobrados, agora descidos de suas varandas, diante da reformulação que se opera no plano das relações pessoais mediante a modernidade. Por sua vez, ao se adaptar à nova realidade fogueense, Benjamim começa a se dar conta de que seus objetivos estão intimamente relacionados a valores de uma sociedade que não existe mais. Valores referentes à mentalidade local que atribuía à elite um *status* de exaltação e superioridade dominantes na época em que deixou a ilha. Passado meio século, os sobrados já não possuem a mesma aura de outrora, nem Cristalina é a mesma menina que “*ia espiar à esquina de nha Mioda*” (SOUSA, 1987, p. 201):

O engenheiro Ovídio estava cheio de razão quando primeiro o aconselhou a mexer no miolo e a não tocar na casca. Gastaria menos dinheiro, não se deixaria aliciar por Cristalina e não estaria agora chateado com o que via a desenrolar-se à frente do nariz. Ela no Cerradinho mostrava-se mais humilde. Agora parecia que desenterrava a soberba dos avoengos juntamente com os tarecos daquele rés-do-chão. (SOUSA, 1987, p. 346).

Segundo o engenheiro Ovídio, o mesmo filho do comerciante Anacleto Soares que figura em *Ilhéu de Contenda*, na cidade, e não mais vila de S. Filipe, se propagava uma política de conservação das construções históricas, se aplicando tanto para os sobrados, quanto para as casas mais simples, os projetos de restauração como forma de salvaguardar a história arquitetônica local. Contudo, é nesse sentido que, ao ser reempossada do sobrado onde cresceu, Cristalina recobra também o conjunto de valores conservados em analogia a sua imagem.

Assim, ao mesmo tempo em que o amor de Benjamim se torna concretizável, devido à decadência dos valores de sobrado, ao oferecer à sua amada o seu refúgio ancestral, o “americano” reascende a crença de seu pertencimento àquele lugar, o que a motiva a agir em defesa da superioridade de sua memória familiar:

Benjamim multiplicava-se em atenções. De minuto a minuto, ia à procura de Cristalina para lhe perguntar se se sentia melhor, afagava-a demoradamente sob os olhares pendurados nas vetustas paredes. Uma das vezes até tentou beijá-la. Feliz Natal. Mas ela achou que não estava a ser muito feliz, evitando delicadamente as carícias do noivo. Anuiu, todavia, a acompanhá-lo até à casa de jantar. Era ali um redemoinho de queixos, mãos e facas, garfos, colheres, copos, pratos e pratinhos, dir-se-ia um campo de culturas invadido por gafanhotos. Balbina entornou vinho na toalha engomada, mais um aborrecimento para a futura dona do sobrado. A enxaqueca atingiu o cume quando o pessoal, de champanhe em punho, se saudava mutuamente. “Feliz Natal. Feliz Natal”. Apaziguados os votos de boas festas, Balbina ofereceu-se para tratar da toalha, informando que com cocó de galinha havia

de tirar a nódoa toda. “Com o cocó nas ventas precisa ela.” Cristalina chamou Benjamim à parte e falou-lhe com firmeza. De futuro, qualquer festa ou recepção em sua casa teria de ser previamente combinada para evitar a introdução de gente mais ou menos. Não fora criada nessas misturas e não era a Independência que a fazia mudar de ideias. Manuela era maior e vacinada, fizesse o que lhe apetecesse. Ela, Cristalina da Veiga Faria... “Faria, não, da Costa.” Vá lá, da Costa, gostaria de morrer como nasceu. Nua, sem nada? Nua, não, vestida com a dignidade do berço. (SOUSA, 1987, p. 341-342).

Esta tomada de consciência por parte do protagonista o faz penetrar mais fundo na realidade de sua ilha. O seu percurso, tanto interno (psicológico), quanto externo (físico) o projeta, no início da narrativa, como um indivíduo aprisionado em si mesmo, reprimido em suas memórias e em um espaço nacional que já não existe mais.

A sua transformação resulta do processo de reconhecimento e de reintegração à medida que ele contempla a paisagem e rememora o ambiente de sua infância ligando-o a sua atual identidade. Ao restituir o convívio social em sua terra natal, o protagonista se torna menos idealizador dos projetos que objetivava realizar com o seu regresso, por compreender o ambiente e as relações que caracterizavam a ilha depois da independência política.

O tema central recai, portanto, sobre o regresso, que promove o reencontro e o embate do emigrado com uma realidade (espacial e, em parte social) mudada, em um jogo de permanências e mudanças que aos poucos atua sobre a personagem central e acaba transformando seu próprio modo de ser, agir e pensar. Por conseguinte, o protagonista incorpora na estrutura da narrativa uma força sintetizante da superação histórica do mestiço, enquanto portador de uma memória capaz de diferenciar os valores sociais anteriores e posteriores à conquista da independência nacional.

Sendo assim, é em *Xaguate* que se opera efetivamente a reviravolta das relações entre negros, mulatos e brancos. Embora ainda haja uma resistência pelo esquecimento da hierarquia secular por parte dos últimos, a moderna sociedade caboverdiana já não se guia pela obstinada tripartição entre sobrados, lojas e funcos: “*O sobrado deixou há muito de ser privilégio do colono branco. Qualquer cidadão, tenha a cor que tiver, tenha os ascendentes que tiver, tem pleno direito de construir a casa que quiser, onde quiser.*” (SOUSA, 1987, p. 171).

A respeito de tal guinada sociocultural, o processo de subjetivação desenvolvido nesse terceiro romance demonstra que as mudanças nos quadros sociais, políticos e econômicos sugerem que a contemporaneidade promoveu a inversão progressiva das categorias sociais abastadas apresentadas no primeiro romance. É sintomático desse fenômeno o afastamento de

Cristalina que vive alheia às mudanças no convívio social em seu último refúgio, o Cerradinho. Ou ainda, o exemplo que se prolonga de *Ilhéu de Contenda*, no qual Eusébio, afastado das rivalidades sociais e econômicas do ambiente urbano, se mantém enclausurado com seus antigos hábitos de filho da elite, no sobradão de Ilhéu de Contenda até a sua morte, narrada no meio deste último romance.

Tais relações são preservadas, grosso modo, no plano da individualidade, isto é, se caracterizam a partir da visão particular que Cristalina e Eusébio têm do mundo, e como, enquanto sujeitos, se posicionam diante dele e em defesa das suas tradições familiares. Eles são, pois, exemplos da porção social decadente que se afugenta em lugares remotos na tentativa de preservar os antigos hábitos impossíveis já de serem mantidos na cidade que se moderniza, ainda que com certos laivos conservadores, o que impede que se mantenham os padrões de vida exatamente como nos tempos coloniais.

Vale destacar, ainda, que em decorrência desse posicionamento tipicamente reacionário dos derradeiros filhos da elite, instala-se um conflito de gerações gestado no decorrer da narrativa entre Cristalina e sua única filha Manoela. A mãe representa uma ligação maior com a religião e os antigos costumes do sobrado; por sua vez a filha concebe o mundo de maneira diferente, apresentando um empenho maior com relação à política nacional e ao engajamento partidário de esquerda que tem na figura de Amílcar Cabral o seu maior mártir, que aderiu à “*luta intelectual contra o colonialismo*” e foi “*considerado o Pai da nacionalidade cabo-verdiana e guineense*” (GOMES, 2008, p. 77-80), tal como evidencia Simone Caputo Gomes.

No que concerne à histórica estrutura dos *sobrados*, *lojas* e *funcos*, Manuela tem clara a sua (o)posição, apesar de a mãe se embasar enfaticamente na ideologia que está por trás de tal tripartição:

– Por mim – Manuela não desistia de contrapor-se ao camarada Ovídio –, se fosse economicamente viável passar cem *buldozers* por cima de São Filipe e arrasar tudo, sobrados, lojas e funcos, e construir depois uma cidade nova para um país novo, fá-lo-ia de bom grado. Na impossibilidade de assim se proceder, devemos permitir a substituição gradual desse passado que não deixou saudades. Por isso, acho que o critério do camarada – olhando de frente para o seu contendor – é um critério passadista, conservador, nem sequer reformista é. (SOUZA, 1987, p. 172).

Em virtude desse embate de perspectivas diversas a respeito da dinâmica social, em face umas das outras, reafirma-se o velho ditado árabe de que “todo homem é mais parecido com sua época do que com seu pai”, e suas ações, assim como sua concepção de mundo, são

irrevogavelmente gestadas por ela. Tal aspecto nos persuade a pensar sobre quão profundas podem ter sido as transformações empreendidas pelas três narrativas, levando em consideração que, as consciências que entram em choque no decorrer dos romances resultam de tempos e valores diversos nos quais as suas mentalidades foram formadas.

De forma análoga, mas em condições um pouco distintas, as diferentes perspectivas de Benjamim e nha Crista culminam no afastamento do “americano” pela soberba e desprezo da eterna menina de sobrado. Diante da amargura de ver Cristalina se distanciar dos seus sentimentos, Benjamim encontra consolo e refúgio na companhia de Rosa, que o persegue desde a sua chegada ao *Hotel Xaguete*, promovendo encontros fortuitos que aos poucos desviam a sua atenção dos planos de se casar com Cristalina:

Atrás ficou a aragem perfumada da moça, à frente o busto emoldurado de Cristalina quando ela se distanciava na janela sudoeste do sobrado, passeando a vista pelas ruazinhas das traseiras da igreja. Não, não ia deixar-se apanhar assim tão facilmente. Essa menininha andava a tentá-lo. Sabería agüentar-se firme como a rocha da Fonte da Vila. Prosseguiu sereno e tranquilo no trajecto para a sala de jantar. (SOUSA, 1987, p. 104).

Ao contrário da filha de Guilherme da Veiga, associada na passagem a um *busto emoldurado*, Rosa não é idealizada, tampouco intocável ou proibida a Benjamim. Sensual e bela, ela o oferece não só um amor físico e carnal, como também a completude existencial ao seu espírito caboverdiano:

Através dos vidros embaciados percebia-se o arrebol da aurora. Nada mais do que isso se via para além da confusão dos sapatos e roupas esparsos no interior do carro. Já estavam recompostos quando ouviram a aproximação do rumor dum rebanho. Cascos delicados pisavam os paralelepípedos da estrada. De quando em quando, soava a voz do pastor. Desceram os vidros. Dezenas de cabras passavam rentes ao automóvel. Pairava no ar um odor a curral, misto de cheiro de palha, a estrume, a urina, ao sexo do bode. Rosa quis beber leite fresco. Também ele, Benjamim de nhô Domingos, sentiu desejo louco de ordenhar uma cabra. Fez isso muitas vezes em São Jorge. (SOUSA, 1987, p. 350).

Diante da existência fragmentada de Benjamim, um sujeito em constante busca pelo elemento que, por fim, pudesse unificá-lo novamente, os calores da terra e do corpo de Rosa se juntam para integrá-lo definitivamente ao espaço físico e restabelecer os seus laços telúricos. Dessa relação resulta a simbólica imagem do nascimento que dá ao romance um emblemático e inesperado desfecho:

– Agora há uma coisa, Benjamim, eu não vinha prevenida...
– Prevenida para que?

- É que pode ter acontecido um menino.
 - Menina é melhor, já que só tenho um filho macho.
 - Não se importava?
 - Não me importava nada.
 - Se fosse menina, que nome gostaria de lhe dar?
 - Maria Rosa da Chã...
 - ... e Costa.
 - Okay, e Costa.
- (SOUSA, 1987, p. 350-1).

Os sentimentos e lembranças que caracterizam a essencialidade da personagem de Benjamim apontam não só para a função socioeconômica que a categoria a que pertence desempenha no progresso dessa sociedade, como também para a sua condição psicossocial, enquanto ser moderno e fragmentado, em constante ruptura com padrões determinados.

Depois de “*perder o ar de emigrante retornado*” (SOUSA, 1987, p. 105), Benjamim reconstrói os seus laços telúricos ao passar por diversas experiências ligadas à lembrança pessoal e sensorial, aliadas a uma profunda análise do cenário e das condições de sua ilha natal. A sua perspectiva distanciada revela progressivamente as transformações e modernizações do espaço e das subjetividades em interação, em relação ao período colonial; e integra a composição do quadro nacional na medida em que se associa uma categoria social de elevada importância para a atual configuração politicoeconômica do arquipélago.

Do seu ponto de vista, a ilha parece ter sofrido uma grande transformação. Apesar do atraso industrial que ainda a caracteriza, a modernização incide, sobretudo, na melhoria de vida da população desfavorecida nos tempos dos grandes morgados, proporcionando um contexto muito diferente do narrado em *Ilhéu de Contenda* e *Na Ribeira de Deus*. Apesar de ainda haver quem viva em funcos – como Balbina –, “*o homem ganhou mais dignidade*”, pois já não se achava, como em outros tempos, “*normal que se morresse de fome*” (SOUSA, 1987, p. 69).

Mesmo os sobrados ficaram pouco confortáveis perto das novas casas que figuram pela ilha: “*nós, que nunca fomos do sobrado, pensamos que os brancos viviam em palácios. O senhor vai ao Lém, por exemplo, e encontra ali habitações muito mais confortáveis do que esta.*” (SOUSA, 1987, p. 45).

Tendo em vista esse grande contraste histórico, o protagonista é levado a redefinir a concepção que possui da sociedade que lhe serviu de berço, e que agora se ampara em outros valores, buscando compreender ainda qual o seu papel dentro dela.

Embora *Xaguete* seja um romance voltado inteiramente para uma paisagem específica, os temas abordados competem em valorizar a universalidade em torno da busca por um tempo

perdido, ressaltando os sentidos que marcam a existência humana e demonstrando a sua capacidade e necessidade de se relacionar com outrem. Nesse sentido, a aventura amorosa de Benjamim, o seu estado de êxtase ao reacender os sentimentos que povoavam a sua existência pueril, o reencontro com a família, entre outros aspectos, competem em atribuir à narrativa um sentido universalizante capaz de conduzi-la a desterritorialização de seu enredo. A sua particularização relacionada ao mundo caboverdiano se deve, por outro lado, à evocação do espaço específico a que o protagonista intimamente se refere e às relações estabelecidas dentro dele, mas ainda assim, a saudade, a sua busca pela felicidade e por um amor que o complete se mantêm como anseios universais, demonstrando um dimensionamento existencial pleno na ocasião do regresso ao espaço familiar. O autor combina, assim, harmoniosamente os elementos locais aos universais.

4. O inventário econômico realizado por Teixeira de Sousa.

Em sua apurada apreensão da realidade sociocultural da ilha do Fogo, Teixeira de Sousa enfatiza na composição da trilogia os aspectos econômicos que configuram o modo de vida e as relações sociais estabelecidas no contexto dessa sociedade caboverdiana em transformação. Essa preocupação se torna bastante evidente e, na medida em que se reitera em toda a sua produção, configura a nosso ver importante aspecto para a compreensão da identidade literária do autor. No dizer de Arnaldo França:

Vindo não da geração da *Claridade*, mas dela herdeira e enriquecendo-a com uma teorização ideológica, Teixeira de Sousa é um ficcionista que para parafrasear Engels nas suas observações aos romances de Balsac que melhor lhe deram a conhecer o período da Restauração que qualquer tratado de economia, documenta a evolução da sociedade cabo-verdiana, no decurso deste século, com invulgar valor documental que permanece graças ao sábio tratamento das categorias narrativas (FRANÇA, 1998, p. 124).

Ao traçar as condições de vida características da ilha do Fogo, Teixeira de Sousa realiza um autêntico inventário econômico da ilha por englobar a partir de seu registro estético o processo que vai desde o auge dos morgados²⁰, até a crise fundiária que teve seu ápice nas grandes secas do século XX; e em consequência, a intensificação dos estratégicos fluxos emigratórios, como solução para a estagnação econômica do país.

²⁰ Antiga forma institucional de posse familiar de terras transmitida de primogênito a primogênito.

Considerando a sua condição insular e a sua realidade climática, as ilhas de Cabo Verde demonstraram ter pouco sucesso na agricultura implantada com a colonização portuguesa com vistas para a exportação. Apesar dos lucros obtidos com o plantio da purgueira²¹ e outras plantas oleaginosas, o café e a cana-de-açúcar, e ainda com a extração do sal (de potencial inesgotável), a exploração da urzela e outros recursos naturais, a sua importância maior se deu em relação à sua posição privilegiada entre os continentes africano, americano e europeu. Assim, durante muito tempo o arquipélago serviu como entreposto, primeiro de abastecimento para o tráfico de escravos, e depois da abolição dessa atividade, para a manutenção e armazenamento da navegação ligada ao comércio intercontinental (SILVA ANDRADE, 1996, p. 145-155).

As técnicas ligadas à atividade agrícola, base econômica da maior parte das ilhas, como afirma Silva Andrade (1996), não passaram por avanços ou aprimoramentos nem mesmo depois da era industrial, a qual também a sociedade portuguesa não pode cedo alcançar. Mantiveram-se, portanto, os mesmos métodos rudimentares que se praticou desde o início da colonização, o que aliado à aridez do solo islenho e ao clima rigoroso não favorecia o cultivo voltado para a exportação, atividade segundo a qual foi definido o caráter da propriedade privada.

Nas palavras de Hernandez (2002), as relações sociais em Cabo Verde se estabeleceram a partir da desigualdade econômica. Em consequência os padrões de comportamento e as formas de interação dos agentes sociais se baseiam nos pares: mandonismo/submissão, superioridade/inferioridade, contribuindo para que se mantenha viva, assim, a condição do escravo: *“Historicamente, a dominação nas ilhas de Sotavento, em especial em Santiago, Fogo e Maio, aparece, de modo típico, como fundada na violência de mando, tanto institucional quanto simbólica”*. (HERNANDEZ, 2002, p. 70).

Dessa forma, os morgados representam o contingente responsável por exercer a dominação, que dentro da estrutura criada, força o funcionamento do sistema de modo a se estabelecer em uma posição intermediária entre a metrópole e a população das ilhas.

Para Anjos (2006), essa mediação realizada pelos senhores dos grandes morgadios era responsável pela manipulação do poder segundo os seus interesses. Os morgadios, como se caracterizam as propriedades fundiárias dos morgados, são a herança de um sistema de rígida estratificação, e por isso, tendem a bloquear qualquer tipo de comunicação externa com o interior das ilhas. Sob o ponto de vista documental, sem que necessariamente tenhamos que

²¹ Planta oleaginosa que se adaptou bem ao clima do arquipélago e se destinava exclusivamente à exportação, monopolizada por Portugal.

restringir o valor das obras estudadas a esse âmbito analítico, mas sem também deixar de lado esse importante aspecto, todo o controle políticoadministrativo estava, pois, vinculado à autoridade dos *morgados*. Como herdeiros dessa organização, os filhos dos sobrados constituem os novos mediadores urbanos, tal como representado no contexto narrativo de *Na Ribeira de Deus*. Por sua vez, o romance *Ilhéu de Contenda* aborda o momento econômico no qual se realiza a ruptura dessa mediação secular, segundo Anjos (2006):

A situação etnografada por Teixeira de Sousa é a conjuntura tensa da decadência dos velhos mediadores – os *morgados* – sem que os novos grupos tenham plenas condições de substituí-los. Teixeira descreve a ‘velha nobreza’ da ilha do Fogo antes da decadência como ‘elite que vive de forma regalada’, podendo passear regularmente em Lisboa, mandando os filhos estudar nos colégios da metrópole, tendo como base econômica ‘escravos às dezenas, animais às centenas, moedas de ouro aos alqueires’ e sobretudo grandes propriedades de terra. (ANJOS, 2006, p. 36).

Com a decadência dos *morgadios*, em virtude das condições climáticas desfavoráveis ao desenvolvimento agrário e também por conta do endividamento consequente às crises, o interesse econômico se volta para o setor comercial, atividade até então pouco valorizada pela elite. O comércio passa a ser um dos principais pontos de concorrência das famílias brancas em relação aos emigrantes, grupo majoritariamente composto por mestiços que com um capital de trabalho acumulado fora das ilhas adquiriam esses estabelecimentos comerciais. Sob esse aspecto, afirma Anjos:

O comércio era, até meados do século passado, naturalmente uma actividade nada nobre; a elite dos *morgados* ‘nunca quis saber do comércio para nada’ (Teixeira de Sousa, 1978, p. 78). No início do século é o principal campo de disputa entre a velha classe dominante e os emergentes não-brancos. (ANJOS, 2006, p.37).

Ao estabelecer uma relação de tensão entre as personagens de Eusébio Medina da Veiga (representante da velha aristocracia agrária); e Anacleto Soares e Antoninho Barato (representantes do grupo emergente de comerciantes mulatos), *Ilhéu de Contenda* propõe demonstrar tal rivalidade pautada no sentimento de superioridade estereotipada dos brancos pelos “não-brancos”, como evidencia o trecho:

Sempre gostou da vida de campo. Estava mesmo arrependido de ter perdido tantos anos na labuta comercial, sem resultado que se visse. Só fez foi contrariar a sua vocação, que o destino finalmente lhe ia devolver, para a sua completa felicidade. Um homem escrupuloso como ele não podia ser bom comerciante. Além disso, ver a loja deserta e os fregueses correndo para o Anacleto, Antoninho Barato e outros de igual calibre era uma humilhação que não conseguia suportar. Custava-lhe imenso sentir a preocupação de

Chiquinho pela fuga da clientela. Experimentava mesmo uma espécie de vergonha quando Chiquinho se mexia para atrair fregueses. Arvorado em agenciador de clientes, o rapaz agia na melhor das intenções. Mas a ele, Eusébio, isso vexava-o muito fundo, um fedelho de vinte anos a correr atrás dos americanos e dos burros de purgueira para salvar a loja. Não. Não permitia que tal continuasse nem que tivesse de entregar toda a existência por meia dúzia de patacos. De resto, precisava de despejar a loja para entregar a casa ao futuro dono. (SOUSA, 1978, p. 179-180).

Sendo assim, as estratégias discursivas através das quais se processam a situação comunicativa e a condição de cada personagem se pautam em modelos articulatórios da situação econômica, social e política das ilhas dentro de uma perspetivação histórica.

A ideia de Antonio Candido discutida em seu ensaio “*Estrutura literária e função histórica*”, de **Literatura e sociedade** – cujo conceito central consiste em afirmar que toda obra literária é uma reorganização própria do mundo ou de uma realidade específica (CANDIDO, 2006, p. 187) – reflete essa capacidade da literatura, em seu processo de formalização estética, de trazer para dentro de si o meio social no qual se insere, seja para integrá-lo ou para contrapor-se a ele. Desse ponto de vista, o princípio organizador do romance de 1978, a partir do qual a trilogia foi projetada do ponto de vista composicional, está baseado na desestruturação hierárquica do sistema econômico mencionado.

A criação de condições para a mobilidade social, proporcionada pelo declínio das propriedades fundiárias, isto é, dos morgadios, é consequente do início de uma transição sociopolítica do mundo colonial narrado em *Na Ribeira de Deus*, para o mundo pós-colonial que culmina em *Xaguate* revelando através de suas transformações, principalmente, no plano das relações sociais e pessoais, a profunda crise gerada pela reconfiguração das estruturas socioeconômicas.

Para além da importância documental que marca os registros factuais da história da ilha do Fogo e de sua realidade econômica, em extensão à qual se pautam as relações sociais em dinâmica, as narrativas da trilogia propõem um redimensionamento universal ao questionar os valores e posições ideológicas que figuram em seu objeto referencial, e ao se contrapor a ele em alguns momentos, sugere outro ângulo perceptivo capaz de direcionar a profunda reconstrução de sentidos e destinos humanos mesmo quando o mundo narrado parece estar mergulhado no caos, ou talvez, justamente por isso.

CAPÍTULO 2

Fisicamente, habitamos um espaço, mas, sentimentalmente, somos habitados por uma memória.

José Saramago

A MEMÓRIA E A IDENTIDADE SOCIAL: NEGOCIAÇÃO E (RE)INVENÇÃO

Enquanto fenômeno integrante da experiência social, a memória constitui o processo, segundo o qual, dentro de um determinado contexto e referindo-se inevitavelmente a ele: ao seu modo de vida, à sua linguagem, à sua história e aos sujeitos que o circundam, o homem produz o sentido de sua socialização. O que nos leva a partir do princípio de que é por meio da apreensão do fator da coletividade que se projetam tais formas de sociabilidade.

Pautado nos estudos de Pierre Nora e de Maurice Halbwachs, Michael Pollak direciona dois dos seus mais citados artigos “*Memória, Esquecimento, Silêncio*” (1989) e “*Memória e identidade social*” (1992) para uma pertinente interpretação do fenômeno da memória como componente principal da identidade coletiva e individual na modernidade.

A condição de pertencimento, apreendida no sentido de identificação, ainda que se tenha a modernidade como parâmetro analítico, se aplica a toda e qualquer noção de identidade, seja ela fragmentada ou imutável, apontando para o caráter determinante de uma coletividade ou individualidade.

Como afirma Pollak, é a necessidade histórica que reivindica o acirramento discursivo em torno das questões identitárias. Para o sociólogo, existem momentos específicos nos quais a identidade se torna objeto de discussão em relação a um “*outro*”. E nesse sentido, a memória pode ser negociada em função da afirmação ou negação desta ou daquela identidade tanto no nível individual, quanto no coletivo.

No que diz respeito à memória coletiva esse aspecto se refere, portanto, a uma problemática encerrada em torno da constituição seletiva de sua organização. São diversos os pontos de referência responsáveis pela vinculação da memória pessoal à grupal. Os monumentos, os lugares, o patrimônio arquitetônico, as paisagens, as datas, as personalidades

históricas, as tradições em geral são alguns dos elementos que constituem os indicadores que apontam para uma memória coletiva.

Pautado na proposição metodológica durkheimiana²² utilizada por Halbwachs, Pollak reitera ser possível identificar esses diferentes pontos de modo a compreendê-los como “*indicadores empíricos da memória coletiva de um determinado grupo.*” (POLLAK, 1989, p. 3); no entanto, por outro lado, já não é mais possível conceber a memória como um conjunto pacífico e coeso desses indicadores, tal como propunha essa linha metodológica.

A ênfase dos atuais estudos relacionados à memória das sociedades está voltada para uma análise de caráter construtivista que busca compreender “*como os fatos sociais se tornam coisas*” (POLLAK, 1989, p. 4), antes de considerá-los como tais. Desse prisma, torna-se necessária uma análise que leve em conta os processos e as personagens que atuam na organicidade dessas memórias observando-se o direcionamento da sua representação em termos coletivos, o qual pode, em decorrência de seu caráter seletivo, caracterizar uma disputa entre o discurso oficial e o popular.

Ao tratar de como os eventos traumáticos como as guerras e outros processos de caráter político totalitário têm incidências na memória civil, Pollak reconhece que esses períodos conturbados e opressivos são comumente geradores de “*ressentimentos acumulados no tempo e de uma memória da dominação e de sofrimentos que jamais puderam se exprimir publicamente.*” (POLLAK, 1989, p. 5). Por conta disso, mantém-se, paralelamente à memória oficial, uma memória não-oficial que o sociólogo denomina “subterrânea”, na qual estaria a verdadeira face desses momentos de crise.

A memória conservada oralmente e transmitida em caráter familiar se situa nesse campo objetual que se converte em uma forma de subversão ao que é consolidado como verdade oficial. O silêncio ou o “não-dito” se constituem, assim, em relação extensiva e contraposta à memória coletiva oficial ligada à ideia de nação e por isso engolidora de todas as outras.

Justamente como tentativa de superar grandes traumas encobertos pelo discurso oficial, pode haver um momento em que essas memórias “subterrâneas” consigam romper o silêncio e ascender ao espaço público provocando profundas mudanças ao alavancar uma revisão crítica da memória coletiva do grupo ao qual pertencem. Tal ocorrência engendra

²² Émile Durkheim (1858-1917) foi fundador da escola de sociologia francesa e desenvolveu importantes conceitos que buscavam compreender, segundo um método empírico, o funcionamento e as articulações encerradas em torno das sociedades.

outra problemática que coloca em questão, por fim, a oficialidade e a verdade através de memórias singulares que se tornam instrumentos de análise dos fatos sociais.

Por conseguinte, como aborda Le Goff, o século XX – em meio aos avanços tecnológicos e científicos, mas também em decorrência dos traumas causados pelas duas grandes guerras e pelo advento da bomba atômica – configura o momento no qual se intensificará uma preocupação por parte das ciências humanas em valorizar esse fenômeno por meio dos gêneros documentais:

A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar *identidade*, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia. (LE GOFF, 2003, p. 469).

Tendo em vista essa conjuntura, ao propor a caracterização da identidade sociocultural tanto coletiva, quanto individual por meio de processos mnemônicos, Teixeira de Sousa nos direciona para a articulação de duas importantes estratégias discursivas de caráter sócio-histórico que serão abordadas em função do papel estruturador que desempenham nas obras: a negociação e a (re)invenção.

Deste modo, as identidades sociais problematizadas nos romances, definidas segundo o caráter e as especificidades do condicionalismo histórico de cada grupo, competem em demonstrar o processo pelo qual se deu no curso do tempo a negociação e a (re)invenção da consciência histórica e cultural da sociedade caboverdiana.

1. Memória e discursos sociais/históricos de uma sociedade tripartida

Segundo os apontamentos de Ricoeur em **A memória, a história, o esquecimento** (2007), a fenomenologia da memória permite assinalar a distinção entre a “evocação simples” (*pathos*) e o “esforço de recordação” (*praxis*). No primeiro caso, a memória atua de maneira simplesmente alusiva e pode até mesmo se configurar de forma involuntária; no segundo, ela constitui uma abordagem prática em relação a um “objeto memorável”. Este último é, portanto, o movimento que se emprega na busca pela compreensão de um passado, bem como, quando há interesse em restituir as velhas coisas de novos significados. Desse ponto de vista, a memória se torna exercitável e é nesse aspecto que reside a sua importância para nossa análise.

Nosso método apreciativo se vale da própria disposição dos discursos sociais/históricos encerrados na composição dos romances, levando em consideração que em cada um deles prevalece um tipo de disputa pelo espaço que configura a recorrência à memória como forma de construção discursiva das personagens.

Partimos, pois, necessariamente do contexto histórico da colonização de Cabo Verde por Portugal, levando em conta a hierarquização social que se estabeleceu entre brancos, mestiços e negros, tal como aparece arquitetada nas obras estudadas. Procuramos analisar por meio dessa conjuntura os processos que buscam representar os fatos e os atores relacionados ao modo como a memória coletiva se projeta nas memórias individuais, atuando na organicidade das identidades dispostas nos romances de maneira a tornar visível a face da história das relações sociais marcadas pela peremptória desigualdade.

A esse respeito, Terence Ranger tece importantes considerações em seu capítulo “*A invenção da Tradição na África Colonial*”, que compõe o livro **A invenção das tradições** (1997). O historiador dedicado ao estudo do estatuto das tradições na pós-colonialidade afirma que a categoria europeia que se instaurou como classe dirigente nas colônias africanas se dedicou, de modo geral, à criação de “neotradições” que legitimavam e expressavam a sua autoridade:

Com o advento do domínio colonial formal, tornou-se imprescindível a transformação dos brancos em membros de uma classe dominante convincente, com direito de defender sua soberania não só pela força das armas e do capital, com também através do *status* consagrado pelo uso e outorgado pelas neotradições. (RANGER, 1997, p. 223).

Embora nem sempre seja fácil visualizar essas manobras, os romances em foco corroboram-nas e enfatizam a sua existência como estratégia de dominação. Tal como esclarece Ranger, um conjunto de “tradições inventadas” é arrolado na configuração dessas sociedades, o que inclui dotar de nobreza moral, intelectual e – sobretudo, no caso dos portugueses –, religiosa, a imagem do colono que se constrói não só em relação aos civis da colônia, mas também em relação a eles próprios enquanto “representantes do império”.

Em sentido coletivo, a ênfase atribuída ao aspecto religioso (como uma das mais importantes categorias de estabilização social, utilizada inclusive como argumento colonizador e nivelador das diferenças em um primeiro momento) contribui para que se demonstrem os aspectos específicos da complexidade social dessa disputa que avulta ao contexto das relações coloniais. Como veremos nas análises que se seguem, essa tentativa de invenção de novos costumes por parte da população insatisfeita e excluída também alude às

denúncias sociais e acusa os abusos de poder, a miséria da população e a indiferença das organizações administrativas compostas, justamente, pelos mesmos donos de sobrado que impunham as diferenças ritualísticas entre os setores sociais citados.

1.1. Formas de pertencimento e exclusão social: o discurso religioso em *Na Ribeira de Deus*.

Esse primeiro romance – seguindo a ordem cronológica estabelecida em nosso capítulo inicial a partir da contextualização dos enredos da trilogia – esboça uma disputa mais expressiva em torno da oficialidade cultural e religiosa. Nesse sentido, tanto o espaço festivo, quanto o caráter do culto e da devoção revelam a predileção participativa das famílias brancas, constituindo-se uma forma de organização hierárquica das atividades dessa sociedade que exclui a participação do contingente populacional não identificado à categoria social predestinada a sobrepor-se às outras. Como pressupõe a lenda da criação com a qual o romance é preludiado, os privilégios concedidos aos brancos estão associados à ordem de chegada na ribeira, onde puderam se livrar, uns mais do que outros, da sujidade em que nasceram.

A cor da pele se configura, assim, como um fator distintivo da posição socioeconômica ocupada por esses grupos, e serve de base à elaboração discursiva que reitera a legitimidade dos brancos em exercer as formas de dominação e mediação simbólicas:

Noca, donzela abeirando-se dos quarenta, puxando para o forte, empoada, azougada, assumiu de imediato o comando do almoço. A capela virou sala de jantar. As criadas entraram na azáfama de armar a mesa, de trazer os cestos e marmitas, das garrafas e garrafões, com o treino dos anos anteriores. Tilintaram talheres, distribuíram-se pratos e copos, introduziu-se pão na dobra dos guardanapos. O padre Antão aproximou-se do refeitório, esfregando as mãos, aspirando os cheirinhos. Estava ainda em jejum. Parecia um cachorro farejando algo apetitoso. Havia pastéis de massa tenra, galinha de fricassé, arroz, doce de caju, pudim de café, vinho tinto, tudo organizado e confeccionado pela Chanchan, cozinheira de nhô Caetano. Trinta e quatro comensais ocuparam os bancos, ficando de fora dois filhos-família que não couberam à mesa. Porque? Porque nhô Sérvulo e o sacristão sentaram-se logo, um de cada lado de nhô padre. Se o olhar fuzilasse, os intrusos teriam caídos por terra, fulminados pela repreensão muda dos presentes. Imperturbáveis, mantiveram-se nos seus lugares. Mais. Nhô Sérvulo ergueu o garfo em direção a uma travessa de pastéis. Aí, Noca não se calou.
– Oh homem de Deus, deixe ao menos o Sr. padre servir-se primeiro.
Instalou-se um clima de mal-estar com um silêncio enervante, apenas interrompido pelos ruídos mastigatórios. O sacristão e o negociante de Patim

não deram pela frialdade que arrefecia os entusiasmos. Serviram-se de tudo, armando uma montanha no prato como se fosse refeição de mondador²³. Noca encarregou-se do abastecimento de vinho. Encheu todos os copos menos os dos dois gabirus. Que fossem procurar grogue lá fora, lá onde os burros zurravam e os cavalos relinchavam. Não fosse tratar-se de uma igreja e a presença do padre Antão, punha-os no meio da rua com todas as letras. (SOUSA, 1992, p. 20-21).

Para além da rica descrição da atividade festiva, o trecho busca deflagrar o caráter da diferenciação na participação das categorias sociais envolvidas. Os “*filhos-família*” participam ativamente da comemoração religiosa dedicada a Nossa Senhora do Socorro, enquanto os demais somente assistem de fora ao evento ou trabalham, ajudando a servir e a manejar os utensílios da festa. Do conjunto de comensais, destoam Sérvulo e o sacristão que desposicionam a tradicional composição da mesa fraterna diante da “*repreensão muda dos presentes*”. “*Os intrusos*”, embora meio que despercebidos de suas inconveniências, roubam o que seria a harmonia da festa. Destaca-se, ainda, sob a perspectiva de Noca – intermediada pelo narrador – uma forma de racismo velado pela associação valorativa dos mulatos aos burros, que busca exprimir a aversão das famílias principais da ilha ao fenômeno da mestiçagem.

Dessa forma, no plano do cotidiano dessa sociedade pluralizada, mas não homogeneizada, vencer a dominação europeia não se restringiria a conquistar espaço na política e na economia. Seria necessário, ainda, transpor tais formas de controle e organização do tempo e do espaço de modo a romper com a restrição e o silêncio aos quais foram submetidos e nos quais foram concebidas muitas gerações.

É nesse sentido que se opera, a partir da atuação de algumas personagens decisivas, a descentralização do controle exercido pelos brancos sobre as manifestações religiosas e culturais da ilha e a construção de um novo discurso que busca desencadear transformações no meio social. Referimo-nos às já mencionadas situações do nascimento e do batizado de Jujuzinha e Cristalina, à atuação de Rompe frente à ordem social preestabelecida, à invenção da “Santa da Ribeira” por Sérvulo, à entrada do mulato José Almeida para o grupo do Sete-Estrêlo e os seus atributos intelectuais, e por fim, ao anulamento da posição de Felisberto em relação à elite da qual descende.

Analisaremos esses casos a seguir de maneira a demonstrar as circunstâncias, através das quais, tais personagens promovem o rompimento da ordem estabelecida, comprometendo o funcionamento da hierarquia social e construindo, concomitantemente, um discurso com

²³ Trabalhador rural.

base nas estratégias de negociação e (re)invenção da consciência histórica e cultural. Cabe ressaltar ainda que, tais discursos só podem ser evidenciados a partir de um foco narrativo onisciente que constrói, sob uma perspectiva panorâmica, o perfil das personagens e nos dá a dimensão ocupada por cada uma delas na obra, bem como, a partir do diálogo que é construído por elas dentro do texto. Focalizaremos assim a articulação verbal para demonstrar o *modus operandi* dessas estratégias discursivas.

Em relação às duas primeiras situações, a tensão decorre do nascimento e batizado de duas meninas. Uma é a filha de Guilherme da Veiga, dono de sobrado e presidente da Câmara da ilha, trata-se de Cristalina, a mesma que em *Xaguete* negociará o seu retorno ao sobrado paterno por meio da proposta de casamento de Benjamim. A outra é Jujuzinha, filha de Rompe e Nininha, trabalhadores comuns e moradores de *funco* que tentam viver condignamente apesar das adversidades. Ela trabalhando como empregada doméstica no sobrado de Caetano da Veiga, ele como trabalhador braçal no que quer que apareça. Com o nascimento de Jujuzinha opera-se um rompimento momentâneo na hierarquia local que do plano social, se estende ao religioso:

Nhã Maria chegou com o seu ar despachado. Lavou as mãos com sabão da terra e abeirou-se de Nininha. Introduziu dois dedos nas entranhas da rapariga, virou a cara para Jujú e torceu o nariz. A coisa estava ainda muito atrasada.

Entretanto, chega um mensageiro de Vila-Baixa com ordens de nhô Guilherme. A esposa de Nhanhá também entrara em trabalho de parto. O homem exigia a presença imediata da parteira, estivesse o que estivesse a fazer. Nhã Maria ficou indecisa. Rompe interveio:

– Não senhora, você não larga a Nininha. Eu é que a chamei primeiro.

– É nhô Guilherme, Rompe – exclamou a parteira.

– Mesmo que fosse o rei da Espanha, você não saía daqui.

O mensageiro roía as unhas. Não podia esperar muito pela decisão de nhã Maria. De dentro de casa veio um berro prolongado que fez juntar mais gente. Isto não obstou a que o valete do Sr. Presidente também berrasse com a parteira.

– Vai ou não vai, mulher?

Aí, Jujú arregaçou a saia, firmou as mãos nas ancas e falou para o enviado da Vila-Baixa.

– Olha, moço, vai e diz ao nhô Guilherme que a crica de Nhanhá não é diferente da crica de Nininha. E diz-lhe mais, que as mulheres são todas iguais no fazer e no ter um filho. Não te esqueças do meu recado.

– Ah, isso não vou dizer ao homem. Só se eu fosse doido.

– Então, se não quiseses dizer, desaparece daqui que temos mais que fazer.

[...]

Voltou o moço de recados de nhô Guilherme, desta vez acompanhado de um polícia. Vinha de novo para levar a parteira, ou a bem, ou a mal.

– Agora posso ir que já não tenho mais nada a fazer – aquiesceu nhã Maria. (SOUSA, 1992, p. 221).

Em outro trecho, mais adiante, narra-se o batizado das duas meninas, e mais uma vez, a hierarquia social se mostra nítida, mas é desmantelada pela imponente figura de Rompe:

Com a pontualidade do costume, surgiu o padre Antão devidamente paramentado. Seguiu-se o sacristão, de roupa e opa lavadas. Passaram direito ao baptistério, também com a pressa habitual. O grupo de Rompe, rompendo com as cortesias, avançou com a Jujuzinha ainda rabujenta. De imediato, uma onda de protestos rolou no templo, chegando à pia de baptismo. O pároco, porém, não atendeu à reclamação, prosseguindo na cristianização da filha do braçal. Felisberto foi despachado como mensageiro para indagar junto do padre da razão daquela preterição. Quase interrompeu o latim do sacerdote. Este não gostou da impertinência. Apontou o olho da rua ao primo de Guilherme da Veiga. Rompe, por sua vez, colocou o seu pezão sobre o sapato de nhô Felisberto e calçou. *Jujuzinha acabou por ficar cristã antes da Cristalina*, facto que revoltou a família inteira, incluindo nhô Quitéria [...] Tendo chegado a vez, entraram finalmente no baptistério onde pairava forte odor a sovacos. O descontentamento atingiu o rubro. Nhanhá exigiu a substituição da água da pia onde o padre havia mergulhado a carapinha de Jujuzinha. O pároco recusou-se a desperdiçar aqueles litros de líquido tão precioso, a menos que mandasse vir de casa uma selha de água da Praia do Ladrão. Felisberto interveio mais uma vez, oferecendo-se a ir buscar água à cisterna do primo Caetano. Aí, o padre Antão contemporizou, aguardando a vinda de *água pura e cristalina* do sobrado das traseiras da igreja. (SOUSA, 1992, p. 259 grifos nossos).

Em ambas as situações (do nascimento e do batizado) é a intervenção de Rompe que desfaz a ordem habitual das coisas. A personagem de Constantino Tavares, “vulgo Rompe”, desempenha um importante papel no romance por constituir uma categoria que supera as forças opressoras do poder local e seu discurso está, portanto, ligado a essa realidade. Ele representa a virilidade, a força física e a resistência. A agressividade e rudeza do espaço o caracterizam enquanto indivíduo que não só consegue resistir à brutalidade do meio, como faz dela sua força vital. Além disso, Rompe apresenta outra considerável aptidão: o talento musical, que está intimamente relacionado à sentimentalidade do caboverdiano, expressa pela *morabeza*²⁴ que o caracteriza. No fragmento abaixo, o narrador, diluído à perspectiva intelectual de José Almeida, demarca a sua individualidade:

Admirava a autenticidade de Rompe. Da boca para fora não lhe saía um único verso que não soasse à ilha, às tendências satíricas e líricas da gente do Fogo. Tudo tinha um sentido, bastas vezes sob um véu de disfarce que nem sempre se entendia à primeira. Até no aspecto musical tinha Rompe uma intuição extraordinária. Utilizava o contra-canto como se dissesse tivesse alguma noção, aprendida a algures. E possuía uma figura imponente, dir-se-ia a majestade de um chefe africano. (SOUSA, 1992, p. 17).

²⁴ *Morabeza* se refere à amabilidade, afabilidade e hospitalidade do caboverdiano.

Particularizado, portanto, segundo a sua força e seu dom musical, uma característica será reforçada pela outra na construção de seus traços essenciais marcando, assim, a transcendência de sua condição de trabalhador braçal, destinado à enxada, por meio da afinidade com a música popular comprometida em expressar a sua realidade, aspecto que assume uma função libertadora em relação ao seu papel socioeconômico predefinido pela lenda da criação.

As peculiaridades linguísticas de Rompe também são de grande relevância à representação de sua realidade grupal. Elas fazem referência à parcela negra mais identificada à cultura africana, que mantém presente essa herança imbuída na língua-síntese que se desenvolveu com essa sociedade: a língua crioula (ou língua caboverdiana) utilizada na composição de seus versos:

Quem necê na funco
ca tá bá más alto.
Quem 'stâ na sobrado
podê dá más salto.
(SOUSA, 1992, p. 305).

Resultante do encontro intercultural, a língua crioula (considerada por muito tempo como ilegítima pelos defensores da língua oficial portuguesa) é evidenciada no romance como uma expressão familiar, a língua de berço que, incorporada à oralidade e à resistência cultural das massas, se mantém tradicionalmente – embora com algumas variantes regionais e ao lado da língua oficial do Estado, que é a língua portuguesa – como a língua materna de todo o arquipélago caracterizando, enquanto parte desse sistema social, a identidade sociocultural das ilhas²⁵, já que, como afirma Stuart Hall: *“Falar uma língua não significa apenas expressar nossos pensamentos mais interiores e originais; significa também ativar a imensa gama de significados que já estão embutidos em nossa língua e em nossos sistemas culturais.”* (HALL, 2001, p.40).

Dessa maneira, a figura de Rompe tem grande importância para a representação e expressão dos sentimentos da massa popular local. A partir da ideia de compartilhamento de um sistema cultural, ele integra um grupo identificado ao trabalho árduo e de pouco retorno e às condições de vida adversas que obrigam a viver um dia de cada vez, mas que, por outro lado, também vive intensamente o sentido da coletividade, a partir da qual ganha ritmo e significado a sua inspiração musical.

²⁵ Atualmente institucionalizada como a segunda língua oficial da nação, o crioulo adquiriu o *status* de “língua caboverdiana” e também passou a ser ensinada nas escolas, assim como a língua portuguesa.

Jujuzinha, por sua vez, é descrita como “*uma menina tão forte como o pai*” (SOUSA, 1992, p. 223) e como herdeira dos dotes paternos também demonstra resistência e imposição ao meio; ao passo que Cristalina, a menina de sobrado, se caracteriza pela fragilidade e vulnerabilidade que fazem com que ela precise de cuidados especiais: “*Cristalina, coitadinha, enchera-se de líquen que não a deixava dormir e lhe tirava o apetite. O Dr. Fausto aconselhou o clima do interior, longe do mar e da quentura de S. Filipe.*” (SOUSA, 1992, p. 230). O contraste entre a adaptação de uma e de outra ao ambiente da ilha demonstra simbolicamente a inaptidão, perceptível também em outros momentos, do homem branco em relação ao espaço islenho de clima tropical.

Outro ponto de embate que tem central relevância no romance resulta da invenção da “Santa da Ribeira” por Sérvulo. A oficialidade das atividades realizadas no espaço cívico da ilha está ligada ao exercício e manutenção da cultura ocidental europeia. Sendo assim, no âmbito religioso, a elite também detém a organização do calendário festivo e as comemorações oficiais coletivas.

A respeito do caráter da religiosidade portuguesa, tomada aqui como base da devoção que então era praticada pelos “*ilustres habitantes da ilha do Fogo*”, Fernando Catroga afirma que, depois da Revolução Liberal de 1820:

os cultos cívicos não se afirmaram como uma religião civil propriamente dita, tanto mais que se desenrolaram num quadro que quis evitar os excessos da experiência revolucionária francesa, e em que o Estado nunca abdicou de uma posição regalista em relação à Igreja. Foi assim durante a Monarquia Liberal, cuja Carta Constitucional conferia ao rei uma dupla legitimação: ele era rei hereditário e pela graça de Deus, não obstante também se reconhecesse o princípio da soberania nacional. Deste modo, os ritualismos cívicos, promovidos pelo novo poder, não implicavam qualquer separabilidade entre a Igreja e o Estado. Ao contrário, este tutelava a Igreja, funcionalizando o clero e impondo o catolicismo como religião oficial. (CATROGA, 2005 p.144).

Enquanto extensão territorial e, de certa forma cultural, que com a colonização se impunham, a sociedade caboverdiana contava com os brancos que anuíam às práticas religiosas portuguesas prolongando, de maneira readaptada às situações locais, os cultos cívicos caracterizados pela mesma política “regalista” que, em Portugal, privilegiava o poder controlador.

O discurso religioso inicialmente proposto com a colonização portuguesa se regulamentava pela necessidade de levar a salvação aos povos bárbaros e hereges. Contraditoriamente, uma vez criado um vínculo eficaz, capaz de estabelecer o controle da coletividade, o espaço religioso também se torna elitizado e, portanto, de acesso restrito.

Nesse caso, os festejos servem para demonstrar, em sua dinâmica social, a materialização das barreiras sociais que foram uma das grandes preocupações de Teixeira de Sousa. A igreja desempenha nesse contexto um papel alegórico na representação da ordem hierárquica estabelecida, pois, reserva igualmente um lugar privilegiado àqueles que gozam de maior prestígio social e econômico, em particular, às famílias brancas, enquanto os mulatos tentam se agrupar e os negros permanecem do lado de fora, como mostra o trecho que narra, logo no início, a romagem do dia 5 de Agosto, em que se comemora o dia de Nossa Senhora do Socorro:

Nhô Sérvulo mantinha-se atento. Logo que detectou o primeiro sinal de procissão, pulou para junto do andor. Noca voltou a resmungar. Quatro elementos do Sete-Estrêlo avançaram para a imagem. O comerciante de Patim deitou a mão a um dos paus. Alguém retirou-lhe a mão com delicadeza. Tentou segurar outra pega. Não conseguiu. Os quatro elementos apossaram-se da imagem, como, com todo o direito, lhes competia. Tinham recebido um pedido da Noca quem, aliás, muito os apreciava.

Ao abrirem ala para deixarem passar a santa, os fiéis compactaram-se dentro da capela. Nhô Sérvulo ficou enlatado entre Noca e uma mocinha loira, remexida, bem cheirosa. Assim se quedou por segundos, roçando-se na fofeza e no perfume da gente fina. Mas Noca não gostou da roçadura.

– Oh homem que ideia a sua de se meter neste lugar? Credo! Não podia ter ficado lá fora onde estão todos?

– Todos quem? – aí nhô Sérvulo se sentiu ofendido.

– Todos da sua igualha – respondeu-lhe Noca com a franqueza que a caracterizava. (SOUSA, 1992, p. 19).

O trecho comprova que os lugares reservados às festividades da santa, um dia importante para os habitantes da ilha, eram exclusivamente direcionados aos brancos. E sendo assim, os demais ficavam à margem das comemorações. Mas no momento da realização da missa, “*nhô Sérvulo foi o primeiro a entrar, passando à frente da Noca*” (p. 18). Ao ser notado, o comerciante de Patim é repreendido pela sua conduta que infringe as normas de comportamento estabelecidas pelos brancos, segundo as quais, o seu lugar não é junto ao andor e sim do “lado de fora” da capela.

Se sentindo profundamente ofendido com a expulsão, o comerciante de Patim decide criar uma santa que atendesse às necessidades de todos e não fosse exclusividade da “gente branca”. Com esse propósito, contrata um artista: “o escultor de gessos” Tomé Laia, para “*tornar mais nítida com as suas ferramentas*” (p. 185), a imagem da santa esculpida em uma árvore, a “Nossa Senhora da Ribeira”:

inúmeras criaturas se achavam no local, de joelhos umas, pasmadas outras, ante a imagem da Virgem Maria com o Menino ao colo. Aquilo, sim, era mesmo nhô Virgem Maria, sem tirar, nem pôr. Da cabeça aos pés, da coroa

ao manto, nada faltava naquela imagem esculpida pela mão de Deus Todo Poderoso.

– Nossa Senhora tenha piedade de nós – gritava a multidão aturdida. (SOUSA, 1992, p. 217).

O mote religioso submerge nesse contexto como um momento que impulsiona uma crise social convertendo-a em disputa pela oficialidade de uma memória religiosa que busca representar os esquecidos, em detrimento daquela voltada para o heroísmo do branco, carregado de mitos e símbolos dominantes e opressivos porque quase sempre relacionados à prática colonial que justificava a superioridade do europeu em relação aos africanos e demais povos colonizados. Reverter essa situação, como afirma Pollak, só é possível mediante uma reviravolta da visão histórica que ilumina a construção desses mitos e símbolos.

Dessa forma, a duração e estabilidade das tradições portuguesas no arquipélago se processam em uma situação na qual passam a ser, senão contestadas, minimamente contrariadas por uma tentativa de expressividade religiosa coletiva que, embora silenciosa, se expressa como resposta à dominação cultural europeia. Assim, a santa criada por Sérvulo passa por uma projeção em relação à santa dos brancos que transfere valor simbólico à representação da parcela dessa sociedade que se identifica com o injustiçado.

Tenha sido a imagem vista por Sérvulo uma pareidolia²⁶ ou não, depois de “retocada” e pronta para ser apresentada aos fiéis, ela atrai a atenção e devoção dos esquecidos pelos santos dos brancos em virtude de se sentirem por ela representados: a santa que simbolizava aqueles que não puderam se lavar na ribeira de Deus, segundo o argumento de Sérvulo:

‘Desta vez chegámos a tempo. Desta vez conseguimos lavar a sujidade das nossas almas e dos nossos corpos. Esta é a ribeira de Deus onde outros tinham chegado antes de nós’.

(SOUSA, 1992, p. 316).

A nova divindade inventada descentraliza a crença na santa dos brancos que obrigava o povo a abdicar de sua participação nas comemorações oficiais direcionadas a ela. A intervenção do comerciante de Patim rompe, portanto, com a exclusividade da expressão religiosa na ilha e desobriga a devoção da população para com a santa dos seletos descendentes de portugueses do Fogo. Só que, diante da ameaça de descrença na santa católica, a Igreja intimida Sérvulo com um aviso de excomunhão dado pelo bispo, o que o faz abandonar seu projeto de reconhecimento da autenticidade da santa da ribeira. No entanto,

²⁶ O termo pareidolia se refere a um fenômeno psicológico que consiste em ver ou ouvir determinada imagem ou som que causa algum tipo de estímulo. Nas religiões, esse fenômeno aparece relacionado a desenhos ou imagens espontâneos aos quais alguém, em primeiro lugar, associou a alguma divindade.

uma vez lançado o discurso de identificação com o povo, este já se sentia representado pela “santa dos esquecidos”, mesmo sob o vulgo da anonimidade, o que, aliás, também o caracterizava.

Uma quarta situação de ruptura configura a entrada de José Almeida para o grupo de elite denominado Sete-Estrêlo. Faziam parte desse grupo somente os jovens descendentes de famílias brancas, com uma excepcionalidade: o mestiço José Almeida, que, contraditoriamente, é a figura mais intelectualizada do grupo que deveria ser constituído:

por sete rapazes de elevada formação moral e cívica cujos actos deverão pautar-se pela ética das famílias tradicionais da ilha. Usarão como distintivo uma estrela de prata sobre uma roseta de fitas, em cada uma das quais será escrita uma das seguintes palavras: – Amor, Saudade, Esperança, Ilusão, Amizade, Sinceridade e Paixão. (SOUSA, 1992, p. 20).

Sendo “mulato”, José Almeida não só faz parte desse seleto grupo, como é, ao lado de Anildo Vieira, seu cofundador. Apesar de não ter estudado em Lisboa, como os demais integrantes, o jovem professor é o mais instruído do grupo e também o responsável pela elaboração do documento histórico que criava oficialmente o Sete-Estrêlo. Mas, a despeito de sua exemplar formação humanística, a cor da pele e o aspecto dos cabelos são os elementos que mais o distinguem visualmente do grupo:

José Almeida, coitado, tão deslocadinho na companhia dos seis, pois era demasiado chamuscado e encarapinhado para ombrear com um Pedro Gomes, um Alberto Barroso, um Anildo Vieira e restantes. Não fora Anildo, o moço de S. Vicente não estaria na constelação. Enfim, coisa que a amizade tece, daí talvez a origem do nome Amizade que lhe haviam dado no grupo. Bom rapaz, educado, respeitador. Mas faltava-lhe um berço, uma linhagem, uma ancestralidade sem misturas. No Fogo a boa sociedade não era furta-cor. (SOUSA, 1992, p. 74).

Muito embora houvesse incompatibilidade entre a sua cor e a sua formação intelectual, com a partida de José para S. Vicente, não haveria na ilha nenhum branco capaz de ocupar o seu lugar no grupo de forma equiparável:

Só por grande amizade que o unia ao Anildo Vieira, cedera fazer parte do Sete-Estrêlo. De resto não tinha qualquer afinidade com aquela rapaziada cujos valores se limitavam a cavalos e mulheres. [...] Até estranhavam que com tamanha cultura só fosse professor de instrução primária. Na realidade os seus horizontes eram mais largos. Só que não tinha ainda chegado a sua oportunidade. Enquanto não soasse essa hora, tinha de se mostrar feliz ao lado da fina flor da juventude fogueense. Em Roma, sê romano. (SOUSA, 1992, p. 17).

Como poeta e não somente como professor, essa personagem ascende na hierarquia social através da conquista de uma posição que é designada ao branco quando, na lenda da criação mencionada no prelúdio do romance, Deus dá a este uma caneta. Sendo um poeta mestiço, José Almeida rescinde os estigmas sociais que determinam e delimitam as condutas existenciais de forma hierárquica.

A questão racial é, assim, outro aspecto saliente que contribui para que se ressalte a desigualdade que caracteriza as relações sociais narradas. No trecho referente ao batizado, ela aparece como um verdadeiro divisor de águas, configurando uma espécie de *apartheid* que se reafirma com a exigência da troca de água da pia batismal por uma água mais “*pura*” e “*cristalina*”. No trecho que se refere ao almoço em comemoração ao dia da santa, por sua vez, o racismo aparece de forma velada, figurado na tentativa de Noca de expulsar Sérvulo, já que sua cor denunciava que ele não fazia parte daquele lugar. No caso de José Almeida, o tema é claramente elucidado através da descrição feita por Felisberto, que ressalta, por meio de termos depreciativos, a sua cor e o aspecto dos seus cabelos que destoam em relação aos demais do grupo que eram brancos. Essa tematização remete também à lenda africana por demonstrar a categórica divisão, formalizada sobretudo, na cor da pele, que deu origem à hierarquização.

Um último caso ilustra um processo inverso aos analisados. É a caracterização de Felisberto, personagem que decresce na escala social pelo seu comportamento que não se ajusta aos ideais propagados pela elite branca: *Esse Felisberto era de facto uma criança barbada! Vinte e tal anos de idade, noivo, empregado bancário, a divertir-se ainda com papagaios de papel! Só mesmo de atrasado mental.* (SOUSA, 1992, p. 175). O julgamento crítico feito sob o ponto de vista do doutor Rafael, respeitável figura que perpassa direta ou indiretamente toda a trilogia, demarca a contradição entre a posição social que ocupa e os ideias que movimentam as ações de Felisberto. A esse respeito, o médico de Santana também alude a outro fenómeno que, assim como os atributos de Felisberto, aponta para a degeneração dos jovens dessa sociedade insular:

Os cavaleiros do Sete-Estrêlo, por exemplo, situavam-se nesse campo. Que pretendiam os jovens dons quixotes? Isso até causava dó em vez de fazer rir. Ele, Rafael Monteiro, já não se enquadrava nesse ambiente medíocre. (SOUSA, 1992, p. 175).

Notadamente, uma espécie de idealismo quixotesco parece estar por trás da formação e função do grupo “Sete-Estrêlo” que não representa absolutamente nada de significativo para a realidade em que se insere, promovendo apenas uma evasão das circunstâncias factuais da

vida. Mas, é em Felisberto que reside a contundência ideológica do cavaleiro errante, tanto em *Ilhéu de Contenda*, como um homem feito, casado e pai; quanto *Na Ribeira de Deus*, onde já se mostram que suas peripécias nada incidem sobre a realidade concreta, como demonstra o trecho:

O papagaio de papel de jornal havia sido um sucesso no Xaguete. Com o pião, também da sua ideia, acabava de acumular dois triunfos, em pouco tempo. Agora ia tentar briga de galo, para a qual já andava a preparar um frangão de boa raça, capaz de derrotar a vila inteira. Ele já cantava razoavelmente. Com mais alguns meses de boa ração, atingiria a maturidade necessária para enfrentar os melhores contendores. Afinal de contas, ele, Felisberto, não era assim tão azelha como achavam certas pessoas. Afagando o seu pião, foi subindo a ladeira de acesso à sua casa. Até sentiu vontade de assobiar, agira liberto da arrelia causada pela inspecção da agência. Tinha a certeza de que seria procurado para outro emprego. Após aqueles meses de experiência bancária, qualquer comerciante o convidaria para guarda-livros. (SOUSA, 1992, p. 309).

O tom de preocupação que deveria ser manifesto ao se lembrar de que está prestes a perder o emprego é transferido à sua ideia fixa de acumular triunfos que o caracterizem como uma espécie de herói. Mas a ausência de um ponto de apoio na realidade faz com que seus objetivos e ideias fixas alcançadas atinjam o vazio, anulando-se completamente de sentido prático existencial.

Escrito no século XVII, *Dom Quixote de La Mancha* constitui não só a gênese do romance moderno, como também um importante referencial que pode ser tomado como universal da condição humana lançada ao idealismo ingênuo do mundo moderno. A esse respeito, afirma Auerbach:

A vontade idealista deve estar de acordo com a realidade existente pelo menos até o ponto de poder atingi-la, de tal forma que uma penetre na outra e surja um verdadeiro conflito. O idealismo de Dom Quixote não é desta espécie. Não se baseia numa visão das circunstâncias factuais da vida; embora Dom Quixote tenha uma tal visão, ela o abandona tão logo o idealismo da idéia fixa dele se apodera. Tudo o que faz depois é totalmente carente de sentido e tão inconciliável com o mundo existente que a única coisa que resulta disso é uma cômica confusão. Não só tem possibilidade de êxito, mas não encontra nenhum ponto de apoio na realidade; atinge o vazio. (AUERBACH, 2001, p. 307).

Sob o ponto de vista de Rafael: a figura mais intelectualizada em toda a trilogia – o que justifica partir dele essa apropriação de conceitos – a menção explícita a Dom Quixote vem a calhar na comparação realizada. A alusão ao romance de Cervantes é uma proposta intertextual que assume a função de apontar que a “*finis flor da juventude fogueense*” já não se

orientava pelos problemas de sua realidade, ao contrário, promovia a fuga deles substituindo-os por ideais supérfluos que em nada auxiliavam a manutenção dos princípios da elite, contribuindo assim também para a sua degeneração e fragmentação, narrada mais propriamente em *Ilhéu de Contenda*.

Em sua impressão geral, apreendida pelo ponto de vista do médico que compõe uma visão interna da sociedade onde cresceu e também pelo ponto de vista externo do Sr. Gerente do Banco Nacional Ultramarino, expressa no fim de sua visita, a ilha se apresenta de maneira contraditória:

– Sabe, Sr. Veiga, a impressão que levo de S. Filipe é de existência dum profundo divórcio entre os interiores e os exteriores.

– Sim?

– Pois é, vivem aqui famílias distintas, em autênticos solares, muito simpáticas e hospitaleiras. Mas fora dos mesmos solares, campeiam muita negligência, muita falta de asseio, muito abandono. Há imensas ruas por pavimentar, imenso mato bravo por aí espalhado, muros esbarrondados, latas velhas, trapos imundos, garrafas, louça partida, sei lá, que mais. Impressiona-me deveras a existência de tanta fidalguia e de tanta imundície e desleixo nas ruas, nos largos, nos becos. A vossa igreja, por exemplo, não condiz com os vossos pergaminhos. Ela é tão pobre, tão sem dignidade religiosa, que chega a confranger. Qualquer capela particular na Metrópole tem mais solenidade do que a vossa igreja matriz. (SOUZA, 1992, p. 96-97).

Ambos os discursos, do Rafael e o do gerente, competem em demonstrar os aspectos contraditórios desse ambiente social, manifestando por meio do espaço a dialética entre *fidalgua* e *imundície*, buscando no plano narrativo construir uma visão interna das convulsões sociais sob pontos de vista estrategicamente distintos.

Ao dispor tal multiplicidade de planos que se combinam no tratamento da esfera do real, o autor procura, pela criação literária, situar sujeitos complexos e em contínua tensão tanto com o espaço, como com outros sujeitos diversamente situados no mundo concreto e objetivo que pretendeu criar.

Por fim, em relação à superação das formas de contenção da esfera socioeconômica depreende-se que, nesse romance, a música popular (identificada à morna e representada por Rompe), a religião (representada por Sérvulo), e a literatura (representada por José Almeida) desempenham um importante papel na transformação social, pois funcionam como instrumentos decisivos para o processo de reformulação dos valores e para a inserção das camadas desfavorecidas e excluídas das atividades cívicas, sendo o modo pelo qual ganham força as estratégias de negociação e (re)invenção da memória social que propõem uma nova articulação da perspectiva cultural.

1.2. Formas de pertencimento e exclusão social: a memória e o discurso legitimador em *Ilhéu de Contenda*.

Do mesmo modo que a religião é utilizada no primeiro romance como enfoque privilegiado para tratar das formas de dominação e imposição da memória e de símbolos que remetem à superioridade do grupo favorecido historicamente, em *Ilhéu de Contenda*, a memória social da elite é negociada de modo a buscar uma reafirmação de sua condição estabelecida por séculos de colonização e exploração:

Os brancos formavam uma elite que não podia desaparecer. Não podiam desistir da sua posição e das responsabilidades sociais e morais para com o povo humilde. O contrário seria traição, inclusivamente. Manuel Feitor e tantos mais que sempre lhes dedicaram fidelidade canina não podiam ser traídos. [...] A partir do dia em que se começou a aceitar as misturas na sociedade, gente de sobrado de braço dado com gente de funco, tudo começou a andar mal. (SOUSA, 1978, p. 72).

O princípio organizador do romance de 1978 se baseia na criação de condições de mobilidade social proporcionada pelo declínio das propriedades fundiárias centradas no modo de organização dos *morgadios*, bem como, as mudanças que incidem principalmente no plano das relações pessoais, políticas e econômicas, impulsionadas pelo retorno dos emigrados. A esse respeito é esclarecedora a passagem de Anjos (2006), autor de um importante trabalho que relaciona ideologicamente a história e a literatura às figuras intelectuais de Cabo Verde. Anjos conclui que:

A ascensão de famílias não-brancas só pode ser tomada como relativa ao declínio dos grandes *morgadios* e correlacionada ao desenvolvimento de uma acumulação camponesa ligada à intensificação do recurso ao trabalho familiar e aos retornos da emigração (seja enquanto remessa a familiares ou como regresso do próprio emigrante após um longo período de acumulação relativa enquanto proletário nas metrópoles). Essa acumulação emigrante só é significativa pela situação de grande miséria nas ilhas que faz com que a situação proletária na metrópole quando transplantada para as ilhas seja percebida como sendo de relativa “riqueza”. Desde o século XVII, a mobilidade social das famílias não-brancas se dá pela emigração, sobretudo para os EUA, que possibilita uma poupança frequentemente investida em actividades comerciais nas ilhas, após o retorno. (ANJOS, 2006, p. 33).

Nessas condições, o desaparecimento gradativo da elite oligárquica em crise, aliado ao crescente número de caboverdianos que retornam da emigração norte-americana e se apossam

das propriedades antes pertencentes a ela, se promove a desestruturação dessa sociedade, a partir do rompimento dos protótipos de relações difundidos pelas antigas formas de poder, de modo a estabelecer novos posicionamentos sociais, políticos, econômicos e, principalmente, culturais. Como observa José Luís Hopffer Almada, a importância de *Ilhéu de Contenda* consiste em traçar a fase:

da decadência das antigas Famílias e da ascensão de novas categorias sociais, constituídas por Negros e Mulatos. O binómio decadência-ascensão explicita-se como integrando vários factores e sendo de natureza complexa. Entre esses factores pode-se apontar a partilha dos patrimónios acumulados e a consequente desagregação do Morgadio, a degeneração física pelo casamento entre parentes consangüíneos das classes possidentes, a emigração, a instrução, a seca, a competição social e a emergência do ‘mundo que o mulato criou’ (Gabriel Mariano). Do mesmo modo são múltiplos os símbolos presentes em *Ilhéu de Contenda*, dos quais destacamos: o sobrado enquanto espaço de identificação e reprodução das classes dominantes; a loja enquanto lugar de enriquecimento e propulsor de novas dinâmicas sociais; o ‘morgadio’ enquanto complexo de terras, latifúndios e face visível do passado económico da ilha. Todos esses símbolos interpenetram-se, condicionando-se mutuamente, na sua existência e pertinência social. Assim, o morgadio e a loja constituem o sustentáculo económico do sobrado, sendo este o selo social daqueles. A queda social coincide com a mudança da posse do sobrado e a sua ocupação pelos novos potentados. A nova ascensão social coincide com a apropriação do sobrado e de toda a memória nele ínsita. (ALMADA, 1998, p. 170).

A interdependência entre esses símbolos sociais dominantes na concepção da dinâmica económica da ilha, segundo afirma Almada, está no cerne da problemática da decadência-ascensão que configura a ambientação social da obra, como procuramos demonstrar no primeiro capítulo. Além disso, o racismo também se apresenta como outro fator de problematização social que contribui para a construção da tensão no romance, concebido como uma “*reação de desespero das classes brancas dominantes face à sua queda social irreversível*” (ALMADA, 1998, p. 170), é, sobretudo, através desse aspecto que se demonstra a tentativa de manutenção do discurso dominador, assim como, as questões relacionadas ao modo como o fenômeno da mestiçagem se faz sentir nessa sociedade sob a perspectiva da elite. Por evidenciar tais preocupações, as quais ainda se mantinham pouco discutidas no âmbito da literatura, Henrique Teixeira de Sousa manifesta uma importante contribuição, tal como considera o crítico caboverdiano:

O romance *Ilhéu de Contenda* pode pois ser considerado como um dos marcos fundamentais do segundo realismo ficcional cabo-verdiano, pelo que representa de novidade no aprofundamento da questão social iniciada com a primeira claridosidade. Aliás, Teixeira de Sousa vem consolidando tal postura com os romances *Xaguate* e *Na Ribeira de Deus*, em particular, que

com *Ilhéu de Contenda*, constituem a sua anunciada trilogia sobre a formação e a evolução da sociedade cabo-verdiana, com o epicentro na Ilha do Fogo. Diga-se, aliás, em abono da verdade que Teixeira de Sousa tem sido o mais profícuo dos ficcionistas cabo-verdianos. (ALMADA, 1998, p. 171).

A dilaceração social narrada em *Ilhéu de Contenda* reflete, portanto, um importante momento da história política e econômica de Cabo Verde com ênfase em uma abordagem das relações pelo cotidiano que, alçado por uma linguagem popular atenta, permite ao leitor adentrar as realidades dos grupos que são captadas sob um ponto de vista interno, o que incide decisivamente no modo pelo qual as identidades ascendem ao espaço social e em algumas situações entram em conflito:

Pelas portas e janelas do casarão de Anacleto Soares viam-se corpos e cabeças movimentando-se, homens, mulheres e crianças num vaivém contínuo, e o conjunto do Bangainha esgaravando nas cordas dos instrumentos. A sala estava agora iluminada por lâmpadas potentes cujo brilho se estendia até o largo. Como vogal da Câmara não pagava electricidade. A certa altura veio o dono da festa até a varanda com uma enorme bandeja de bolos que atirou para a rua. O povo precipitou-se sobre a oferta de Nhô Anacleto Soares, homem generoso e rico que não se esquecia dos coitados.

– Isto é delicioso – exclamou Alberto. – Atirar bolos para esta gente! Tal como se fazia antigamente nas festas de bandeira.

– Pito que nunca viu canhoto – classificou Nha Noca.

– Mas eu acho interessante manter a tradição, os costumes, mas... nós... – considerou Alberto, logo interrompido.

– Tradição de quê? – perguntou Felisberto. – Ele, a tradição dele era correr a atrás dos bolos, como estes estão agora a fazer.

– Pois é, eles só sabem é imitar-nos. Macacos é que são – voltou a intervir Nha Noca.

– Soberba – sentenciou Jerónimo. – Soberba. Noca. Olha que há um dito do povo que a gente está a ver. Antigamente, macaco morava na rocha, negro morava no funco, mulato morava na loja e branco morava no sobrado. Há-de vir um dia em que o macaco correrá com negro do funco, negro correrá com mulato da loja, mulato correrá com branco do sobrado e branco então irá tombar na rocha. (SOUSA, 1978, p. 132).

Tal processo de recobrimento engendra a transcendência das condições de subalternidade impostas pelos brancos aos negros e mulatos que é impulsionada, principalmente, pela apropriação do espaço que antes era totalmente restrito à primeira categoria social. Esse acesso aos símbolos identificados à figura do branco se converte não só na ascensão de *status* econômico, mas, sobretudo na negociação e aquisição simbólicas do poder em função da memória coletiva conservada em torno da imagem dos sobrados.

Diante desses novos posicionamentos dos grupos sociais em interação configura-se um conflito responsável por desfazer as certezas individuais e coletivas afeitas a esse ambiente

social. Traçam-se, assim, formas de pertencimento e exclusão que visam, por meio da memória, sustentar um discurso de legitimação existencial, no caso dos brancos; e construir um novo painel impressivo da vida social, no caso dos mulatos. O que discutiremos nesse momento diz respeito à disputa em torno da memória enquanto argumento dessas identidades sociais.

A consciência histórica e a dimensão psicológica que integram a formulação das subjetividades no romance de 1978, a partir da perspectivação dos grupos, permitem a compreensão da pluralidade de pontos de vistas por meio dos quais se desenvolvem tais conflitos. Desta feita, é no plano das relações interpessoais, sobretudo do ponto de vista da elite, que os conflitos psicológicos se mostram de maneira mais contundente, também é a partir dele que as identidades sociais passam a ser problematizadas:

Era uma dor de alma olhar para o sobrado da Cabeça do Monte meio destelhado, caixilhos arrancados, portas despregadas, as cabras passeando por sobre os muros em ruína. Tudo foi obra de vinte e poucos anos. Foi lá muita vez em criança, com os pais, ao sobradão de Nhô Roberto Vieira da Fonseca. Mal o velho fechou os olhos, dividiram, espatifaram e foram-se embora para Lisboa, para a Guiné, para Angola, para o fim do mundo. Na ilha não ficou um único descendente directo. Apenas parentes próximos como Felisberto, Nha Nica e poucos mais. A gente-bem ia saindo toda. Os mais idosos estavam a concluir a sua missão, morrendo uns atrás dos outros. Os mais novos não queriam já saber da terra para nada, desesperançados de manter o desafio de outrora. Ele, Eusébio Medina da Veiga, filho codê do último morgado de Ilhéu de Contenda, resistiria à febre de fugir do Fogo. Havia de provar que era possível ficar. (SOUSA, 1978, p. 25).

Nessa conjuntura se estabelece um intenso contraste entre os grupos sociais em destaque e a função – seja social, política ou econômica – que desempenham na organização e funcionamento dessa sociedade. Por um lado, é em associação ao discurso legitimador da elite local que se projeta a crise existencial de Eusébio Medina da Veiga. Diante do luto materno, ele procura recompor-se existencialmente a partir do contato com o espaço que guarda ainda as marcas da sua ancestralidade:

Ia passar uns dias nesse recolhimento, assentar ideias sobre as providências a tomar, mergulhar no ambiente dos seus maiores, compenetrar-se da missão que lhe competia como continuador, embora distante, de Afonso Sanches da Veiga. O lugar dele era ali mesmo, no sobradão de Ilhéu de Contenda. Dir-se-ia uma predestinação a que não pode fugir. Do alto daquelas janelas, reboou tantas vezes o vozeirão do trisavô, homem que quase foi o dono da ilha, e teve escravos às dezenas, animais às centenas, moedas de ouro aos alqueires. Assim, pelo menos, rezava a história. (SOUSA, 1978, p. 72).

Nessa digressão da personagem central há um fio condutor que se relaciona com a tentativa de reafirmação de uma identidade fraturada, que nesse caso se dá mediante o desajuste do homem ao meio, característica com a qual, segundo o autor de **Mimesis** (AUERBACH, 2001, p. 494-495), se projeta comumente o sujeito do romance moderno que busca interpretar e reordenar o mundo caótico em que vive.

As instâncias que se cruzam entre passado, presente e futuro ambicionado incidem sobre a configuração da personagem de Eusébio de modo a conservar seus objetivos pessoais e reforçar sua capacidade de realizar-se por meio do recobrimento da memória dos seus antepassados, uma maneira subjetiva de restabelecer seus ideais em meio a uma crise existencial.

Os processos apresentados pela consciência rememorante nessas instâncias narrativas, cuja voz enunciativa propõe o retorno às tradições, demonstram que é através da memória individual e coletiva que o sujeito busca se situar social e historicamente, na tentativa de se redefinir ao recapitular as suas experiências. A respeito da memória como função social, tal como é elucidada no trecho, afirma Ecléa Bosi:

Não há evocação sem uma inteligência do presente, um homem não sabe o que ele é se não for capaz de sair das determinações atuais. Aturada reflexão pode preceder e acompanhar a evocação. Uma lembrança é diamante bruto que precisa ser lapidado pelo espírito. Sem o trabalho da reflexão e da localização, seria uma imagem fugidia. O sentimento também precisa acompanhá-la para que ela não seja uma repetição do estado antigo, mas uma reaparição. (BOSI, 2007, p. 81).

A “reaparição” do passado na consciência de Eusébio está contida no mergulho “*no ambiente de seus maiores*”, no “*vozeirão*” do trisavô Afonso Saches da Veiga e no simbólico “*sobradão*” de Ilhéu de Contenda. Nesse esforço de captação do mundo, além do contraste entre passado e presente, nos deparamos nesse trecho, ainda, com o ponto de vista da personagem em relação ao seu meio social.

Eusébio compreende negativamente as transformações que se operam na sociedade fundada e dirigida pelos seus antepassados e é através da fuga que ele demonstra a sua aversão ao atual quadro da ilha: “*O negócio caminhava mesmo mal. Didi bocejava. Nhô Eusébio só falava agora de agricultura, não querendo mais cuidar do comércio. Comia, bebia e estendia-se repimando na cadeira de lona a dormir a sesta*”. (SOUSA, 1978, p. 64).

Exercitada dessa forma, a memória consiste na tentativa de ressignificar a sua condição de continuador de uma identidade social que se desintegra. Segundo o discurso dominante na ilha durante séculos e caracterizado por uma forma de eugenia que concebe

somente aos brancos as qualidades para liderar, as formas de pertencimento que então se consentia pela elite estão coadunadas à noção de tripartição social, baseada na “lenda” aludida no início do primeiro romance e asseverada pela divisão em sobrados, lojas e funcos. Sendo assim, um conjunto de associações simbólicas, notadamente construído em favor de uma minoria branca, define dentro da dinâmica social qual a identidade que cabe a cada grupo.

No entanto, os processos que caracterizam o decesso econômico do branco e a ascensão do mulato contribuem para a desconstrução desses paradigmas coloniais. Ocorre, em função dessa nova reformulação, o desajuste dos sujeitos em relação ao mundo em que vivem e a consequente perda da noção identitária que os associava às formas de dominação. Mediante a crise que também acomete a sua família, Eusébio se converte em uma espécie de figura representante da elite ressentida e através dele se projetam os dramas psicológicos e a perspectiva de decadência que o processo de subjetivação dos conflitos narrados revela em relação ao seu grupo social.

Por outro lado, os mestiços regressados da emigração para os Estados Unidos, ao se apropriarem do espaço reservado ao branco, procuram manter um padrão de vida ligado aos hábitos dos antigos proprietários. Do ponto de vista administrativo, passam a se alistar inclusive para o exercício dos cargos públicos e papéis políticos desde há muito designados preferencialmente aos últimos, que passam progressivamente a ser excluídos das funções econômicas, políticas e sociais que exerciam:

– É verdade, Alberto – interveio Nha Noca –, os negros também subiram sobrado. E este não Anacleto está todo puxado nas alturas, feito vogal da Câmara, a convidar governadores e toda a casta de gente graúda para a sua casa. Até vai mandar um filho para estudar em Lisboa. Calcula, Alberto, neto de Nha Domingona a estudar em Lisboa para engenheiro. Eh, o mundo está virado. (SOUSA, 1978, p. 130).

A aquisição do sobrado é capitaneada, assim, por uma espécie de recobrimento histórico de um espaço social opressivo, sendo que a memória projetada pela arquitetura dessa importante construção colonial se torna negociável, atribuindo-lhe uma importância que vai além da sua materialidade:

Dez mil dólares por aquele mundão de casa, não era caro. Quantas vezes, trabalhando nas fábricas de Providence, Pawtucket, Newport, sonhou com um sobrado em S. Filipe, onde pudesse depois gozar o fruto do seu labor por terras da América. O sonho ia ser realidade, e logo no casarão duma das famílias mais brancas da ilha. [...] Seria, sim, um homem importante da cidade, como foi, por exemplo, Nhô Pedro da Veiga. Passaria também a fazer como os grandes de outrora, morando em S. Filipe e visitando as propriedades de vez em quando. (SOUSA, 1978, p. 219).

A apropriação do espaço que antes simbolizava a opressão se converte no que Pollak chama de “*estratégia de independência e autonomia*” (POLLAK, 1989, p. 4), um processo que permite ressignificar os indicadores, a partir dos quais se estrutura a memória coletiva. Desse ponto de vista, o contexto narrativo abarcado pela trilogia enfatiza o funcionamento de tais manobras pela atuação dos emigrados retornados, pois, apesar de serem considerados pertencentes à “*classe mal parida*” (SOUSA, 1978, p. 176) e, por isso, renegados pela elite branca que não admitia ser substituída ou imitada, é somente mediante a entrada dessa figura na cena econômica da ilha que se operam mudanças mais ou menos estruturais na organização e na concepção de mundo dessa sociedade em relação ao que se concebia como categorias sociais.

Com a inversão dos papéis sociais, se propõe também uma revisão dos valores vigentes. A memória coletiva mítica – intrínseca à elaboração dos romances – que denominava para cada uma das três categorias (brancos, mulatos e negros), seus respectivos instrumentos de trabalho (caneta, balança e enxada) e suas respectivas moradas (sobrado, loja e funco) é igualmente desconstruída em função da nova dinâmica histórica que se introduz na ilha. Sendo assim, a memória coletiva que consistia em lembrar as massas de sua submissão em relação aos brancos locais é contraposta à realidade de decadência e perda de seu espaço simbólico privilegiado.

A respeito dos indicadores empíricos referentes à organização seletiva da memória, dos acontecimentos, das personagens e dos lugares que atuam em sua constituição, depreende-se que possuem significados distintos na concepção de cada grupo. Um exemplo que pode ser elucidado a respeito dessa questão é a prática dos *contratados*²⁷. No discurso oficial metropolitano, ela solucionava o problema da fome no arquipélago e da falta de mão-de-obra nas roças de Angola e São Tomé e Príncipe:

O povo não possuía reservas alimentares, as roças estavam necessitadas de gente para o trabalho, logo a solução tinha mesmo de ser essa. Enviar para S. Tomé quantos se apresentassem voluntariamente a alistar-se, antes que se declarasse a fome. Em S. Tomé teriam casa, comida, assistência médica e cento e vinte escudos por mês. Porque é que havia de morrer gente de fome, como aconteceu, por exemplo, em 1941 e 1942, se no Sul os roceiros pediam milhares e milhares de braços para cacau e café? [...] Mas agora não. As medidas iam ser tomadas com a devida antecedência, tudo bem planeado e executado, para já quinhentos casais com as respectivas ninhadas

²⁷ Uma categoria de emigrantes contratados pelo governo colonial destinada a trabalhar em regime de semi-escravidão nas roças de São Tomé e Príncipe e Angola.

transportados voluntariamente para S. Tomé onde o problema de mão-de-obra requeria também solução imediata. (SOUSA, 1978, p. 238-9).

Contrapondo ao discurso oficial do governo português (apresentado com certa ironia pelo narrador, como se observa pelo “*transportados voluntariamente para S. Tomé*”), que propunha a prática dos *contratados* como solução para os problemas das colônias, o romance propõe um diálogo em outro tom, a partir de duas personagens preocupadas com as resoluções políticas de Portugal em relação ao arquipélago, no qual a situação desses emigrados é analisada de outro prisma ideológico:

O problema pior é a exploração a que se submetem, salário miserável, as doenças que contraem, o tempo e a saúde que perdem em benefício exclusivo dos donos das roças. Regressam ao fim de três anos de contrato com três mil escudos no bolso, milhares de ancilostomas nos intestinos e outros milhares de plasmódios no sangue. Isso é que é a nódoa negra da emigração para S. Tomé. (SOUSA, 1978, p. 264).

A partir desse contraponto opera-se a desconstrução do discurso oficial, apontando-se as verdadeiras implicações deixadas pela prática dos *contratados* na sociedade caboverdiana. Em contrapartida, as emigrações para os Estados Unidos e Holanda, por exemplo, consideradas positivas, se constituem como uma tentativa de reestruturação das condições irregulares de trabalho estabelecidas pela colonização, que restringiu a atividade econômica basicamente à agricultura.

Por conta da falta de possibilidades de exercer uma função que não se limitasse à lavoura e ao comércio, ou para os que obtiveram maior formação escolar, aos cargos administrativos locais, muitos caboverdianos optaram pela emigração em busca de outras funções e melhores possibilidades de salários, o que culminou no surgimento dessa decisiva categoria social, de grande importância para a compreensão dos novos processos culturais que passam a atuar nas ilhas: a dos emigrados retornados.

Na dialética estabelecida entre passado e presente, os aspectos das coletividades e individualidades afloram na caracterização dessa nova dinâmica social criada com a inserção do emigrado retornado. Na medida em que os brancos se fecham em seu mundo que se quer autossuficiente, mais perdem espaço na nova integralização social conquistada pelo capital estrangeiro:

Custava-lhe imenso sentir a preocupação de Chiquinho pela fuga da clientela. Experimentava mesmo uma espécie de vergonha quando Chiquinho se mexia para atrair fregueses. Arvorado em agenciador de clientes, o rapaz agia na melhor das intenções. Mas a ele, Eusébio, isso vexava-o muito fundo, um fedelho de vinte anos a correr atrás dos

americanos e dos burros de purgueira para salvar a loja. Não. Não permitia que tal continuasse nem que tivesse de entregar toda a existência por meia dúzia de patacos. De resto, precisava de despejar a loja para entregar a casa ao futuro dono. (SOUSA, 1978, p. 179-180).

Conclui-se que o afrouxamento nas relações de mando e submissão que caracterizavam as antigas relações de poder, tal como afirma a autora de **Os filhos da terra do sol** (HERNANDEZ, 2002, p. 33), se deve igualmente à queda do sistema de morgadios e o poder que possuíam de reprimir a manifestação da individualidade, procurando padronizar os comportamentos humanos dentro do contexto histórico em que viviam. Os tipos de relações que passam a existir não se baseiam mais, portanto, na autoridade do morgado, apesar de ainda existirem fortes amarras sociais e resquícios dessa estrutura econômica criada com a colonização. E o triunfo do mestiço se deve, com efeito, à particular dinâmica cultural que se processou no arquipélago, aspecto que será abordado em nosso terceiro capítulo.

1.3. Formas de pertencimento e exclusão em *Xaguate*.

Nesse último romance, a memória exercitada ganha ainda mais evidência, sendo elevada ao primeiro plano da construção narrativa. Sua estrutura seguirá o fluxo rememorante de Benjamim – intermediado pelo narrador também em terceira pessoa – em sua incansável jornada por ressignificar e realizar os sonhos de sua infância, impossíveis de serem concretizados no tempo em que deixou a ilha.

A obra se volta completamente para o tema do regresso que é tomado em sua forma mais plena ao incidir de modo enfático no restabelecimento dos laços afetivos do protagonista. O espaço e as pessoas que antes constituíam o seu círculo social e compõem as suas lembranças permitem, por um processo de analogia entre passado e presente, avaliar as transformações que os diferenciam daquele tempo transposto:

A mãe Quitéria frequentava o sobrado de Cristalina. Era a costureira de casa. O pai Domingos ia lá de onde em onde, na companhia do compadre Júlio, para jogar bacará. Ele, Benjamim, nunca lá pusera os pés. Conheceu o sobrado depois de regressar da América. Só muito mais tarde, longe da terra, lhe deu para pensar nas esquisitices da gente branca do Fogo. Só então descobriu que a família dele era mais baixa do que a família de Cristalina. Felizmente, tudo passou, o presidente de Cabo Verde era preto, os ministros são mulatos, as pessoas já não valiam nem pela cor, nem pelo nascimento, mas apenas pela inteligência e capacidade de trabalho. Neste particular, veio encontrar a terra muito diferente da que conheceu em criança. Talvez houvesse restado ainda alguma agulha ferrugenta, ou certas lêndas do

passado querendo tornarem-se piolhos para chatear a humanidade. Como o som distante de búzio, algo lhe chegava aos ouvidos que o punha preocupado. Determinadas conversas, determinadas atitudes, determinadas rejeições, começaram já a pô-lo desconfiado. Tinham-lhe afirmado na América que as tolices de antigamente haviam acabado. Nesta conformidade, regressou do estrangeiro para encontrar com todos e não com alguns. Queria crer que sim. Do contrário, a desilusão seria enorme. (SOUSA, 1987, p. 289-290).

Com efeito, as antigas diferenciações não se tinham esvaído completamente das relações sociais. Eram mantidas, sobretudo, por parte de alguns brancos que resistiam ao esquecimento de sua superioridade. E para a desilusão de Benjamim, nha Crista se revelará progressivamente uma defensora das velhas “*esquisitices da gente branca do Fogo*”. A distância entre suas perspectivas criará um abismo entre eles que o americano não se mostrará disposto a suportar novamente.

O seu distanciamento em relação a esse ambiente social, isto é, o meio século que o separa da ilha permite ao protagonista compor uma visão privilegiada das suas transformações: tanto em seu aspecto físico (em relação à paisagem, às novas construções da cidade, às instalações de melhorias elétricas, aos prédios públicos criados depois da obtenção da independência, etc.), como das relações sociais que, vistas sob um plano geral, tinham perdido o caráter hierárquico dos tempos coloniais e atribuíam, por conseguinte, um novo sentido ao modo de vida local:

A antiga Estrada Nova, hoje Avenida Amílcar, surgiu totalmente alterada aos olhos de quem esteve ausente meio século. Do lado da ribeira da Trindade, desde a borda da falésia até a primeira ponte, alinhavam-se edifícios com alguma dignidade, como a sede do PAICV, a agência do Banco de Cabo Verde, a igreja nazarena, o hospital, a maternidade, diversas habitações, contrastando com a fisionomia do velho bairro dos pescadores, braçais e criadas de servir. Apesar das secas, apesar das mortandades pela fome, algo se havia conseguido no aspecto de justiça social ao longo de tão grande ausência. A ilha estava mais despida de vegetação, é certo. Reparou nisso quando sobrevoava o aeroporto. Mas o viver das criaturas ganhou maiores exigências. Já não devia haver quem transportasse latas de merda à cabeça. (SOUSA, 1987, p. 16-17).

Diluídas as fronteiras que separavam as figuras identificadas ao colono das demais, submissas às primeiras, no plano do convívio social opera-se uma desmitificação desse papel, fazendo com que ele também se anule diante das novas referências existenciais. No plano pessoal, em relação ao tratamento e à interação dos sujeitos, o que espanta Benjamim é que, agora, todos podem literalmente dividir o mesmo espaço:

– Fiquei abismado de ver ali todo o mundo misturado, pretos, mulatos, brancos, pobres, ricos, serventes, doutores, até uma neta de César Teteia vi a tomar banho no pool. A seguir, na inauguração do hospital de crianças, vi um ministro mulato, doutores e engenheiros de cabelo cuscuz, o senhor desculpa-me, mas ter cabelo cuscuz não é vergonha. (SOUSA, 1987, p. 293).

O nivelamento das relações, característica estrutural das narrativas, também é resultante de um discurso nacional que esclarece o fundamento híbrido da composição social do arquipélago, isto é, ele advém do reconhecimento oficial de que o fenômeno da mestiçagem é um fator fundamental da constituição da sociedade caboverdiana.

A partir desse redimensionamento existencial, conjugado e problematizado pelo autor, as criaturas se sentem mais pertencentes ao espaço e as relações se dão em um plano mais igualitário, em que cada um contribui justamente com a sua diferença. Eis as condições que imperam na caracterização da nova ilha do Fogo, aos olhos de Benjamim.

É em função da nova imagem projetada pela ilha e da construção discursiva, que se elaboram, segundo uma memória que busca perpetrar novas identificações e, sobretudo, que procura desconstruir a insígnia colonial, as estratégias por meio das quais se propõe a consagração de novos heróis nacionais (como Amílcar Cabral, o grande líder político que avivou os movimentos de libertação nacional de Cabo Verde e da Guiné Bissau, até mesmo por meio da luta armada, e o partido político do PAICV) é tendo em conta esse novo horizonte de liberdade que o romance apresenta as estratégias de negociação e (re)invenção que buscam a superação dos quadros sociais identificados à condição colonial. Também é nesse sentido que se promove a depredação do busto de Serpa Pinto, uma das grandes figuras representantes do governo colonial português:

– O Sr. Engenheiro apoiou o arrancamento da cabeça de Serpa Pinto?
 – Não estava cá, nem em Cabo Verde. Vivia em Angola. Mas, se estivesse presente, não teria impedido que tal se fizesse.
 – Não?
 – Não, porque há-de compreender que o momento em que isso foi feito, e tantos outros actos perpetrados pelo povo, foi um momento de desforra, de ajuste de contas, possível, graças à revolução de 25 de Abril em Portugal. (SOUSA, 1987, p. 292-293).

A nova seleção da memória em torno da organização do espaço remete para a necessidade de desconstruir os valores e deveres ligados à pátria portuguesa sustentados oficialmente e discursivamente pelos brancos locais que, como afirmamos, também exerciam o papel de mediadores. Com a independência nacional se configura uma nova perspectiva da história do arquipélago, a qual propõe uma reformulação não só políticoadministrativa, como

também sociocultural, vinculada à realidade em que se insere e empenhada, sobretudo, em solucionar os graves problemas internos e externos deixados pelos séculos de colonização.

Tendo em vista esses novos princípios discursivos que se projetam em nível nacional, o protagonista, em contato com uma nova realidade argumentada, passa a refletir sobre a sua condição de indivíduo fraturado, exilado do convívio familiar e, por isso, em constante busca de completude existencial. É a partir da interação com o espaço transformado e ressignificado que esse elo rompido com a sua partida é reatado de maneira a atribuir novo sentido às existências nas ilhas; e Benjamim pode experimentar novamente o sentimento de ser caboverdiano, agora, no sentido proposto com a independência.

O processo até o sublime momento em que se instala o sentimento de pertença demonstra a transformação de Benjamim que aos poucos se liberta de sua prisão interior e se torna menos idealizador do que quando se hospedou no *Hotel Xaguaté*. É esse percurso que interessa analisar na redefinição subjetiva que está por trás do discurso final do protagonista.

A reconstrução de sua perspectiva só se dará mediante a constatação das mudanças ocorridas na ilha, o que provocará nele uma nova impressão, permitindo-o de se desprender de suas antigas aspirações. Nesse sentido, o principal elemento que provoca a mudança na expectativa do “americano” é o comportamento de Cristalina, que ao ascender ao sobrado paterno negocia, por sua vez, o recobrimento de sua antiga posição por meio da proposta de casamento de Benjamim. É a indiferença da amada em relação a sua existência que o confrange e afasta da materialização de seus sonhos:

Pelos portões abertos de par em par entrou a primeira lufada de crianças com adultos à mistura. As vagas sucederam-se até entupirem o quintal do sobrado. Nem no inesquecível S. João se vira tanta gente sob a copa do tamarindeiro, sob a aba da varanda. Desataram aos vivas aos futuros donos da casa, cantando e dançando à roda do tronco da árvore. Só faltavam um tambor e um pilão ao meio para o ajuntamento se transformar na festa de bandeira.

[...]

Evacuaram finalmente o recinto, com boas palavras, é claro, e trancaram o portão. O tamarindeiro adormeceu com os atavios natalícios votados ao esquecimento.

Voltou entretanto satisfeito para o pé de Cristalina, cuja cara metia medo. Até fazia um papo por baixo do queixo.

- Já passou. Já se foram embora.

- Para mim ainda não passou tudo. Onde foste descobrir aquela criatura horrível de sapatos de homem?

- Quem?

- Aquela mulher de casaco de malha.

- Balbina?

- Não sei, não fixei o nome dela.

- É uma velha amiga de São Jorge. Foi ela que me ajudou a arranjar as lagostas.
 - Olha, Benjamim, de futuro não metes ninguém em minha casa sem primeiro me consultares.
 - Okay, Cristalina.
 - É uma questão de educação. Não fui habituada a conviver com determinada gente...
 - Para mim, toda a gente é gente.
 - Pois para mim não é assim.
- (SOUSA, 1987, p. 338).

A impassibilidade de Cristalina o faz compreender definitivamente que suas aspirações não são comportáveis pela realidade. Os valores desajustados do ponto de vista de nha Crista não seriam concebíveis por ela dentro de seu sobrado. Como, porém, poderia o americano suportar o fato de ter de abdicar de todos a sua volta, isto é, do seu atual círculo afetivo, em função da presença fugidia da amada? Pequenas, mas simbólicas situações como essa, davam ao emigrado retornado a dimensão das relações humanas que haviam se desenvolvido na ilha.

Agora vinculados à modernidade, os sobrados já não possuem a mesma glória de outrora, uma vez desfeita a tripartição que conferia à classe possidente o símbolo de soberania. A acepção dominante do imaginário econômico local parece já revertida no “sonho americano” que está ligado às proezas econômicas da emigração, malgrado os longos anos de trabalho árduo, realidade da qual Benjamim faz parte.

Em contraste com a fuga alternativa dos últimos filhos-família (caracterizada no romance pela evasão de Eusébio e Cristalina da cidade), no plano da coletividade, ao contrário da restritiva participação popular nas datas do calendário festivo da ilha que se verifica *Na Ribeira de Deus*; em *Xaguate* não só as manifestações culturais têm um caráter propriamente popular, como também as comemorações giram em torno da *caboverdianidade*:

O aeroporto estava apinhado de gente que foi esperar a vencedora do concurso de mornas. Logo que o avião começou a rolar na pista, reboou pelo céu do Fogo uma gritaria de ensurdecer. Os foguetes à mistura emprestavam ao acontecimento um ar festivo que lembrava as recepções honrosas do tempo colonial. (SOUSA, 1987, p. 261).

No trecho, a lembrança de outro tempo, marcado pelas grandes diferenciações sociais, se dá agora de maneira a transferir significado de um acontecimento ao outro, de uma data a outra e de um lugar ao outro (assim como no fragmento citado anteriormente da pág. 338, quando o emigrado retornado recebe as glórias que seriam dedicadas aos antigos donos de sobrado).

As honras que antes recepcionavam os ilustres lusitanos, agora são direcionadas a Adelaide, a cantora representante do Fogo no concurso nacional de mornas, que chega não em um navio, mas em um avião, o que compõe mais um indício de modernidade. Além disso, a sua homenagem se deve ao fato de pela morna, expressão musical autenticamente caboverdiana, ela representar o sentido de ser próprio das ilhas, o que mostra mais uma vez a ressignificação da identidade nacional:

Adelaide foi posta numa espécie de andor, na verdade numa padiola ornamentada de flores, grinaldas e bandeirinhas. O andor foi colocado nos ombros de quatro atletas. Os familiares não puderam assim beijar a moça, tão alto a ergueram do chão poeirento. (SOUSA, 1987, p. 264).

A transposição dos valores edificados no contexto do período colonial é seguidamente orientada pela valorização dos aspectos comuns à vivência local. As formas de sociabilidade se tornam menos matizadas pelas diferenças econômicas, apesar de ainda existir o fator da desigualdade social marca, aliás, indissociável da condição de subdesenvolvimento que caracteriza o país.

Tendo em vista a valorização do local, Henrique Teixeira de Sousa procurou compor uma variada gama de personagens capazes de representar um novo sentido de coletividade, de cultura e de manifestação da individualidade (como demarca a relação entre Ovídio e Manuela, por exemplo, que apresentam concepções ideológicas muito diferentes, mas ainda assim evidentemente preocupadas com as suas realidades sociais).

Esse mundo que nos parece espontaneamente dinâmico, vivo e visível provém da sua grande capacidade de narrar. Isso porque a linguagem com a qual constrói o tecido narrativo é elaborada no plano funcional e leva em conta expressões que são imanescentes à realidade das ilhas e foram captadas segundo sua apurada percepção dos fenômenos que caracterizam a identidade de sua terra natal.

Em vista do exposto, é possível afirmar que, em síntese, a memória exerce um papel estruturador desses textos literários, marcando a composição dos três romances, pois, quando se trata de introduzir a problemática dos fatos historicamente significativos para essa sociedade, a memória individual ou a lembrança só tem sentido integral quando relacionada ao passado coletivo, como ficou ilustrado pelas passagens citadas. É, portanto, a partir do eixo memorialístico que Teixeira de Sousa alude à identidade sociocultural do caboverdiano.

Também em virtude dessa característica, os procedimentos temáticos tornam-se reincidentes por acompanhar os processos associativos ditados pelas memórias a partir das quais se dá o exercício da recordação, responsável por configurar o movimento pendular entre

passado e presente, em uma constante atualização das perspectivas inscritas nos romances, o que talvez seja a grande função das narrativas no quadro geral da literatura caboverdiana.

A esse princípio deve-se igualmente a elaboração da gradação histórica e o resultante processo evolutivo que caracteriza o conjunto dessas obras, visto que, como afirma Walter Benjamin, a memória é o meio pelo qual o homem se torna capaz de “escavar” para recordar o seu passado, por isso, não se “*deve temer voltar ao mesmo fato, espalhá-lo como se espalha a terra, revolvê-lo como se revolve o solo.*” (BENJAMIN, 2000, p. 239). Nesse sentido, Teixeira de Sousa é um dos mais importantes autores a representar o imaginário social caboverdiano e demonstra ser, no conjunto de sua obra, e não apenas na trilogia com a qual nos preocupamos aqui, um dos principais grandes vultos da moderna literatura caboverdiana.

Os temas que o autor aborda se concebem a luz de uma escrita cuidadosa que procura refletir em essência a expressividade do homem caboverdiano, pois é no plano dessa expressividade que reside a manifestação da sua visão de mundo, a sua subjetividade e, conseqüentemente, a sua identidade, isto é, aquilo que o caracteriza em relação à realidade em que vive.

A colonização, que impôs práticas culturais e religiosas à população das colônias, restringiu ao mesmo tempo sua participação junto às cerimônias, construindo uma memória e uma identidade oficiais que excluía quase que completamente aqueles que não faziam parte de sua “casta”. Memória e identidade passam, assim, a ser dinamicamente disputadas mediante a contextualização dos fatos sociais narrados:

A construção da identidade é um fenômeno que se produz em referencia aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com outros. Vale dizer que memória e identidade podem perfeitamente ser negociadas, e não são fenômenos que devam ser compreendidos como essências de uma pessoa ou de um grupo. (POLLAK, 1992, p. 204).

As disputas grupais pela memória, segundo Pollak, determinam os aspectos que cada grupo considera representantes de sua existência. No caso das santas, por exemplo, para Sérvulo o povo precisava de um representante sagrado que intercedesse pelas suas necessidades, já que a santa do 5 de agosto representava necessariamente os brancos. Com o aparecimento da santa da ribeira, competia a eles dotá-la de características relacionadas às suas existências e assim construir para si mesmos um monumento que passaria a representá-los. Da mesma forma, em *Ilhéu de Contenda* esse processo se dá em torno da apropriação simbólica do sobrado que passa a representar o destronamento da elite pelos mulatos. E por último, em *Xaguate* essas manobras se sintetizam ao plano discursivo que reformula, por

completo, a perspectiva da nacionalidade mediante o processo de identificação com as personagens que atuaram na conquista da independência.

Nos três romances, a memória civil não documentada é projetada através do ato criador do romancista que, ao captar momentos que podem ser interpretados como uma fenda na continuidade histórica dos discursos oficiais que ainda concebiam Cabo Verde sob o jugo da dominação portuguesa, propõe uma profunda revisão dessa oficialidade. Provém daí a importância e a dimensão que os romances *Ilhéu de Contenda*, *Xaguate* e *Na Ribeira de Deus* alcançam quando lidos em conjunto:

A despeito da importante doutrinação ideológica, essas lembranças durante tanto tempo confinadas ao silêncio e transmitidas de uma geração a outra oralmente, e não através de publicações, permanecem vivas. O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais. (POLLAK, 1989, p. 5).

Essa teorização de Pollak reitera que a memória construída em torno de identidades coletivas caracterizadas pelo “silêncio” e, portanto, à margem de uma oficialidade, se mantém aquém da memória que se convencionou interpretar como nacional, por quem detém o domínio da escrita, da oficialidade intelectual, etc, mas demonstra ter importante papel questionador e desestabilizador por proporcionar novas percepções culturais e históricas que visam contribuir para uma revisão das práticas sociais.

Sob esse ponto de vista, os intelectuais engajados de países que passaram por longos períodos de opressão – tal como a gerenciada pela colonização – conseguiram por meio da literatura, que demonstrou ser importante instrumento para tanto (tal como demonstra o autor de **Rosto negro: o contexto das literaturas africanas** (SALINAS PORTUGAL, 1994)), promover o desvelamento dessas memórias e identidades denominadas por Pollak de “subterrâneas”.

O escritor que fala pelo povo ou dá voz a ele dentro da obra contribui para que se opere a emergência em suas realidades esquecidas pelo discurso oficial através de sua recuperação pela oralidade, aspecto primordial do texto narrativo de Teixeira de Sousa, já que suas personagens não possuem relatos escritos e sim lembranças, além de uma herança familiar que perpetua e direciona suas existências.

Assim, o relato entoado pela memória tem para essas realidades, em geral, uma importante função no desnivelamento e desconstrução de discursos que se propunham englobantes e engolidores de experiências traumáticas que provocaram durante muito tempo o silêncio de suas vítimas. A literatura que propõe o recobrimento dessas memórias esquecidas

de modo a livrá-las do silêncio no qual foram reprimidas, assim como os relatos dos quais trata Pollak, reveste-se de uma forma libertadora e transcendental, de modo que a superação das formas de controle social sob a égide do colonialismo, nesse caso, consiste em uma conquista popular de apropriação da memória nacional.

À guisa de conclusão, no debate proposto pelo sociólogo Michael Pollak, na linha de raciocínio de Nora, a memória é o principal elemento constituinte da identidade social. Enquanto fenômeno organizado em torno de uma seleção de experiências, ela se projeta como continuidade coerente dotada de sentido representativo (individual ou coletivo) de um tempo e espaço. Não sendo esse sentido representativo obrigatoriamente único, surgem muitas vezes, e sobretudo, no caso da memória coletiva, disputas em torno daquilo que se pretende atribuir valor mnemônico. São características, por exemplo, de ideologias políticas divergentes que criam dentro de seus sistemas de associações históricas, um conjunto de identificações que planeja representar-se nacionalmente.

Mas a memória, independente de seus conflitos internos, se apresenta como uma percepção da realidade e por isso, é completamente passível de ser reformulada, reconstruída e ressignificada no processo de representação de uma identidade histórica. Esse aspecto interessa particularmente à literatura que, enquanto produto de um tempo, surge cercada por uma série de associações implícitas ou explícitas ao contexto em que foi produzida. Esse é o âmbito para o qual trazemos a discussão desses dois conceitos, já que, realizando muitas vezes uma interpretação dos fenômenos sociais, a literatura tem uma relativa independência na estruturação e organização do tempo, dos atores e do espaço que atuam na constituição da memória, tal como procuramos demonstrar.

Vê-se que as memórias coletivas difundidas segundo um trabalho de enquadramento discursivo refletido – sem constituírem o único fator aglutinador – são certamente um ingrediente importante para a perenidade das estruturas institucionais de uma sociedade. Assim, o denominador comum de todas essas memórias e as tensões entre elas promovem uma intervenção na definição do consenso social e dos conflitos encerrados nessa conjuntura específica. Por outro lado, nenhum grupo social, nenhuma instituição, por mais estáveis e sólidos que possam parecer, tem sua perenidade assegurada. Sua memória, contudo, pode sobreviver ao seu desaparecimento, assumindo em geral a forma de um mito que, por não poder se ancorar na realidade imediata, se alimenta de referenciais do passado.

O árduo processo de reformulação dos discursos através de uma revisão histórica dos fatos sociais é resultante não somente de uma situação de exclusão, mas de séculos de soterramento das manifestações culturais, sociais e religiosas que aprisionam os excluídos em

seu próprio espaço de origem e os tornam impossibilitados de expressar sua civilidade. Além disso, vitimados por uma classificação social que procurou reduzi-los e silenciá-los, a captação desse sofrimento extremo associado às mortes pela seca e aos chicotes, que fizeram ouvir tantos gemidos estridentes dos amarrados e açoitados debaixo da milenar calabaceira, se processa como um eco de liberdade.

Tais sofrimentos extremos, uma vez contados, permitem integrar essas experiências à memória da humanidade para que não nos esqueçamos da sofreguidão deixada nas sociedades que se desenvolveram sob os estigmas do domínio europeu. Por isso, as obras da trilogia se alistam de maneira simbólica ao conjunto de produções literárias nacionais que visam não só expor as contradições históricas da sociedade caboverdiana, como propor novos posicionamentos diante delas.

CAPÍTULO 3

*A verdadeira viagem de descobrimento não
consiste em procurar novas paisagens, mas em ter
novos olhos.*

Marcel Proust

O PROCESSO DIALÉTICO DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

O conceito de dialética formulado por Karl Marx (1818-1883) parte de uma revisão e aprimoramento da hipótese de Hegel (1770-1831) que propunha, sob uma perspectiva idealista, a percepção do caráter dinâmico dos fatos sociais. Em sua reformulação, Marx propõe a dialética não como uma síntese simplificada entre sujeito e sociedade; mas como uma relação de forças contrárias que impulsionam novas condições capazes de determinar a sua estrutura social.

Desse ponto de vista, as transformações politicoeconômicas que se sucedem historicamente são desencadeadas pelas contradições de um sistema social, passíveis de revelar os interesses conflitantes das classes sociais (daí a chamada “luta de classes”) que se estabelecem dentro de uma totalidade articulada e refletem as concepções do pensamento da ideologia dominante, das formas institucionais dos sistemas de produção, do poder econômico e político, da ética, da cultura e das artes em geral.

Seguindo esse método materialista dialético, a teoria marxista se fia, grosso modo, na designação de que tais modelos estão relacionados ao modo pelo qual cada sociedade concebe a sua produção material e organiza as suas forças produtivas. Dentro dessa perspectiva articulatória, à medida que mudam no ciclo histórico a base material e as formas de organização do trabalho, mudam também as leis, a cultura, a ética, as formas institucionais, a ideologia dominante, as expressões artísticas, dentre outros domínios que regem a sociedade.

Os processos históricos narrados na trilogia permitem captar o momento no qual se operou, no curso dos anos, a transposição da dinâmica baseada na exploração colonial que caracterizava o modo de vida, o pensamento, os ideais políticos, econômicos e as formas institucionais de produção fixadas em torno dos morgados. Com as sucessivas crises desencadeadas pelas frequentes secas que atingem o arquipélago, o sistema de divisão

territorial feito de acordo com a colonização portuguesa se mostrará historicamente incapaz de sustentar essa dinâmica econômica e, conseqüentemente, a classe dirigente sucumbirá diante das transformações impulsionadas por um novo modelo determinante da superestrutura social. Como procuraremos demonstrar a seguir, tal processo engendra as forças antagônicas captadas segundo a problematização da materialidade histórica da sociedade focalizada.

Levando-se em conta que o realismo como procedimento de abordagem e sistematização do método literário – ou a *mimesis* no sentido proposto por Auerbach – privilegia a seriedade no tratamento da “problematicidade” e “tragicidade” que caracterizam o realismo moderno posterior às obras de Stendhal e Balzac (AUERBACH, 2001, p. 499), o posicionamento do cânone neorrealista (adotado pelo autor na composição das obras estudadas) corresponde, nesse sentido, à mencionada necessidade de apreensão da realidade “*em constante mutação e ampliação*” (AUERBACH, 2001, p. 500), aspectos que constituem as diretrizes que caracterizam o sentido dinâmico da vida moderna.

Interessa, por isso, considerar que o método ideológico-literário, pelo qual se orientou Teixeira de Sousa, se distingue pela abordagem compilativa das ideias marxistas nas quais se baseiam, aliás, os princípios fundamentais do cânone literário neorrealista. O caráter das relações sociais, bem como do indivíduo com o espaço e o tratamento histórico dedicado à sua compreensão são tomados segundo as suas afinidades estruturais. Desse ponto de vista, para o escritor neorrealista é imperioso:

atentar na dinâmica essencialmente colectivista assumida pelo momento histórico em que se vivia (...): um momento histórico em que “os grandes problemas dos homens deixaram de ser individuais, para serem colectivos”, em que “o desemprego, a fome, as guerras são males colectivos”. Daí que a única atitude coerente com a situação descrita fosse um movimento de rejeição dos excessos do subjetivismo, enquanto procedimento de tipo alienado. (REIS, 1983, p. 29).

Nos termos citados por Carlos Reis, opera-se com esse movimento literário que vigorou a partir da década de 1930 em Portugal, um processo que consiste em propor uma nova postura por parte de escritores e artistas engajados, capaz de desvanecer a dimensão individualizada da obra literária em prol de uma concepção interessada pela solidarização da arte para com os estratos sociais oprimidos, abrindo espaço para um profundo questionamento da realidade social, de modo a conceber o homem sob a perspectiva da concreticidade das circunstâncias econômicas e sociais em que vive. A esse respeito, complementa ainda Reis:

Só que, para conferir solidez doutrinária ao Neo-Realismo, não basta invocar o homem concreto ou insinuar as suas vinculações socioeconómicas. Daí que

o Neo-Realismo tenha necessidade de ser definido em função de componentes que valorizem devidamente essa concepção de homem; referimo-nos em particular a três características fundamentais que normalmente encontramos subjacentes a toda a prática literária informada pelos princípios neo-realistas: o privilégio de temas do contemporâneo do escritor, mesmo que esse privilégio implique a reconstituição dos cenários históricos que antecederam o presente; a valorização de uma representação de tipo dinâmico, adequada, como tal, a sugerir a transformação do homem concreto projetado para um futuro que beneficie dessa transformação; a subordinação da dinâmica referida a procedimentos de natureza dialéctica, aliás em perfeita sintonia com as concepções filosóficas que presidiam à ideologia neo-realista. São precisamente estas coordenadas que encontramos definidas nas mais variadas reflexões acerca do perfil teórico do Neo-Realismo. (REIS, 1983, p. 40-41).

Pretendendo, pois, ser uma síntese melhorada de todos os cânones que o precederam, esse movimento propõe que a obra literária assuma um critério interpretativo frente a uma realidade dinâmica e em constante mutação por meio da reflexão das relações entre a arte e a vida, de maneira a superar as limitações da literatura-reportagem, através do aprimoramento das técnicas artísticas, e ao mesmo tempo recusar a supervalorização do seu cunho meramente documental. A esse respeito, mais uma vez, esclarece Reis:

a noção de que a literatura, ao partir de uma atitude criativa empenhada, constitui um documento da sua época, tanto mais expressivo quanto mais deprimentes forem os fenómenos visados, não é inocente, do ponto de vista ideológico: ela significa, em primeira análise, que a criação literária integra-se numa superestrutura que traduz uma forma de consciência social e que sobretudo resulta (...) da base socioeconómica que lhe subjaz; daí que se possa afirmar que <<a arte é o índice exacto do estado mental, do valor cultural dum povo. Não afirma simples existências, qualifica-as>>. (REIS, 1983, p. 46-47).

Desse modo, a obra literária que se caracteriza como neorrealista atua entre o compromisso com a realidade que propõe a integralização ideológica da problemática histórica e o compromisso com a técnica artística (relação indissociável entre forma e conteúdo), as quais aparecem sintetizadas no processo de representação que se propõe do ponto de vista humanístico e permite redimensionar a condição existencial do homem. Por conseguinte, a obra deve ser capaz de apresentar uma realidade a partir da qual se possa extrair uma *tese* que deve emergir justamente do que está representado da vida na arte. A expressão ideológica se torna, assim, indissociável do texto literário que carrega em suas estratégias discursivas (isto é, em sua forma) toda a intencionalidade da informação ideológica que o autor quis expressar sobre determinada realidade (ou seja, o seu conteúdo).

No âmbito de uma literatura que se propõe reflexiva e desalienante, o aspecto receptivo da obra é sempre muito discutido. No caso desse sistema literário voltado para a

realidade caboverdiana, a mensagem atrelada ao texto propunha, sobretudo, o reconhecimento dos problemas locais, isto é, dos grandes problemas coletivos capazes de caracterizar a materialidade existencial no arquipélago. A partir da integração consciente de seus problemas específicos, a sociedade tende a se tornar mais crítica depois de uma proposta de conscientização, o que consiste no grande estandarte do cânone neorrealista.

Tendo em vista tais fundamentos críticos, este capítulo se dedica, pois, a analisar em cada um dos romances o processo de transformação dialética que ganha contornos específicos no tempo e espaço de cada narrativa. Para tanto, trabalhamos com a ideia de dissolução de uma estrutura que engendra formas de sociabilidade e comportamentos específicos que se propõem de maneira mais ou menos invariável, combinada às poderosas formas de identidade e sociabilidade que surgem com a emergência dos fluxos globais e intensificam os contatos interculturais, de modo a projetar novas identificações não só desvinculadas, como transgressoras das velhas identidades estáveis formuladas no mundo das tradições. Apesar de não abdicar totalmente destas, já que elas desempenham ainda um importante papel estrutural, a modernidade, como se verá, irá propor uma nova perspectiva em relação ao passado. Por isso, a adoção do procedimento estético mencionado está relacionada ao *Zeitgeist* que define o conjunto de preocupações dos intelectuais caboverdianos no contexto da reinterpretação e esclarecimento de sua nacionalidade.

1. A autoridade de mando e a violência institucional e simbólica *versus* a elevação moral e intelectual dos mestiços e negros pelo privilégio do saber no romance *Na Ribeira de Deus*.

Em vista dos aspectos já discutidos a respeito da ambientação, dos temas e do enredo que configuram esse romance, nessa primeira fase da trilogia prevalece o ambiente social organizado de acordo com os interesses dos antigos morgados, que ao se adaptarem ao desenvolvimento urbanístico da ilha se instalam em grandes sobrados que passam a figurar entre lojas e funcos. Da organização econômica, política e cultural que provém dessa estrutura derivam os tipos de relações sociais que marcam a convivência na ilha, intimamente vinculada ao modo de produção implantado com a colonização, o qual estabelecia e assegurava a autoridade de mando centrada nas grandes propriedades, configurando relações de poder pautadas na conjuntura do trabalho.

Retomando a afirmação de Hernandez de que as formas de dominação nas ilhas de Sotavento se caracterizaram em seu curso histórico pela violência institucional e simbólica ligada à esfera do poder colonial, observa-se que nesse primeiro romance tal violência institucionalizada figura de modo exemplar com a chegada do capitão Oliveira, personagem que faz alusão ao regime salazarista, enviado a pedido da administração da ilha para conter a reação revoltosa da população expulsa de seus funcos, seguindo a determinação do projeto de higienização das adjacências centrais da vila, arquitetada pelo novo presidente da Câmara, Augusto Barroso:

Acompanhado de dois guardas de revólver no coldre e espada à cinta, entrou o capitão Oliveira em Fonte-Lexo. Logo ficaram desconfiados. Foi ziguezagueando por entre os funcos a pedir a concentração do pessoal junto ao muro da cadeia, ao mesmo tempo que observava o aglomerado de palhotas e metia o nariz nas portas escancaradas, numa devassa que irritou toda a gente. Nhâ Dibija não se conteve e deixou sair um palavrão da boca para fora que o homem felizmente não entendeu. Não entendia o crioulo apesar de ter estado uns anos na Guiné. Não via só com os olhos. Também tocava nos objectos, ora com os dedos, ora com a biqueira dos sapatos. Quando lhe passava uma criança pela frente, afagava-a com o entrançado do seu chicote. Atrás seguiam os guardas, um dos quais apontava algo num bloco de notas. (SOUSA, 1992, p. 266).

Dotado de características agressivas, o capitão Oliveira que era ainda “*mais corpulento do que Rompe*.” (p. 260) encarna vivamente a força institucional que impõe a ordem segundo o interesse administrativo, se não pelo mando, pela violência física. Em decorrência do sufocamento da classe social desfavorecida, se esboça entre os moradores e os guardas do capitão Oliveira o que se pode compreender como uma “luta armada”:

Saíram avivados com grogue, café e ‘nganha, de volta a Fonte-Lexo, onde já nem uma mulher se achava fora dos seus funcos. Então, os homens sentaram-se a beber e a conversar. O ambiente foi aquecendo com os copinhos de aguardente. Mateus de Herédia dava urros no seu incitamento à luta. Rompe rompeu com uma marcha no seu harmónio de largo fôlego. No meio da barafunda, surdiu mais um litro de grogue, misteriosamente. Os apupos e a cantoria estenderam-se até ao raiar da aurora. À medida que clareava a manhã, as mulheres foram aparecendo uma a uma, para acarretar pedras e amontoá-las no local do combate. (SOUSA, 1992, p. 277).

Esse trecho constitui um dos importantes pontos que revelam os traços ideológicos marcantes da composição da obra. O discurso é organizado em torno do campo semântico da batalha (*luta/marcha/pedras/combate*) e alude à preparação dos moradores de funco para a defesa de seu espaço. Contudo, esse momento de contestação é silenciado pelo brusco ataque

liderado pelo capitão Oliveira que, não sendo obedecido e empunhado de sua pistola, contém a insurreição de maneira severa:

Minutos rolaram sobre as hostes em confronto. A impaciência assenhoreou-se de todos. E eis que parte a primeira pedrada atingindo a canela dum guarda. Encorajados com o êxito do primeiro ataque, desataram todos a fazer chover calhaus sobre as autoridades. Os guardas recuaram, pois ali onde estavam chegavam as pedras de Fonte-Lexo. O administrador não gostou daquele recuo e mandou carregar o sabre. Os gendarmes hesitaram. O capitão enfureceu-se, puxou da pistola, apontou-a para os insurrectos. Engrossou a chuva de calhaus. Entretanto, Filipe caiu, trespassado por uma bala. Foi atingido em pleno peito. Dum lado e doutro, acalmaram-se os ânimos. As atenções viraram-se para o ferido, cuja vida se esvaía a olhos vistos. (SOUSA, 1992, p. 278).

O ato repressivo e violento do militar, apesar de representar os interesses administrativos e conseguir a desocupação de Fonte-Lexo, é contraditoriamente repudiado pelo presidente da Câmara de São Filipe quem, aliás, havia solicitado a sua presença. O choque de interesses desencadeia ações por parte do presidente que consistem em afastar da ilha a figura execrável do capitão que causou um grande drama coletivo ao assassinar o morador de funco: “*O odioso recaía totalmente sobre o administrador. Fora ele o causador da morte de Filipe. Fora dele a ideia de incendiar as coberturas de palha e as portas de madeira. Ninguém mais se lembrou de que o principal culpado era nhô Augusto Barroso*”. (SOUSA, 1992, p. 285).

Procurando se redimir da culpa pelo homicídio, com o qual tinha estreita relação, o presidente da câmara se oferece a arcar com todos os gastos relativos ao funeral de Filipe, que ainda é sepultado no cemitério dos brancos: “*No meio de mausoléus de fina traça, ficou o coval de Filipe*.” (SOUSA, 1992, p. 282). Tal atitude estrategicamente empenhada fez com que o povo, inicialmente revoltado, se esquecesse do horror presenciado pela recompensa que recebera Filipe de deixar a indigente vida do funco para estar entre os ilustres homens da ilha.

Executada a desapropriação dos funcos de Fonte-Lexo, os moradores despejados são ainda impedidos de reconstruir suas habitações sem licença oficial. Além disso, por conta do incêndio, já não poderiam reaproveitar o material dos funcos inutilizados. A tudo quanto fosse servir para a construção da nova casa, inclusive as pedras arrancadas à Achada Bombardero, deveria se apresentar uma “*licença e pagar a taxa na Fazenda Pública*.” (SOUSA, 1992, p. 286), o que impelia o destino dos despejados ao completo desamparo por parte da administração: “*Continuariam espalhados por Lém e outros lugares, a incomodar os amigos,*

já que ao Sol e ao relento não podiam permanecer, quais alimárias no campo.” (SOUSA, 1992, p. 286).

O modelo impositivo que caracteriza o proceder administrativo do ponto de vista institucional é igualmente regulamentador de outros domínios dessa sociedade, como o religioso e o cultural que constituem a esfera simbólica de dominação. As famílias brancas exercem toda a autonomia das práticas religiosas e agenciam o modo de organização e a seletividade dos participantes nos festejos de devoção: “*A igreja era uma presença muda. E cega às brigas, às invejas, à nudez, à fome, ao sofrimento dos pescadores*” (SOUSA, 1992, p. 60), motivo pelo qual os negros e mulatos não têm vez nas comemorações coletivas mais tradicionais. Também os hábitos culturais da elite, como mandar os filhos estudarem em tradicionais colégios lisbonenses, promover encontros sociais em seus sobrados, andar sob o amparo de seus largos guarda-sóis os diferenciam dos demais sujeitos dessa sociedade e os dotam de características superiores tanto físicas, quanto morais:

Após meia dúzia de anos na Metrópole, regressavam à terra. Logo no desembarcadouro os braçais perguntavam-lhes: - e tu que curso tiraste? Respondiam sistematicamente: - curso comercial. A palavra comercial vinha do fundo da garganta, naquela pronúncia portuguesa que por si só já era uma valiosa promoção cultural. Desembarcavam de fato de casimira mesmo que fosse no mês de Agosto, chapéu de feltro tombado sobre a orelha direita, chumaços pronunciados para levantar e alargar os ombros. Durante vários dias passeavam essa fatiota pelas ruas da vila, olhando para as janelas onde moças envergonhadas se mostravam parcialmente. Entre os dedos, fumegava um cigarrinho. (SOUSA, 1992, p. 34).

A centralização na figura do branco e a marginalização dos negros e mestiços, reduzidos as suas forças físicas, promovem a imposição da desigualdade com base na cor da pele, aspecto no qual incide a abordagem do autor sobre o tratamento temático do racismo como elemento igualmente determinante da dinâmica social preponderante na ilha, já que, é a partir dessa perspectiva categórica que se promove a divisão social introduzida pela lenda da Ribeira, a qual direciona a interpretação proposta pelo autor acerca desse fenômeno social específico da ilha do Fogo.

Entretanto, no movimento assumido pelo enredo, o privilégio do saber se desprende progressivamente da figura do branco e assume um importante papel na superação moral e intelectual entre os negros e mestiços. Rompe (compositor de mornas) e José Almeida (poeta e professor) são os respectivos representantes dessa ascensão que promove a desestabilização da hierarquia na escala social:

Chegava nhô Valentim de escada ao ombro para acender a lanterna de iluminação pública fixa na parede sobre o arco do portão. Nininha fornecia ao homem um suplemento de petróleo para ele puxar pelo pavio o máximo possível. O funcionário enchia o reservatório, rodava a chaveta da torcida até a chama se achar prestes a fumar. A luz derramava-se sobre a cabeça das criaturas e enchia de claridade o pedaço da rua entre a igreja e o sobrado. Tinha fama aquela lanterna. Só os três conheciam o segredo de tamanho brilho. Nada melhor no mundo do que emergir das trevas da ignorância, dizia nhô Gualdino. Rompe precisava de romper com a escuridão que o envolvia. Precisava de branquear o negrume da sua cabeça com a alvinitência do saber. (SOUSA, 1992, p. 35).

O mestiço José Almeida, por sua vez, é o principal ícone representante da ascensão intelectual no romance. E talvez dele emane algo similar ao que acometeu o espírito dos novos poetas caboverdianos, preocupados em desmistificar a expressão portuguesa como a única possível:

- A senhora desculpe, a Noca também estudou em Lisboa?
 - Frequentei o Colégio Bom Sucesso em Belém. É um colégio de irmãs irlandesas.
 - Nota-se no seu falar, nos seus modos, que teve uma educação esmerada.
 - Lá isso tive, modéstia a parte. Aliás, todos, aqui em S. Filipe, rapazes e raparigas, estivemos em colégios de Lisboa.
 - Todos, como?
 - Todos, isto é, os filhos-família.
 - Mas agora com o Liceu em S. Vicente...
 - Não, não – atalhou Noca. – O Liceu de S. Vicente não pode dar aquela preparação que dão os colégios de Lisboa. Lá está o Seminário-Liceu de S. Nicolau que existe desde o século passado. Aqui no Fogo só as pessoas modestas é que mandam os seus filhos para lá. Sabe, na Metrópole, o ambiente é outro, mais civilizado. Compare, por exemplo, o português falado por alguém educado no Seminário com o português de qualquer de nós que estudou em Lisboa.
 - Mas olhe, Noca, conheço muita gente que frequentou esse Seminário de S. Nicolau e que possui bastante cultura.
 - Não e assim, Sr. Gerente.
 - Vocês têm cá um bom exemplo de eficácia do Seminário. É o professor José Almeida. Já alguma vez conversou com ele?
 - Não, mas já o ouvi falar. A pronúncia dele não me agrada.
- (SOUSA, 1992, p. 46).

O Seminário-Liceu de S. Nicolau, fundado em 1868, constitui um marco fundamental para o desenvolvimento das letras caboverdianas. Esse centro intelectual do arquipélago foi responsável pela irradiação de uma expressão autenticamente crioula que diferenciou, de uma vez por todas, a literatura caboverdiana da lusitana por intermédio de figuras intelectuais como José Lopes, Eugénio Tavares, Juvenal Cabral e Baltasar Lopes, entre outros. José

Almeida é um representante desse novo grupo de intelectuais preocupados com questões relacionadas às sociedades que se desenvolveram nas ilhas.

Dialeticamente, a elevação moral e intelectual dos mestiços e negros corresponde ao concomitante decesso das famílias brancas que representaram no passado importante função estruturadora dos mecanismos sociais vigentes, como exemplificam os já citados casos de Felisberto e dos integrantes do pomposo grupo Sete-Estrêlo, os quais vivem alheios à realidade da ilha e envoltos por uma glória de classe débil e fosca. Essa contradição é apontada de maneira sistemática pelo autor que procura demonstrar o esfacelamento moral e a degeneração física dos “filhos-família”, dado o elevado número de casamentos consaguíneos que tinham o intuito de manter a brancura das linhagens principais, bem como, a prática comum entre os senhores de sobrados de tomar uma segunda mulher ilegítima, com quem tem filhos também ilegítimos, o que aumenta a população mestiça, enquanto o contingente branco se degenera.

Esse aspecto recorrente culmina em um grande número de filhos cuja paternidade não é reconhecida para que as famílias brancas não tenham que dividir suas heranças com os filhos bastardos. O relacionamento de Caetano da Veiga com Linda está inserido nesse contexto, embora não tenham filhos em razão da infertilidade de Linda: “*Nhô Caetano, por exemplo, tinha a mulher legítima e tinha Linda como amante.*” (SOUSA, 1992, p. 23).

Uma situação similar será reiterada em *Ilhéu de Contenda* entre Eusébio e Belinha e entre Felisberto e Guida. Como veremos a seguir, o drama do mestiço aparecerá de forma mais incisiva nesse segundo romance, representado pela personagem de Chiquinho, filho de Eusébio, demonstrando uma progressão temática.

2. As subjetivações dos conflitos em *Ilhéu de Contenda*: aspectos da interação social entre brancos e mestiços.

Em *Ilhéu de Contenda*, o processo dialético de transformação social se orienta por uma abordagem voltada para as subjetividades inscritas no romance. De um lado figura a mentalidade dos derradeiros filhos de sobrado que defendem o seu papel social, ainda que já não saibam, ou não possam mais, exercer o controle como outrora, pois as formas de poder institucionais se nulificam diante da falência econômica desse sistema. De outro, ganha força um novo tipo social que passa a integrar a dinâmica cotidiana dessa sociedade: o emigrante

retornado, que atua e discursa em defesa do recobrimento histórico pela memória e do direito de posse sobre as propriedades da ilha, que se foram compilando símbolos da exploração.

O acirramento da problematidade dessas relações é manifesto pela estratégia de intervenção de um grupo que rescinde as particularidades dedicadas às famílias brancas, rompendo consequentemente com o modelo impositivo de supremacia econômica, cultural e ideológica, pautadas em um discurso histórico.

Assim, a estratificação social e a luta de classes, a denúncia e a documentação da realidade por meio de um discurso ideológico, que são questões ostensivas à estética neorrealista, parecem constituir o cerne da construção narrativa de Teixeira de Sousa. Seu ponto fulcral nesse romance se situa, pois, no conflito entre as classes sociais que se desestruturam invertendo, de certa forma, a secular pirâmide econômica e social da ilha; como também, no tratamento dado à denúncia das estruturas coloniais opressoras que foram criadas para atender unicamente às necessidades da metrópole e dos colonos brancos que ali se instalaram.

A base econômica da ilha do Fogo se restringiu grande parte dos séculos de colonização às culturas de rentabilidade (SILVA ANDRADE, 1998, p. 65), isto é, à produção agrícola voltada para a exportação. Dessa forma, a estrutura das ilhas obedece ao princípio organizacional predominante em torno dos morgadios, como forma de divisão do espaço e controle da mão de obra local composta depois da abolição da escravatura, principalmente, por rendeiros e parceiros. Sendo assim: “*As funções dos **morgados** eram cruciais, porque eles ocupavam uma posição essencial nas estruturas económicas e políticas básicas da sociedade.*” (ANJOS, 2006, p. 45).

A essa divisão, elaborada por um sistema econômico que consistia em controlar a população local, basicamente concebida como mão-de-obra, se deve, em grande parte, a falta de recursos sentida pela maior parcela dos habitantes da ilha. A dependência direta da agricultura em Cabo Verde, segundo dados do Relatório sobre o Seminário de Praia, ocorrido de 7 a 13 de dezembro de 1984, citado por Hernandez (2002), é de noventa por cento em 1975. Devido a essa limitação do trabalho agrícola pelos morgadios, poucas atividades eram capazes de se desvincular desse campo restrito.

Diante dessa estrutura bloqueadora de mobilidade social, o comércio torna-se a principal atividade desvencilhada da agricultura e também o principal campo de concorrência entre brancos arruinados e mestiços emergentes. Nesse sentido, um tema caro ao enredo de *Ilhéu de Contenda*, talvez o central dentre todos eles, é o que institui o caráter paradoxal das relações do homem branco que se considera de “pureza europeia” com o mestiço.

A obra visa apreender esse fenômeno através da ambientação particular da ilha do Fogo, onde se manteve como afirma Hernandez, uma tradicional aristocracia oligárquica branca responsável por impor e manter as diferenças sociais de modo a gerar, no dizer de Anjos, as “*grandes tensões da sociedade cabo-verdiana (que) envolviam situações de poder e dominação com componentes de desigualdade racial.*” (ANJOS, 2006, p. 52):

O primeiro Veiga foi capitão-mor do Fogo, e tão rico que os descendentes se mantiveram abastados até os que ainda viviam. Ouvia contar a Nha Caela que esse Afonso Sanches da Veiga, capitão-mor da ilha, foi o tronco da família do marido. Pois, Nhô Pedro Simplício da Veiga descendia em linha directa desse grande homem que se celebrizou pela sua riqueza e também pela sua crueldade. Os escravos não brincavam com ele. Quando pisavam o risco, mandava-os amarrar à calabaceira de Ilhéu de Contenda e ele próprio os ia castigar com varas de marmeleiro entrançadas em três. Depois mandava botar sal e vinagre nos lanhos sangrentos. Era violento como tudo, esse Sanches da Veiga, tetravô de Pedro Simplício. (SOUSA, 1978, p. 63).

Para Anjos (2006) essa mediação exclusiva estabelecida pelos senhores dos grandes morgadios entre a metrópole e a população local era responsável pela manipulação do poder segundo os seus interesses, de ordem não só econômica, como também política. Os morgados eram a herança de um sistema de estratificação rígida, e por isso, tendiam a bloquear qualquer tipo de comunicação externa com o interior das ilhas. Todo o controle administrativo estava, pois, vinculado à autoridade dos morgadios.

Como consequência, o fator social, agregado às condições de vida subjugadas pelo mundo do trabalho, se mantém também em relação de subordinação, criando entre os sujeitos sociais laços de dependência que marcaram as perspectivas e o modo de vida do interior islenho. No plano representativo dessa concreticidade está a relação de Alberto e Manozinho:

Manozinho permanecia em silêncio, de chapéu na cabeça e enxada à ilharga, enquanto o Sr. Inspetor inspeccionava a sua moradia, os seus meninos, a sua mulher metida na cozinha, o porco que roncava engasgado de gordura, as espigas de milho, os feijões, e até a cama onde se deitava com a família toda. Finda a revista meticulosa do alojamento do guarda, decidiram dar uma voltinha pela plantação, não completa, apenas uma pequena área. Alberto esgueirou-se em direção a um pardieiro, muito provavelmente para aliviar a bexiga. Mal desapareceu por trás dos muros, gritou com voz áspera para o irmão:

– Eusébio, Eusébio, anda cá ver o que é a falta de fiscalização.

– O que é, o que é? – perguntou Eusébio irritado.

– Anda, anda. Anda ver por se escoar o nosso rico café.

Por trás das paredes em ruína, viam-se dois bidões cheios de café ainda em casca, tapados com quadrados de madeira que Alberto segurava um em cada mão.

– Como vês, isto não é mania de embirrar. Isto é pela certa café roubado. Ora chama lá o homenzinho para nos explicar o mistério.

- Chama tu. És tão dono como eu, pelo menos até a escritura das partilhas. Alberto anuiu em chamar o guarda para justificar a existência daqueles bidões escondidos.
- O senhor sabe, depois das colheitas fica sempre café no chão, e então a gente manda os meninos colher os grãos espalhados.
- E porque é que este café não foi descascado e ensacado com o resto?
- Não, não pode ser porque...
- Não pode ser porquê?
- Não pode ser porque o costume é assim.
- Ah, sim? E a quem pertence este café?
- Bem, este café não é de ninguém, foi achado no chão e colhido pelos meninos.
- Não é de ninguém?
- Não é de ninguém, é uma comparação de fala. Os meus meninos é que cataram estes grãos, então eu guardei nestes bidões.
- Este café pertence aos donos desta propriedade, fique sabendo. E fique sabendo mais que este café foi roubado por si e escondido atrás destes muros.
- Eu nunca furtei nada a ninguém. O senhor não me conhece, mas pode perguntar quem eu sou a Nhô Ludgero. O que é que o senhor viu em minha casa que possa provar que sou ladrão? Não tenho mobília de luxo, os meninos andam nus, nunca comprei um pedaço de terra, nasci pobre e hei-de morrer. Pobre mas honrado. Lá por causa duns grãozinhos de café o senhor acha que sou ladrão. Não, o senhor está a injuriar-me sem razão nenhuma. Sou homem de dois cabelos e não posso aceitar essa injúria. Não, as coisas não ficam assim. Não, injuriar um homem dentro da sua casa, não, credo!
- Ainda por cima vem com ameaças. Cale-se.
- Calar? Calar como? Não sou nenhum menino para o senhor mandar calar desta maneira. Não, senhor, tenho de explicar a minha razão.
- Vamo-nos embora – virando-se para Eusébio – antes que lhe pregue duas estaladas nesse focinho.
- O senhor não experimente uma coisa dessas. Não, nunca. Eu apanhar estalada na cara? Padre, Filho, Espírito Santo, Ámen – persignou-se Manozinho. (SOUSA, 1978, p. 164-165).

A transposição da passagem acima poderá nos auxiliar na elucidação de um tipo específico de relação, na qual se pautam algumas formas de interação inscritas no romance. A situação transcorre da visita dos irmãos Alberto e Eusébio à propriedade de Pau Cortado, cujos cuidados estão entregues ao guarda Manozinho. Acusado de roubar os bidões de café pelo “*patrão de Lisboa*” (SOUSA, 1978, p. 162), o guarda procura se defender da injúria, indignado com o tipo de tratamento que lhe era dispensado. Tal situação se mostra: “*característica da articulação do modo de produção capitalista e dos modos de produção pré-capitalistas, que cria, por um lado, um grupo de possidentes, geralmente absentistas, e por outro, um grupo de produtores fortemente dependentes*”. (SILVA ANDRADE, 1996, p. 208-209).

No trecho, o guarda transcende as condições de subalternidade impostas pelo sistema pelo ímpeto de defesa diante das acusações injuriosas de Alberto. Decorre da situação um

forte sentido de dignificação perante o trabalho honesto, malgrado a pobreza do guarda e de sua família.

Manozinho como tantos outros guardas, rendeiros, meeiros e parceiros que passaram a servir de mão-de-obra à atividade agrícola depois da abolição da escravatura, que se seguiu de uma nova forma de estratificação social (SILVA ANDRADE, 1998, p. 128), ainda carregam as formas de tratamento identificadas à submissão. Mas do mundo em crise, e nisso reside a consistência do texto literário, emerge uma consciência dignificante não só pelo trabalho, como também pela estratégia de nivelamento das relações desiguais que se manifesta mais sensivelmente por parte dos mestiços, atingindo toda a sociedade por desfazer os vínculos que tornavam as famílias brancas autoridades arbitrárias.

Segundo Gabriel Mariano (1991), a superação dos vínculos de subordinação colonial em Cabo Verde será devida aos:

Fracos recursos agrários que desde cedo repeliram a emigração intensa e sistemática de colonos europeus e a introdução das grandes plantações ou da monocultura; do abandono administrativo a que as ilhas foram largo tempo votadas; da mestiçagem intensa provocada pelas próprias circunstâncias de convívio local; pela falta de mulheres brancas; pela moral sexual do português; pelo isolamento; pela pequenez quase familiar das ilhas. Tudo isso amalgamando-se continuamente devido à premência com que aos habitantes se punha o problema da sobrevivência; as secas e os ataques de piratas, levando brancos, negros e mulatos, no dizer de João Lopes, a embalar fraternalmente a trouxa e a procurar refúgio no interior das ilhas. A esta fraca consistência dos vínculos de subordinação colonial há, a acrescentar, as brechas que pouco a pouco se iam abrindo na estrutura económica e social das ilhas. Brechas ou contradições da própria estrutura escravocrata em Caboverde que haviam de se revelar em agentes de abrandamento ou de humanização dos estilos de vida coloniais. (MARIANO, 1991, p. 49).

O que Gabriel Mariano, no fundo, sugere é que o drama de viver à mercê das incontínuas climáticas em uma terra esquecida acabou por dissolver com o tempo as possibilidades de se estabelecer uma governança baseada na exploração. Contudo, esta, enquanto símbolo de superioridade europeia, também constituirá um argumento memorialístico no contexto narrativo aqui tratado, para a manutenção das estruturas sociais tal como foram inicialmente moldadas, segundo o empreendimento colonial.

Procurando, portanto, manter as forças da governança, a elite se escuda na reminiscência da exploração na tentativa de conservar os seus valores morais que os diferenciam essencialmente das outras categorias sociais. Mas se inicia, por outro lado, um movimento contraposto a tais estratégias, através do qual, os mestiços buscam legitimar a sua

condição de pertencimento cultural e a sua ascensão socioeconômica por meio de uma emigração considerada positiva.

Nesse sentido, os conflitos ganham maior evidência na medida em que se estabelece a síntese de duas forças expressivas na transformação dessa sociedade: a do mestiço e a do emigrante retornado que se apossa do espaço e das propriedades dos brancos pelo seu poder de aquisição conquistado com o capital estrangeiro, promovendo a reviravolta da condição de “*renegado desde o berço*”. Por isso, a denominação dada pelos brancos a esse grupo de “*classe mal parida*” demonstra uma consciência das circunstâncias pelas quais o mestiço criou as possibilidades de ascensão social e, conseqüentemente, do redimensionamento da sua condição existencial, consideradas ilegítimas pelos brancos, tanto do ponto de vista econômico como, principalmente, sociocultural, como evidencia o trecho:

Ultimamente certa camada de mulatos andava a macaquear os brancos como, por exemplo, o Anacleto Soares, já com sobrado, loja e filhos a educar no liceu. Às vezes faziam cada figura ridícula, metidos em cavalarias altas! O Fogo ia caindo nas mãos dos forasteiros e de criaturas feitas à pressa. (SOUSA, 1978, p. 86).

Sendo assim, os conflitos entre brancos e mestiços vão muito além das rivalidades comerciais, como pode parecer em um primeiro momento. Eles são configurados por um movimento histórico que promove o choque dessas relações, criando um impasse entre as partes, o que incide na grande contradição gerenciada pelo sistema colonizador que procurou promover “o encontro das civilizações” e fixar as práticas culturais europeias como único meio de deixar o estado de barbárie em que viviam. O processo que culminou no ideal de *branqueamento*, que se nota na passagem acima, está alicerçado, portanto, nos ideais fundamentados historicamente pela colonização:

Os mestiços que começaram a enriquecer-se, sobretudo a partir do fim do século XIX e que nos meados do século XX substituíram os brancos no topo da hierarquia social, eram, nos dizeres de Gourou (...) os <<conservadores fanáticos da língua, da religião e dos costumes portugueses>>. Como os brancos de antanho, a elite fogueense guardou o hábito de enviar os seus filhos para se formarem em Portugal. (SILVA ANDRADE, 1996, p. 48).

Nesse universo mimético ordenado pela experiência, os mestiços, sob o emblema da renegação, fazem parte de um contexto de relações subterrâneas, pois são consideradas ilegítimas e vergonhosas sob o ponto de vista dos brancos da elite por desvirtuarem as suas qualidades de liderança:

Jerónimo riu-se com gosto da reacção da velha parente, incapaz de disfarçar a raiva que tinha aos mulatos, sobretudo aos mulatos. Sim, porque o povo coitado continuava humilde, respeitador, posto no lugar que lhe competia. Agora, esses mulas, nem cavalos, nem burros, é que estavam a ficar atrevidos de mais. (SOUSA, 1978, p. 132).

A depreciação da imagem e dos hábitos dos “mulatos” torna-se, assim, uma constante entre as famílias brancas tradicionais, em reacção à sua queda incontornável. A elite que pouco a pouco é “enterrada viva” não disfarça o seu repúdio pela categoria social em ascensão, responsável por rescindir a antiga tripartição social que garantia a já verificada rígida imobilidade socioeconómica.

O acesso à escolaridade e ao letramento das classes inferiores também constitui uma esfera de acesso ao poder, proporcionada pelo capital estrangeiro verificável, sobretudo, a partir do século XX. Como afirma Anjos:

Numa sociedade onde até o fim do século passado só as famílias brancas podiam formar advogados e médicos, essas profissões estavam avaliadas por um prestígio social tão grande quanto eram raros seus titulares. Um dos grandes temas do romance de Teixeira de Sousa é o conflito de apropriação por não-brancos da glória reflectida por essa avaliação tradicional do saber como algo precioso. (ANJOS, 2006, p.38).

É nesse campo de conflito que se situa a relação entre o doutor Vicente e Felisberto, por exemplo. Apesar de ser considerado um descendente da elite branca, a formação profissional de Felisberto se limita a um curso comercial tirado a algures na metrópole. Ao passo que o doutor Vicente de “*cabelo cuscuz*” (SOUSA, 1978, p. 97) tinha a fama e o respeito de todos que a profissão lhe tinha concedido:

Tinha feito bom trabalho. Não há dúvida. Como o havia de encarar, pensou Felisberto, depois de lhe ter salvo a filha? Foi uma apendicite que veio mesmo de castigo só para amachucar a soberba duma família. Antigamente só vinham médicos metropolitanos e nunca havia sarrilhos como esses. Ultimamente, os mulatos também já tiravam cursos superiores, medicina, engenharia, advocacia, e então era aquela jagacida na sociedade com confusões e equívocos de toda a ordem. O mundo estava a ficar diferente do doutros tempos. Mesmo que a gente não quisesse tinha de ombrear com a mulatagem. (SOUSA, 1978, p. 96).

Também o engenheiro Ovídio, filho de Anacleto Soares, que reaparecerá em *Xaguate*, se inclui na recente categoria que legitima sua ascensão por meio do acesso ao curso superior e à profissionalização, categoria essa formada por descendentes de mestiços emigrados que, seguindo as tradições da elite local, enviavam os filhos para os centros metropolitanos, de onde voltavam formados para exercer suas atividades profissionais na ilha.

No cerne da problemática da mestiçagem e suas consequências históricas nessa sociedade está o histórico de relações extraconjugais com mulheres negras e mestiças, cujo fruto como já afirmamos, na maioria das vezes não tinha a paternidade reconhecida pelo pai branco que se mantinha incólume diante de sua família e filhos legítimos. Tal prática comum engendra uma preocupação em relação “à responsabilização moral do homem pelos filhos e à dignificação da mulher perante a maternidade.” (SOUSA, 1978, p. 113) e acirra a convivência entre filhos de mesmo pai, como ilustra a relação entre os Medina da Veiga e o comerciante mulato Antoninho Barato, suposto “*filho natural de Nhô Pedro.*” (SOUSA, 1978, p. 299).

Acerca do concubinato em Cabo Verde, Gabriel Mariano (1991), recuando no tempo, arrola anotações da “*Notícia corográfica e cronológica do Bispado de Caboverde*” que revelam as implicações dessa atividade comum no arquipélago desde os primórdios da colonização:

Escreve o autor da *Notícia*: ‘O bispo D. Frei Vitoriano Portuense (que viveu em Caboverde de 1688 a 1705) combateu o concubinato. Saía de noite a tirar as concubinas não só da casa dos clérigos, mas também das dos seculares’. Por sua vez, o governador José Pinheiro da Câmara, que foi para Caboverde em 1711, ‘vivia em ocasião próxima de concubinato de portas adentro com uma mulher chamada Maria Santyago’. Do mesmo passo, um outro governador, este chegado em 1748, João Zuzarte de Santa Maria, ‘sendo de idade já avançada, viveu sempre em continuado concubinato com a sua escrava por nome Maria Sábado de quem teve dois filhos, a quem tratava como legítimos’.

[...]

No que respeita à atitude do pai europeu para com o filho mulato, há factos que poderão ter sido excepcionais na época, mas que indubitavelmente nos demonstram que a própria excepção pode transformar-se em regra logo que as estruturas sociais e económicas o permitam. O já citado autor da *Notícia* diz-nos que mais de um alto funcionário caprichou em tratar os filhos mulatos com as distinções próprias do cargo respectivo. Do governador José Pinheiro da Câmara sabe-se que mandava acompanhar a sua concubina Maria Santyago de um sargento adiante e soldados atrás quando ela ia à igreja. De um outro governador, o João Zuzarte de Santa Maria, diz o cronista que levava o filho mais velho (mulato) à igreja e ‘dando-lhe nela assento dentro do cital, junto a ele, governador’. De outro alto funcionário régio, este ouvidor, José da Costa Ribeiro (1729-1740), revela o autor da *Notícia* que ‘ajuntou grande cabedal porém era muito gastador, muito particularmente com mulheres, em cujo vício era desatinado e de tal forma que lhe chamavam o rei da Guiné; tinha seis raparigas suas escravas a quem mandou ensinar música e instrumentos porque eram o seu ídolo. Andava em viva guerra com os mancebos pretos por zelo que tinha delas. (MARIANO, 1991, p. 49-50).

Esse fenômeno pode-se dizer que se naturalizou mediante a recorrência verificável no curso das gerações. Apesar disso, em *Ilhéu de Contenda*, ele assume um caráter paradoxal, pois recai sobre a resistência de alguns pais brancos em admitir a paternidade frente à mestiçagem ameaçadora de sua condição superior.

No caso de Eusébio, que não possuía esposa, nem filhos oficialmente, o reconhecimento de Chiquinho, que “*era filho de pai branco e mãe mestiça*” (SOUSA, 1978, p. 55), se deu por via da avó Nha Caela que o tratava como neto legítimo e como parte da família. Mas o fato de não ter em seu registro civil o sobrenome do pai, mancha e amargura a identidade de Chiquinho:

Nha Caela foi para ele uma verdadeira avó. Só que descuidou o assunto da perfilhação junto de Nhô Eusébio. Sentia vergonha de declinar o nome sem o apelido do pai como se fosse filho daquela coisa. Chegava a revoltar-se deveras com isso. [...] De que lhe valia ser filho de branco se não usava o nome do pai? [...] Francisco Medina da Veiga seria nome mais bonito do que só Francisco de Pina. Francisco de Pina! Nome de negro. (SOUSA, 1978, p. 62).

Situado fora dos limites entre decadentes e ascendentes, Chiquinho concebe o seu convívio familiar como clausura até a chegada da prima Esmeralda de Lisboa. A partir dessa relação, ele se mostrará capaz de traçar uma redefinição de seu futuro. Essa reformulação de si mesmo é promovida em um plano mais psicológico, através do diálogo com a prima, por isso, à análise dessa relação, competem perfeitamente as formulações teóricas bakhtinianas a respeito do sujeito. A ideia que Chiquinho passa a ter de si é resultante de uma tomada de consciência determinante da proximidade ou do afastamento em relação às alteridades que o circundam e ao modo como elas o definem enquanto projeções significativas de seu *eu*. Para complementar essa ideia, passemos ao trecho de Bakhtin, que concebe o sujeito segundo uma noção sociológica e, portanto, fundamentalmente transpassado pela interatividade:

O homem se forma *concomitantemente com* o mundo, reflete em si mesmo a formação histórica do mundo. O homem já não se situa no interior de uma época mas na fronteira de duas épocas, no ponto de transição de uma época a outra. Essa transição se efetua nele e através dele. Ele é obrigado a tornar-se um novo tipo de homem, ainda inédito. (BAKHTIN, 2003, p. 222).

Deslocado em relação ao seu pertencimento familiar, é em Esmeralda – figura opostamente proporcional ao conjunto de costumes tradicionais da ilha – que Chiquinho encontra uma conexão libertadora da renegação em que vivia. Apesar de mal vista pelos seus modos, modernos demais ao gosto comum local, Esmeralda tem consciência do atraso que caracteriza o pensamento e os costumes da sociedade fogueense em relação à realidade

lusoeuropeia em que foi criada. Ela é, em termos bakhtinianos, a alteridade decisiva que atua dialogicamente como complemento do *eu* indefinido de Chiquinho e o conduz à decisão de conhecer outras realidades e se libertar da necessidade do reconhecimento do pai e da fatalidade que estava reclusa a um mundo como o da ilha do Fogo, cercado de amarras conservadoras.

Na consolidação dessa nova concepção de mundo, há entre eles uma relação amorosa que não tem como finalidade a concretização de um sentimento, mas sim, a reformulação do universo de relações de Chiquinho, pelo mergulho simbólico na forma mais precisa de uma consciência moderna. A descrição do ato sexual entre os dois se converte, assim, em símbolo de um momento de esclarecimento para Chiquinho, uma espécie de rito de passagem que tem por objetivo a superação do estado atual das coisas e o seu redimensionamento existencial:

Dois corpos suados estenderam-se depois ao lado um do outro. Na modorra que se seguiu, ouviu cantar o primeiro galo, enquanto nos ouvidos soavam ainda os gemidos de Esmeralda. Jamais esqueceria aquela noite, por tanto que recebeu em troca de tão pouco. Tudo precisava ser aprendido, até isso. Como podia aperceber-se das coisas, não tivesse aparecido a prima para lhe abrir os olhos? Bem disse ela, larga isto, embarca, deixa o Fogo que isto é pequeno, é mesquinho, é um cemitério de vivos. (SOUSA, 1978, p. 231).

A partir desse relacionamento transformador, Chiquinho passa a se comportar de maneira diferente, principalmente perante o pai: “*Agora, quando se dirigia a Eusébio, fazia-o com voz grossa, arrogante, de igual para igual. Todo esse atrevimento surgiu depois da vinda da rapariga.*” (SOUSA, 1978, p. 241). Descentrado da figura paterna, Chiquinho se abre para uma nova experiência adquirida pela relação com a moça lisbonense, “*enfermeira do Instituto do Cancro, rapariga moderna, que sabia nadar e conduzir automóvel.*” (SOUSA, 1978, p. 99) e a quem pouco ou nada conhecia. Contraditoriamente, é ela quem interfere de forma definitiva em seu destino e, por isso, torna-se essencial para a conquista de uma noção de subjetividade alforriada da indiferença do pai.

Por sua vez, o absentismo de Eusébio, também enquanto figura paterna, está intimamente relacionada à consciência adquirida por essa geração de que a mestiçagem no arquipélago se transformara, por fim, em algo avassalador. Sendo assim, os casos elucidados por Gabriel Mariano se convertem em “*indícios das oportunidades que o negro e o mulato tiveram de cooperar na formação da sociedade crioula e possivelmente do que viria a suceder séculos depois: o triunfo integral do mulato e do negro e mais: o triunfo absoluto de expressões novas de raízes mestiças.*” (MARIANO, 1991, p. 50).

Ainda no contributo da ideia de mundo que Esmeralda procura implantar no primo, ela o envia de Portugal o romance *Chiquinho* (1947), de Baltasar Lopes, com o qual imediatamente ele se identifica, dado o título homônimo: “*Como se não bastasse tudo isso, os momentos inesquecíveis passados com a prima, mandava-lhe agora um livro com o nome dele na capa e o destino a seguir, na última página*” (SOUSA, 1978, p. 284).

Com essa intertextualidade, opera-se na própria construção da narrativa a valorização da nova expressividade literária de Cabo Verde. Segundo Brito-Semedo (2006), Baltasar Lopes introduz um conjunto de temáticas, vinculado essencialmente ao universo caboverdiano, que se tornará o fundamento das novas expressões literárias do arquipélago preocupadas, sobretudo, com a cultura, com a realidade, com a história e com a intervenção social. Portanto, é a partir da resolução dada pela prima, através do romance, que Chiquinho verá na emigração a possibilidade de reverter seu destino que, na ilha, estava fadado à incerteza:

Da casa do tio Antoninho, frente ao mar, avistou Chiquinho a silhueta esguia do *Ema Helena II*. Sentiu um soco no peito, o coração batendo alvoroçado ante a visão de esperança que o navio de Nhô Fortunato significava para ele, dessa vez. Chegava enfim o palhabote que o levaria para a América, exactamente como romance oferecido pela Esmeralda. Velas ao alto, adeus Fogo por largo tempo. Estava decidido. Nor-noroeste seria o seu destino. Vinha correndo com a brisa da manhã, o casco preto estirado na água, vela grande, vela do traquete, velas de estai e de bujarrona iluminadas pelo Sol radioso. Dentro de meia, três quartos de hora, estaria a demandar o fundeadouro da Fonte da Vila. Fortunato era bom capitão. Para manobras dentro do porto, ninguém como ele. Logo que desembarcasse, iria falar com o homem e oferecer-se de graça para trabalhar como marinheiro, ou mesmo moço de câmara. O que interessava era obter cédula marítima para continuar a bordo até ter a oportunidade de desembarcar de vez na América. (SOUSA, 1978, p. 323).

A partir dessa referência o autor cria um diálogo entre textos e o desfecho de Chiquinho estará condicionado ao desfecho do romance de 1947, o que demonstra uma intertextualidade de *Ilhéu de contenda* com a narrativa de Baltasar Lopes, obra que marca o nascimento do moderno romance caboverdiano e constrói um novo paradigma identitário da nação.

O processo da formalização literária que culmina na transformação de Chiquinho, isto é, o seu percurso intrínseco à formulação da narrativa, é promovido a partir de uma integralização ideológica que reflete e conscientiza (segundo um discurso esteticamente elaborado, como se observa em geral pela construção e atuação de personagens mestiças já elucidadas) a respeito das mudanças no condicionamento histórico da sociedade em questão,

as quais impulsionam as escolhas e os novos posicionamentos diante de um mundo cujos valores estão em transição e apontam para a necessidade de um redimensionamento da condição existencial do homem mediante a sua concreticidade.

Nesse sentido, a construção e a desconstrução das identidades sociais dispostas na obra se apresentam de modo a compor um mundo dividido, de um lado, por sujeitos que se compreendem fechados em suas identidades bem definidas; e de outro, por sujeitos que se mostram em processo de construção, negociação e compreensão das suas subjetividades e dos seus papéis sociais. Estes, ao questionar o seu próprio estar no mundo, colocam em xeque, contraditoriamente, os atributos em torno da figura incólume do branco de descendência europeia, revogando como consequência a validade dessa distinção que se desintegra junto às certezas do momento histórico em que foram formuladas. Nisso reside, talvez, a contundência ideológica do autor ao abordar temas relacionados ao fenômeno da mestiçagem no arquipélago.

Portanto, o que configura o movimento dialético assumido pela trilogia é a progressiva invalidação da importância da elite de descendência portuguesa que se abstém em seus sobrados, mergulhada em valores insustentáveis e contraditórios que conduzem a uma espécie de estagnação, porque se perde em uma individualidade superficial e insignificante, aliada ao concomitante acesso ao privilégio do saber, ainda que restrito e parcial, das categorias consideradas inferiores que conseguem impor um novo ritmo à dinâmica social.

A respeito da falência orgânica do sistema dirigente da sociedade colonial, afirma Coutinho: “*A estagnação social condena os homens a uma vida medíocre, ao cárcere de um “pequeno mundo” restrito e sem perspectivas, separado da autêntica vida social e comunitária por paredes bastante espessas.*” (COUTINHO, 1967, p. 141). São essas “paredes” que impedirão, por conseguinte, a elite de se adaptar aos novos modelos da integralização socioeconômica da ilha, conduzindo-a, no curso de alguns anos, à reversão de sua condição de prestígio, tal como pretendeu retratar Henrique Teixeira de Sousa.

3. Tradição e “Tradução” em Xaguate

Os aspectos em torno da modernização que incide sobre o espaço e sobre as relações sociais, narrados por fim em *Xaguate*, deixam entrever a problemática existente entre uma espécie de anacronismo e a modernidade inconclusa que caracterizam a realidade da ilha projetada pela perspectiva de Benjamim.

A comparação feita por Stuart Hall (2001, p. 14), com base nos argumentos de Antony Giddens (1991), demonstra que as sociedades tradicionais e modernas se distinguem fundamentalmente pela veneração de um passado simbólico e perpetuador de legados que consistem em impor uma continuidade entre passado, presente e futuro por parte daquelas; e pela constante reformulação e descontinuidade que prevalece no caráter constitutivo destas.

O que se observa de modo particular na composição da ambientação de *Xaquate* é o momento aparentemente controverso em que coexistem essas duas concepções sustentadas por sujeitos que buscam confrontá-las no plano do cotidiano. E como tratamos de um autor seriamente preocupado com as variadas contradições históricas dessa sociedade, haverá um momento de embate entre tais mentalidades, cuja resolução incidirá de forma decisiva no desfecho da narrativa, já que o deslocamento do interesse de Benjamim, de Cristalina por Rosa consiste, no fundo, na tomada de posição do protagonista em relação à incompatibilidade ideológica da concepção de mundo apresentada pela viúva do Cerradinho.

O enfoque no repatriamento de Benjamim Costa está envolto, deste modo, em complexas questões relacionadas a uma abordagem que remete à constituição do sujeito moderno no processo de ressignificação de seu *estar no mundo*. Sendo assim, o tema que predominará nesse último romance é o da tradição/modernização ou “tradução”²⁸ que busca contrapor, tanto no nível psicológico, quanto no social, as marcas elementares resultantes dessas duas forças contrapostas que recaem sobre o sistema de representação cultural das individualidades que atuam na obra:

Algumas identidades gravitam ao redor daquilo que Robins chama de "Tradição", tentando recuperar sua pureza anterior e recobrir as unidades e certezas que são sentidas como tendo sido perdidas. Outras aceitam que as identidades estão sujeitas ao plano da história, da política, da representação e da diferença e, assim, é improvável que elas sejam outra vez unitárias ou "puras"; e essas, conseqüentemente, gravitam ao redor daquilo que Robins (seguindo Homi Bhabha) chama de "Tradução". (HALL, 2001, p. 87)

Nesses termos teóricos, parece ser possível compreender a natureza dos processos culturais moldados pelas *novas diásporas* pós-coloniais. Esses sujeitos “traduzidos” assumem identidades híbridas que apresentam diversificadas formas de sínteses culturais formuladas, muitas vezes, a partir de diferentes tradições, as quais se projetam de uma maneira

²⁸ Termo de Homi Bhaba (*O local da cultura* (1998)) que se refere às identidades formuladas na fronteira da tradição com a modernidade globalizada.

fundamentalmente nova em relação às antigas formas de identidades. Ainda segundo Hall, a “tradução” é o conceito a partir do qual é possível descrever:

aquelas formações de identidade que atravessam e intersectam as fronteiras naturais, compostas por pessoas que foram *dispersadas* para sempre de sua terra natal. Essas pessoas retêm fortes vínculos com seus lugares de origem e suas tradições, mas sem a ilusão de um retorno ao passado. Elas são obrigadas a negociar com as novas culturas em que vivem, sem simplesmente serem assimiladas por elas e sem perder completamente suas identidades. Elas carregam os traços das culturas, das tradições, das linguagens e das histórias particulares pelas quais foram marcadas. A diferença é que elas não são e nunca serão *unificadas* no velho sentido, porque elas são, irrevogavelmente, o produto de várias histórias e culturas interconectadas, pertencem a uma e, ao mesmo tempo, a várias “casas” (e não a uma “casa” particular). As pessoas pertencentes a essas *culturas híbridas* têm sido obrigadas a renunciar ao sonho ou à ambição de redescobrir qualquer tipo de pureza cultural “perdida” ou de absolutismo étnico. Elas estão irrevogavelmente *traduzidas*. (HALL, 2001, p. 88-89)

Considerando essa definição, Benjamim integra o mencionado conjunto de pessoas “*dispersadas*” e, uma vez fragmentadas pelo deslocamento e pelo contato com outras tradições, línguas e culturas, torna-se difícil apreendê-las em sua totalidade, pois já não são concebíveis segundo essa noção de coerência. O sujeito *híbrido* passa a se formar de pequenos estilhaços que constituem o seu mosaico cultural e assim toda forma de homogeneização se perde no emaranhado particular das novas conexões.

A identidade cultural do emigrado se diferencia elementarmente da identidade forjada na tradição (como é o caso de Cristalina) pela lógica da unidade que se desintegra na modernidade. Na relação entre os dois prevalece, portanto, o choque dessas perspetivações que apesar de ser amenizado por parte de Benjamim, não deixa de transpor as diferenças que os tornam inconciliáveis do ponto de vista ideológico:

- Cristalina, deixa-me dizer-te uma coisa, podia haver antigamente gente mais fina do que agora. Mas que a terra está mais civilizada, isso não há duvida de que está.
- Civilizada por fora. Por dentro é uma desgraça.
- Não vejo isso assim. Temos hoje mais escolas, temos mais pessoas instruídas, filhos de pescadores, carpinteiros, caixeiros a ocupar lugares importantes, casas com *bathroom*, *television*, *radio*, quase não há gente descalça, eu próprio quando menino dei muitas topadas por andar descalço na rua. Não, a terra mudou muito.
- Eu preferia que a terra continuasse como era, em troca de tudo quanto acabaste de enumerar.
- Não digas isso, Cristalina. A cidade antigamente era cheia de palha-fede, abrolhos, fedegosa, de montureiras, pardieiros, de ruas de terra bur-bur, quando ventava não podíamos abrir os olhos. Hoje a cidade está toda calceteada, limpinha, tem jardins, tem bancos, tem hospital, tem

maternidade, tem hotel, tem onde colocar os meninos das mulheres trabalhadeiras, tem água encanada.

– Mas essas coisas não são dos últimos anos.

– Está bem. O que te quero dizer é que, quando havia homens poderosos, a vila ou cidade era uma desgraça. Hoje, a única coisa que lamento é terem arrancado a cabeça à Serpa Pinto.

– Não me fales no busto de Serpa Pinto, que fico fora de mim. Isso foi o primeiro desgosto que me deu Manuela. (SOUSA, 1987, p. 222-223).

Esse reencontro não poderia pretender – como pode parecer em um primeiro momento – a concretização romântica dos sentimentos nutridos pelo protagonista, uma vez que suas necessidades conflitantes se mostram vinculadas a percepções diferentes da sociedade e convergem em classificá-los existencialmente a partir de uma caracterização que enfatiza o sentido do sujeito organizado em torno da tradição, no caso de Cristalina, e em torno da modernidade, no caso de Benjamim:

Caíram os dois em silêncio na salinha de tantos defuntos espalhados pelos retratos pendurados na parede. Quando se acentuou o lusco-fusco, Cristalina acendeu o candeeiro verde de *abat-jour* branco. Para quebrar o silêncio, Benjamim perguntou pela Manuela:

- Está em São Filipe, só vem aos fins-de-semana.

- Ela não querirá vir ao funeral?

- Não deve poder por causa da escola.

- É uma rapariga de valor.

- Por acaso. E depois, perseverante, metódica, ambiciosa. Ela já é directora da Escola Preparatória.

- Directora?

- Directora.

- Quando é o casório?

- Credo! Não me fales nisso.

- Porquê?

- Com aquele macaco?

- Ele é um rapaz muito esperto, muito habilidoso.

- Isso não chega.

- Que é preciso mais?

- Ele é um vagabundo. Não tem ocupação certa.

- Não tem trabalho certo? Ele faz tudo. Está sempre a fazer qualquer coisa.

- Ah! Basta olhar para aquela cabeleira de nhara-saquedo, para aquelas barbas de Mateus Dereda, para ver que é um vagabundo.

(SOUSA, 1987, p. 215-216).

A personagem de Nha Crista, como também a de Eusébio, procura formas de preservar o legado da antiga elite diante da acelerada transformação da realidade, recorrendo para tanto às origens míticas, à ortodoxia religiosa e à pureza racial, elementos essenciais dos argumentos que estão na base das identidades fundamentais para a manutenção das velhas certezas.

Por outro lado, da parte de Benjamim, a assimilação da modernidade implica a dissolução dessas limitações que compunham as antigas formas hierárquicas. Pois, perceber as mudanças positivas no espaço e nas relações faz mais sentido existencial ao protagonista do que procurar entre os túmulos dos célebres antepassados a reafirmação das certezas simbólicas e das grandezas de outrora. Além disso, o retorno do emigrado está relacionado à necessidade sentida por ele de terminar seus dias, os quais não foram consumidos pelo trabalho, junto daqueles que ama e no espaço que evoca sua infância, presa à figura da menina de sobrado. Mas ao se deparar com a impossibilidade de fazer Cristalina aceitar que com o casamento proposto, as distâncias em relação à “*gente mais ou menos*” (SOUSA, 1987, p.342) diminuiriam, faz com que ele reflita entre viver o amor de sua infância e perder o convívio da família, do qual também ficou privado durante tanto tempo:

Onde estaria o erro? Em Cristalina ou nos seus familiares? Vivia no Cerradinho porque não gostava de São Filipe actual. Instalou-se agora no sobrado paterno, querendo manter-se tão isolada como anteriormente. Ora ele, Benjamim de nha Quitéria, não estava disposto a emigrar dentro da própria terra. (SOUSA, 1987, p. 346).

Diante desse entrave, o protagonista deixa de investir na concretização de sua união com Cristalina que “*parecia que desenterrava a soberba dos avoengos juntamente com os tarecos daquele rés-do-chão.*” (SOUSA, 1987, p.346) e, procurando não trair os familiares, se deixa embevecer pela doçura e juventude da mulata Rosa que faz acender nele a virilidade do menino: “*Rosa e Benjamim achavam-se colados um ao outro, num dos cantos do terraço [...]. Ali surpreenderam o mano com a rapariga alapada ao peito. Riram-se para ambos como que apoiando semelhante namoro.*” (SOUSA, 1987, p.348).

Assim como Esmeralda tem um papel importante no redimensionamento existencial de Chiquinho, em *Ilhéu de Contenda*; Rosa é uma imponente figura feminina que atua de maneira similar em relação a Benjamim, agora no momento do retorno, e não mais da partida como se dá no romance de 1978. Depreende-se que, em ambas as situações, as relações que se propõem deslocadas e inconvenientes do ponto de vista conservador, desestruturam as idealizações identitárias e competem em demonstrar as novas dinâmicas do mundo moderno, as quais envolvem não só uma nova lógica global, econômica e política, como também faz com que ela interfira nas relações de modo a torná-las cada vez menos óbvias e previsíveis.

Mas, a relação entre a modernidade e a tradição na configuração desse romance não se restringe a uma simples e discrepante transposição. Segundo afirma Giddens, apesar da tradição não ser de todo estática, dada a necessidade de reconsiderá-la e reiventá-la à luz de

uma “*herança cultural dos precedentes*” (GIDDENS, 1991, p. 44), é com a “*reflexividade do moderno*” que ela assume um papel no contexto da modernidade que se alimenta dela como experiência, embora modifique a sua relação com o passado em função das constantes revisões das próprias práticas sociais.

Nesse sentido, a modernidade implica, no contexto aqui considerado, o julgamento do passado colonial e das antigas práticas mencionadas a respeito dos outros dois romances. Mais uma vez, a obra se reveste de uma força ideológica que busca integrar, por meio de uma atualização histórica, a concreticidade humana dessa sociedade:

– Os seus pais, os seus avós, os seus bisavós, os seus trisavós – prosseguiu o conselheiro Djedjé –, foram os donos da ilha, fizeram tudo quanto lhes apeteceu, exploraram o povo no tempo da escravatura, continuaram a explorar o povo depois da escravatura, que aliás continuou disfarçada com outras cores. Prendiam, chicoteavam, deportavam, até mandavam incendiar funcos. E o povo, coitado, sofreu tudo isso calado porque o poder não estava nas suas mãos, a justiça vocês é que a faziam a vosso bel-prazer. Viram morrer muita gente à fome e nem uma única voz se levantou entre os brancos contra o crime de deixar morrer à míngua uma população inteira, menos vocês, é claro. Não conheceram a fome, não conheceram a sede, não conheceram o chicote do capataz nas roças de São Tomé, não conheceram os percheiros nas prisões, a frigideira do Tarrafal, as torturas da PIDE. A única safa que alguns pobres tinham era a emigração para a América, onde iam trabalhar que nem mouros e regressavam mais brutos do que tinham partido. (SOUSA, 1987, p.131-132).

A consciência crítica do conselheiro Djedjé, embora se manifeste por meio de argumentos simbólicos, propõe uma revisão da tradição dominante sob o ponto de vista dos prejudicados por esse sistema. Essa ponderação corresponde ao caráter da “*reflexividade do moderno*” que busca na tradição a afirmação ou negação das experiências históricas.

A reflexão, aliás, aparece em diversos momentos da narrativa, seja através do narrador ou das personagens, de modo a contrapor as realidades do passado e do presente, demonstrando que a “mulatagem” de outrora adquiriu no curso dos anos instrução e consciência de sua materialidade histórica, não incorrendo mais no erro, que aparece no segundo romance com a personagem do comerciante Anacleto Soares, de ser aliciada financeiramente pela administração e pela organização da SOEMI²⁹ para prolongar as práticas degradantes que se propunham no período da colonização. A ressignificação das identidades,

²⁹ Sigla relativa à organização ligada à administração colonial que promovia entre os habitantes da ilha um representante responsável pela contratação sistemática que alimentava a emigração para as roças de Angola e São Tomé e Príncipe, o que configurava uma nova forma de exploração institucionalizada.

mesmo daquelas formuladas no mesmo espaço, torna-se importante estratégia na transposição de valores da tradição negados pela modernidade.

Assim, o deslocamento, a descontinuidade e a pluralização tornam-se as forças máximas produzidas pela impactante globalização que se projeta nas sociedades modernas de modo a promover novas articulações que desestruturam as formas tradicionais e rompem com a antiga ordem, pois como afirma Hall, na modernidade tardia, as sociedades são: *“caracterizadas pela ‘diferença’; elas são atravessadas por diferentes divisões e antagonismos sociais que produzem uma variedade de diferentes “posições de sujeito” — isto é, identidades — para os indivíduos”*. (HALL, 2001, p. 17).

Tal pluralização de identidades é verificável na obra pela associação das personagens aos seus ofícios (taxistas, professores, engenheiros, advogados, *barmen*, ministros, médicos, enfermeiros, administradores e ainda uns como Abílio Vieira, *“homem de sete ofícios”* (SOUSA, 1987, p. 51)), e não mais à cor: branco, mulato e negro, como se verifica no primeiro estágio narrativo da trilogia. A antiga e rígida divisão hierárquica (em sobrados, lojas e funcos) é rescindida mediante as novas categorias identitárias produzidas pela modernidade.

A noção de modernidade, que resulta na obra do entrecruzamento de universos: o mundo americano dentro do mundo caboverdiano, capitaneado pelo modo de ser e pela experiência de vida de Benjamim, propõe um contraste entre as formas de sociabilidade características das duas realidades:

- Sr. Benjamim, tão cedo por estas bandas?
 - É verdade. Hoje já são dezanove de Dezembro.
 - Que tem dezanove de Dezembro?
 - Natal.
 - Ah, sim, Natal. Veio então comprar prendas?
 - Claro.
 - Isso é simpático da sua parte.
 - Mas aqui não há nada de jeito.
 - Pois não. Isto não é uma sociedade de consumo.
 - I beg your pardon?
 - Disse que aqui não se gasta com o supérfluo.
 - Não entendo.
 - Quero dizer que a nossa gente não tem dinheiro para comprar prendas.
 - Ah, bom. Poor people!
- (SOUSA, 1987, p. 311).

Nota-se que por vezes, a modernidade importada por Benjamim apresenta uma espécie de antagonismo com o meio, como se observa em relação ao seu automóvel, à perna mecânica encomendada ao seu irmão António e à árvore natalina montada no tamarindeiro:

Tinha seis cilindros, ar condicionado, capacidade para seis pessoas, chaparia robusta, pneus novos, rádio, pára-brisas de vidro-filtro, sem necessidade de pala, alcatifa, bagageira ampla. António era entendido em carros. Foi-o inspeccionando de proa à popa.

– Que tal? – perguntou Benjamim.

– Um rico carro, lá isso é. Mas deve mamar gasolina que nem um bezerro.

– Cá no Fogo não há distâncias para queimar gasolina.

– Há subidas, rapaz. Aqui só se anda engatado em primeira e em segunda – advertiu António.

(SOUSA, 1987, p. 199).

Pela passagem promove-se o contraste entre as características do automóvel e a sua real utilidade na ilha. Mas, além disso, confronta-se o “*rico carro*”, moderno e equipado, à precariedade do espaço, das habitações de António e Mimi, ou de Balbina, que ainda vive em um funco, surtindo desse embate a revogação de uma modernidade como essa naquele contexto.

Em outra passagem, o entrave se dá com a perna mecânica de António:

Esquecera-se da explicação do doutor, que se preocupou mais com a marcha do que com o assentar e levantar duma cadeira.

– Já fiz isso algumas vezes e agora não acerto com a maneira de fazer mexer esta coisa.

– Isso tem uma mola – disse Benjamim.

– Pois tem. Mas onde é que se põe a mola a trabalhar?

As quatro mãos apalparam o aparelho de alto a baixo. A certa altura, Benjamim descobriu o sítio certo, apertou e a perna deixou-se flectir. Voltou a apertar, e ela fez como um guarda-chuva de mola.

– Até que enfim! – exclamou António, todo sorridente.

(SOUSA, 1987, p. 207).

Observa-se que a inadequação do espaço ou das pessoas à modernidade causa o sequestro momentâneo do seu desempenho. Ao se demonstrar essa disfunção ou desequilíbrio entre as realidades sobrepostas do mundo americano no mundo caboverdiano, conclui-se que, a modernidade importada não é capaz de condizer com as realidades locais, promovendo ali um entrave que só poderá ser solucionado mediante a consciência de tal incompatibilidade.

Mas o cruzamento de realidades não se dá somente através dos objetos importados por Benjamim. A transposição linguística operada pelo americano tem reflexos ainda mais contundentes nas relações sociais. A língua inglesa, que se faz presente no expressionismo linguístico do protagonista, contagia até quem nunca esteve na América, como na ocasião em que Balbina tenta pronunciar *Jesus Christ* e acaba criando uma espécie de neologismo híbrido, misturando o inglês ao crioulo: “*Djiza Crais*” (SOUSA, 1987, p. 326).

De modo geral, Benjamim tem um modo de vida condicionado pela sua longa estadia nos Estados Unidos. Seus hábitos, vestuários e sua linguagem chegam a causar estranhamento

quando do choque cultural que sua figura promove ao se relacionar com as outras pessoas da ilha. Mas ao mesmo tempo, ele compõe um padrão, pois, os emigrantes são figuras facilmente reconhecíveis pelos seus peculiares comportamentos, como demonstra a pesquisa antropológica realizada por BRAZ DIAS (2000) em torno das condições em que vivem e são vistos os emigrantes retornados em Cabo Verde:

O emigrante que regressa, ao menos aparentemente, mostra-se altamente bem-sucedido. É portador de muito prestígio dentro da sociedade cabo-verdiana, como vimos. Possivelmente, esse contraste com o *homecoming* de Schutz se dá justamente porque o emigrante cabo-verdiano mantém-se no fluxo entre países. Ele está sempre indo e vindo e, assim, alimentando continuamente o seu prestígio, que se fundamenta exatamente no seu vínculo com o exterior. A cada novo retorno, ele pode reforçar sua condição especial de alguém que tem acesso a conhecimentos, riquezas, bens e valores que não estão à disposição daquele que não partiu. (BRAZ DIAS, 2000, p. 85).

Dentro dessa condição, a situação aparentemente ambígua de ser caboverdiano e ao mesmo tempo se sentir americano (no caso de Benjamim), dado o longo contato cultural pela vivência no exterior, constrói uma noção de indivíduo que estabelece outras formas de conexões com o mundo, menos óbvias e às vezes controversas. É nesse fato que reside a riqueza da experiência diaspórica para o caboverdiano: na proximidade e na distância, no vínculo e na ruptura, no estar dentro e fora ao mesmo tempo. Por isso constitui um tema recorrente na literatura do arquipélago, tomado aqui por Teixeira de Sousa como primordial para compreender a base dessa sociedade em sua fase moderna.

Desse ponto de vista, a identidade cultural, diferentemente do que se propunha no contexto das tradições, se caracteriza pela constante reformulação de novos sujeitos que, em contato com os diferentes sistemas culturais, criam vínculos de identificação, conduzindo ao colapso o conceito de identidade sociológica, segundo a qual o sujeito é unificado à estrutura: *“As transformações associadas à modernidade libertaram o indivíduo de seus apoios estáveis nas tradições e nas estruturas. Antes se acreditava que essas eram divinamente estabelecidas; não estavam sujeitas, portanto, a mudanças fundamentais”* (HALL, 2001, p. 25).

Tal concepção subentende a noção de uma individualidade relacionada à emergência do deslocamento produzida pelos fluxos globais. No caso de Cabo Verde, a intensificação dos fluxos migratórios está fortemente atrelada a uma estratégia de autonomia econômica em relação à atividade agrícola (SILVA ANDRADE, 1996, p. 205). Mas, as interferências das diásporas no curso da história promoveram consequências profundas nas novas configurações

das sociedades – tornadas cada vez mais complexas e menos homogêneas – sendo possível, contudo, observar a formação de comunidades diaspóricas, que em casos como o de Cabo Verde, se sustentam por fluxos contínuos (principalmente para a Europa e Américas). Essas novas formas de sociabilização são estabelecidas segundo uma noção de “comunidades imaginadas” (ANDERSON, 2008), que pressupõe a existência virtual, por assim dizer, da consciência e do sentimento de pertença a uma nação, contribuindo extensivamente para a concepção de uma formação nacional baseada no hibridismo cultural, de modo a compor um acervo de identificações bastante amplo não só com os aspectos nacionais, como também com outros que são exógenos à nação, mas que quando trazidos a ela por meio da transmutação cultural (como as referências às culturas brasileira, portuguesa e norteamericana que aparecem de forma recorrente) passam a compor novas realidades, produzindo novos sentidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pretensão deste trabalho ficou condicionada a mostrar o potencial literário de Henrique Teixeira de Sousa na moderna literatura caboverdiana a partir da análise de sua trilogia romanesca sobre a ilha do Fogo. Do ponto de vista comparativo, considerando agora a sequência em que os romances foram escritos, *Ilhéu de contenda* (1978) é romance no qual a estética neorrealista está mais evidente, talvez pela abordagem mais direta e flagrante das estruturas decadentes e por ter sido escrito no âmago de seu entusiasmo estético-partidário. Em *Xaguate* (1987), a riqueza de elementos de ficção é aliada à sua necessidade de julgamento histórico, em que pesam harmoniosamente a criação literária e o engajamento político do autor. Por fim, *Na Ribeira de Deus* (1992) demonstra o amadurecimento do estilo do escritor e a sua intimidade na manipulação do gênero romanesco, além de uma temática que se aprofunda no tratamento de elementos que se mostram decisivos na configuração da sociedade caboverdiana, empreendimento que só seria satisfatoriamente concebível segundo uma visão privilegiada (alcançada mediante o distanciamento), capaz de levar em conta o processo histórico ocorrido.

Os espaços de vivência articulados entre “*sobrados, lojas e funcos*” são, nessas obras, representantes de um índice de ordem social, os quais se tornam correspondentes, dentro da estrutura criada pelo autor, do índice de ordem econômica, simbolizado pela conjuntura “*caneta, balança e enxada*”, bem como do índice racial, disposto respectivamente entre “*brancos, mulatos e negros*”, os quais buscam juntos representar um sistema rigidamente estratificado que o autor objetivou explorar de maneira comprometida e engajada propondo, ainda, uma atualização ideológica do devir histórico dessa sociedade que leva em conta uma nova forma de organização e a rescisão progressiva dos padrões fixados com a colonização. Por adotar estratégias de representação que mostram uma visão interna à realidade de cada grupo, os três romances privilegiam a compreensão dessas manobras que reclamam uma participação mais efetiva na oficialidade histórica da ilha.

Por conseguinte, a formalização dos discursos culturais, esquematizada nos romances, provém de uma dimensão histórica situacional, organizada em torno de uma práxis que visa se fixar como arquetípica. A partir do redimensionamento desses discursos frente a uma nova realidade, o autor propõe a atualização das perspectivas culturais que integram o meio social de que trata, em um contexto que envolve o desejo por descolonizar o homem, sua política, sua cultura, sua literatura, enfim sua existência que passa a ser projetada por uma nova

dinâmica ditada pela modernização, a qual se apresenta no contexto do último romance como um fenômeno que possibilita a revisão e o julgamento dos valores do passado.

Apresentam-se nas obras diferentes modelos culturais estabelecidos a partir de relações de identidade e oposição grupais verificáveis, sobretudo, na articulação dos diferentes discursos sociais, os quais, uma vez tornados objetos de apreensão literária, são referenciados por uma ideologia que sugere a desautomatização da posição social ocupada pelo colono branco. Para isso, Teixeira de Sousa se vale da transposição estética da diversidade sociolinguística e sociocultural do caboverdiano para, no dizer de Benjamin Abdala Junior, “*promover a identidade nacional e democrático-popular do país*” (ABDALA JUNIOR, 2007, p. 124).

Dentre os três romances, *Ilhéu de Contenda* (1978) leva a vantagem de ser mais conhecido e ter o reconhecimento que o eleva, no conjunto da obra de Teixeira de Sousa, a uma autêntica expressão da decadência do universo das relações, em que predominavam as grandezas do empreendimento colonial. *Na Ribeira de Deus* (1992) e *Xaguate* (1987) competem em traçar um antes e depois desse momento, e apesar de consistirem em experiências literárias diferentes, não escondem os traços mais essenciais que caracterizam a sua escrita e o seu posicionamento como escritor. O que nos propomos a fazer consistiu em apontar os aspectos composicionais que estabelecem uma espécie de continuidade entre essas três obras e o movimento gradativo assumido pelos seus enredos.

As suas soluções estéticas são voltadas para a representação da desigualdade e da injustiça. Desse modo, Teixeira de Sousa consegue apreender pela ficção e articular ideologicamente os fatores mais prementes da sociedade caboverdiana em sua condição de subdesenvolvimento e dependência econômica externa.

As figurações do espaço no interior das narrativas constituem um aspecto de grande ênfase na construção das obras, percorrendo uma nítida trajetória do rural (que caracteriza *Na Ribeira de Deus*) ao urbano (que predomina em *Xaguate*), manifestando-se quase sempre segundo uma concepção telúrica, o que promove um verdadeiro mergulho pelo interior da ilha. Seus narradores são criaturas extremamente imersas no universo relatado. Eles também atuam como uma personagem que está em cordial coexistência com os destinos narrados. E, portanto, se se comportam como um pequeno deus, esse deus é, sem dúvida, caboverdiano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDALA JR, Benjamin. **A escrita neo-realista**. São Paulo: Ática, 1981.

_____. **De vôos e ilhas: literatura e comunitarismos**. Cotia: Ateliê Editorial, 2003.

_____. **Margens da cultura: mestiçagem, hibridismo & outras misturas**. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. **Literatura, história e política: literaturas de língua portuguesa no século XX**. 2ª Ed. Cotia: Ateliê Editorial, 2007.

ALMADA, José Luís Hopffer. “A *ficção cabo-verdiana pós-claridosa: aspectos fundamentais da sua evolução*.” In: VEIGA, Manuel. (coord.) **Cabo Verde: literatura e insularidade**. Paris: Éditions Karthala, 1998.

ANDERSON, Benedict. **Nação e consciência nacional**. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo, Ed. Ática, 1989.

_____. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo**. 3ª reimpressão. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

ANJOS, José Carlos Gomes dos. **Intelectuais, literatura e poder em Cabo Verde**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2006.

AUERBACH, **Mimesis: a representação da realidade na literatura ocidental**. 4ª Ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.

BAUMAN, Zygmunt. **Tempos Líquidos**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2007.

BAKHTIN, Mikhail. “O romance de educação e sua importância na história do realismo”. In: _____. **Estética da criação verbal**. Trad. Paulo Bezerra. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BENJAMIN, Walter. **Rua de mão única. Obras escolhidas II**. 3ª reimpressão. São Paulo: Editora Brasiliense, 2000.

BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Trad. Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis e Gláucia Renato Gonçalves. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 14ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BOTTOMORE, Tom. (Org.). **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

BRAZ DIAS, Juliana. “A volta do filho próspero: emigrantes cabo-verdianos retornados e seus familiares”. In: TEIXEIRA, Carla Costa. (Org.). **Em Busca da Experiência Mundana e seus Significados: Georg Simmel, Alfred Schutz e a Antropologia**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000, p. 65-95.

BRITO-SEMEDO, Manuel. **A construção da identidade nacional: análise da imprensa entre 1877 e 1975**. Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do livro, 2006.

CANDIDO, Antonio. “Estrutura literária e função histórica.” In:_____. **Literatura e sociedade**. 9ª edição revista pelo autor. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

CATROGA, Fernando. **Nação, mito e rito: religião civil e comemoracionismo (EUA, França, Portugal)**. Fortaleza: Edições NUDOC / Museu do Ceará, 2005.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Literatura e humanismo: ensaios de crítica marxista**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

CRUZ, Inês. “Cabo Verde em tempo de censura: o descaminho do jornalismo e a missão de denúncia da literatura.” In: RIBEIRO, Margarida Calafate; JORGE, Silvio Renato. (orgs.) **Literaturas Insulares: leituras e escritas**. Porto: Afrontamento, 2011.

DA SILVA SIMÕES CALADO, Maria da Glória. **Figurations réalistes dans les récits de Teixeira de Sousa**. Thèse de doctorale. Université Paris – Sorbonne/Paris IV École doctorale IV – civilisations, cultures, littératures et sociétés, 2012.

FERREIRA, Manuel. *A Aventura Crioula*. 2ª Ed. Lisboa: Plátano Editora, 1973.

_____. (Org.). **Revista Claridade**. Ed. Facsimilar. Lisboa: ALAC, 1986.

FRANÇA, Arnaldo. “O nascimento e reconhecimento de uma literatura em prosa.” In: VEIGA, Manuel. (coord.) **Cabo Verde: literatura e insularidade**. Paris: Éditions Karthala, 1998.

GIDDENS, Antony. **As consequências da modernidade**. Trad. Raul Fiker. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1991.

GOMES, Simone Caputo. **Cabo Verde: literatura em chão de cultura**. Cotia: Ateliê Editorial; Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2008.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 5ª Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

HERNANDEZ, Leila Maria Gonçalves Leite. **Os filhos da terra do sol: a formação do Estado-nação em Cabo Verde**. Summus: São Paulo, 2002.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Trad. Bernardo Leitão. 5ª Ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

LUKÁCS, Georg. **A teoria do romance: um ensaio histórico-filosófico sobre as formas da grande épica**. 3ª reimpressão. Tradução, posfácio e notas de José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2007.

LOPES, Baltasar. **Chiquinho**. São Paulo: Ática, 1986.

MARGARIDO, Alfredo. **Estudo sobre literaturas das nações africanas de língua portuguesa**. Lisboa: A regra do jogo, 1980.

MARIANO, Gabriel. “Do Funco Ao Sobre Ou o Mundo Que o Mulato Criou”. In: _____. **Cultura Caboverdiana – Ensaios**, Lisboa: Vega, 1991, pp. 38-63.

MOSER, Gerald. “*Ilhéu de Contenda* by Henrique Teixeira de Sousa”. In: **World Literature Today**, Vol. 53, No. 2 (Spring, 1979), pp. 335-336

_____. “*Xaguate* by Henrique Teixeira de Sousa”. In: **World Literature Today**, Vol. 63, No. 4, p. 725. Edouard Glissant Issue (Autumn, 1989).

_____. “*Na Ribeira de Deus* by (Henrique) Teixeira de Sousa”. In: **World Literature Today**, Vol. 68, No. 1, p. 187. (Winter, 1994).

POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15. <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewFile/2278/1417> (acesso em 03/06/2013).

_____. “Memória e identidade social”. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212. <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941/1080> (acesso em 03/06/2013).

RANGER, Terence. “*A invenção da tradição na África Colonial*.” In: HOBBSAWN, Eric; RANGER, Terence. (Orgs.). **A invenção das tradições**. Trad. Calina Cardim Cavalcante. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

REIS, Carlos. **O discurso ideológico do neo-realismo português**. Coimbra: Almedina, 1983.

RIBEIRO, Margarida Calafate; JORGE, Silvio Renato (orgs.). **Literaturas insulares: leituras e escritas de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe**. Edições Afrontamento: Porto, 2011.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Trad. Alain François. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

SAID, Eduard. **Reflexões sobre o exílio e outros ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SALINAS PORTUGAL, Francisco. **Rosto Negro: o contexto das literaturas africanas**. Edicións Laiovento: Santiago de Compostela, 1994.

SILVA ANDRADE, Elisa. **As ilhas de Cabo Verde da “descoberta” à independência nacional (1460-1975)**. Trad. Amélia Sanches Araújo e revisão pela autora. Paris: Éditions L’Harmattan, 1996.

SOUSA, Henrique Teixeira de. **Ilhéu de contenda**. Publicações Europa-América: Mem Martins, 1978.

_____. **Xaguate**. Publicações Europa-América: Mem Martins, 1987.

_____. **Na Ribeira de Deus**. Publicações Europa-América: Mem Martins, 1992.

VEIGA, Manuel (Coord.). **Cabo Verde: Insularidade e Literatura**. Paris: Éditions Karthala, 1998.

Anexos

Anexo

I

Depoimento de Joaquim Saial sobre Henrique Teixeira de Sousa

enviado em

02 de fevereiro de 2013

Cara Bruna,

A história acerca da minha relação com o escritor Teixeira de Sousa é longa e ao mesmo tempo curta e nalguns casos dolorosa... Vamos por partes, começando do princípio e o mais sinteticamente possível...

Eu sou português, nascido em Vila Viçosa, Alentejo. O meu pai era sargento da Armada e em 1962, depois de fazer parte da guarnição de diversos navios de guerra, foi colocado em terra, na ilha de São Vicente, cidade do Mindelo, Cabo Verde (na Capitania dos Portos, como patrão-mor) que então era colónia de Portugal tal como o Brasil fora outrora. Antes, morávamos onde hoje resido de novo, na Cova da Piedade, concelho de Almada, na margem sul do Tejo, a poucos minutos de Lisboa. Eu tinha 9 anos e frequentei ali o último ano da instrução primária e logo a seguir (1963) passei ao Liceu Gil Eanes. Foi neste liceu que se formou a nata da intelectualidade cabo-verdiana, sendo alguns dos seus alunos mais ilustres (entre muitos outros) o escritor Baltasar Lopes da Silva, o próprio Henrique Teixeira de Sousa, o poeta Jorge Barbosa e o pai da independência, Amílcar Cabral.

Logo nesse primeiro ano fui colega de um dos filhos do Teixeira de Sousa, Aníbal, de quem fiquei amigo até hoje (é medico pediatra em Torres Novas, Portugal). O pai, na altura, para além de exercer a medicina na ilha era o Presidente da Câmara Municipal de São Vicente (a ilha ainda hoje só tem um município). Já havia então, para além desse filho, outro um pouco mais velho (José) e uma filha ainda mais velha que nessa altura teria uns 17 ou 18 anos. Mas entretanto surgiu uma quarta criança que nasceu bem mas poucos dias depois a esposa do escritor faleceu de uma complicação pós-parto. Estive no velório, para dar uma força ao meu amigo mas não fui ao funeral. Foi dia de tristeza para toda a ilha, porque a senhora era ainda bastante nova e muito bonita, para além de ser esposa de uma pessoa que toda a gente estimava também. Nesses anos, apesar de amigo do filho, nunca falei com o escritor (eu era uma criança) mas vi-o imensas vezes.

Entretanto, a comissão do meu pai terminou e com muita tristeza tivemos de regressar a Portugal, onde a vida prosseguiu. O contacto com os amigos da ilha perdeu-se, mas a memória desses tempos maravilhosos ficou. Um dia, algures por 1997 ou 1998, decidi escrever um romance sobre essa época que se veio a chamar “Capitania – Romance de São Vicente de Cabo Verde”. Quando já tinha cerca de 100 páginas, decidi regressar a São Vicente, para fazer alguma pesquisa e refrescar memórias. Reencontrei muitos dos amigos, mas não o Aníbal nem ninguém da sua família porque todos já viviam em Portugal. O Aníbal e os irmãos já tinham vindo estudar para Portugal e o pai agüentou-se até à independência mas depois como passou a haver um governo anti-democrático de partido único veio residir no concelho de Oeiras, pegado a Lisboa. O Teixeira de Sousa e outros tinham preferido uma autonomia alargada mas com ligações fortes a Portugal, em vez de independência (mais ou menos como são hoje Madeira e Açores para Portugal ou as Canárias para a Espanha). Esse foi o motivo essencial da vinda dele para cá e não outro.

A esse respeito, seria muito útil leres o livro dele “Entre Duas Bandeiras”. Em 1992 o país democratizou-se, dando lugar ao multipartidarismo mas já era tarde para ele abdicar da família que aqui constituiu, tendo casado novamente e tendo tido mais dois filhos, acho que gémeos. Entretanto, ao retomar o contacto com Cabo Verde passei a escrever para vários jornais de lá e neste momento estou a organizar um livro com as cerca de oito dezenas de textos já produzidos e mais alguns que entretanto escreverei. O próximo trata mesmo da relação próxima entre Cabo Verde e o Brasil. Depois to enviarei.

Voltei a ver o Teixeira de Sousa em 12 de Novembro de 2005 em Algés, durante um almoço de homenagem que lhe foi prestada no Restaurante “Caravela d’ouro” pela Associação dos Antigos Alunos do Ensino Secundário de Cabo Verde (associação de cabo-verdianos que foram alunos do Liceu Gil Eanes ou da Escola Técnica do Mindelo, sediada em Lisboa, onde há uma forte comunidade de naturais de Cabo Verde).

Voltei a encontrá-lo cerca de um mês depois, em 14 de dezembro, em Lisboa, no restaurante cabo-verdiano “Casa da Morna”, onde lançou seu último livro “Ó Mar de Túrbidas Vagas”. No dia 3 de Março de 2006, era atropelado quando atravessava uma passadeira de peões em Algés e morreu estupidamente. O sujeito nem tinha carta de condução... Após cumpridas as formalidades legais, foi velado no dia 8 de Março e cremado a 9 no Cemitério dos Olivais (Lisboa). A presidente da tal associação pediu-me para eu fazer a oração fúnebre e foi assim que eu que tinha estado no velório da primeira esposa acabei por dizer algumas palavras perante a família e amigos nesse triste dia enquanto os seus restos mortais se transformavam em cinza. As cinzas foram depois para o cemitério da ilha do Fogo

de onde ele era natural e hoje está lá um pequeno monumento que as contém e marca a memória dele.

Um abraço transatlântico,

Joaquim Saial

Anexo

II

Texto de Joaquim Saial publicado no jornal “Terra Nova”, de Cabo Verde, sobre João Lúcio de Sousa, pai de Henrique Teixeira de Sousa.



CURIOSOS ASPECTOS DA AVENTUROSA VIDA DO CAPITÃO DE VELEIROS "JOHN" DE SOUSA

Em notícia bombástica de primeira página, o *Diário de Notícias* de New Bedford de 18 de Janeiro de 1929 referia que fora apreendida na Geórgia a escuna *FannieBelleAtwood* e que o seu capitão, João L. Sousa³⁰ fora preso, "acusado de passar ilegalmente para os Estados Unidos centenas de estrangeiros". Denominado como "chefe de uma das maiores companhias de contrabandistas estrangeiros no Sul" e procurado desde 1925, o capitão John (como também era conhecido) fora capturado na cidade costeira de Brunswick por um esquadrão de *marshalls*. Imediatamente conduzido a Boston, ali iria responder a um processo que lhe fora posto dois anos antes. Portugueses (decerto na maioria cabo-verdianos) mas também espanhóis, pagando entre 400 e 1000 dólares cada um, eram os passageiros que durante anos introduzira clandestinamente nos States. O capitão, que transferira a sua actividade de New Bedford para a zona costeira da Georgia cerca de 1925, era naturalizado

³⁰ Tratava-se do capitão João Lúcio de Sousa (1892-1958), pai do notável e malogrado médico e escritor cabo-verdiano Henrique Teixeira de Sousa (1919-2006), longo colaborador deste jornal. Descendente de pescadores baleeiros madeirenses, era natural da ilha Brava. Casou em 1918 com a fogueense Laura Martins Teixeira e fixou-se em São Filipe, ilha do Fogo, onde ainda existe o sobrado por ele mandado fazer. Teve outro filho, Orlando (1921 - ...), ainda vivo em 2013 e a residir no Bombarral, Portugal. O capitão John faleceu respeitado, em São Vicente. Estas valiosas informações foram-nos prestadas pelo neto, o médico nosso amigo e colega de Liceu Gil Eanes Aníbal Orlando "Landim" Teixeira de Sousa.

americano desde Junho de 1926. Fora detentor da escuna *William A. Graber* que vendeu para depois adquirir a *FannieBelleAtwood*³¹ com a qual fez várias viagens entre Cabo Verde e a Flórida. João de Sousa comandara também a *Georgette* que naufragou algures na América do Sul, em desastre no qual se salvaram todos os tripulantes mas foram perdidos os bens que o barco transportava.

No dia seguinte, o mesmo jornal titulava o desenvolvimento da notícia com um enigmático texto: "O capitão Sousa está secretamente acusado em Boston – Vem da Georgia, onde foi preso, para aquela cidade, onde responderá, crê-se que por passar passageiros ilegalmente neste porto". O esquema encontrado para o negócio, segundo as autoridades de imigração de Jacksonville, era o seguinte: o capitão tinha duas tripulações, uma composta de verdadeiros marinheiros e outra de estrangeiros portadores de documentos de navegação falsos que chegavam escondidos em carregamentos de sal³². Quando a escuna entrava no porto, estes passavam por marinheiros e indo para terra nunca mais regressavam. Na altura em que o navio se preparava para zarpar, as autoridades de imigração encontravam intacta a tripulação³³.

Na manhã de 28 de Janeiro, João de Sousa está no Tribunal Federal, perante o juiz James A. Lowell³⁴. Mas alega inocência e sai sob fiança de 2500 dólares. Curiosa e estranhamente, a acusação referia-se apenas a *um* clandestino, Manuel Mendes, havia 18 meses residente em Hartford, Conn., também ele sujeito a fiança do mesmo montante e que se esperava viesse a depor como testemunha principal no dia do julgamento. O capitão John acaba por se dar por culpado da entrada ilegal do Mendes nos EUA e é sentenciado ao pagamento de uma multa de 1000 dólares e a prisão durante quatro meses em New Bedford³⁵.

Em finais de Outubro de 1933, a escuna *Corona* estava amarrada ao cais do Gás, em New Bedford, a receber carga com destino a Cabo Verde³⁶. Chegaria a São Vicente a 17 de Dezembro, após 28 dias de viagem, mais oito que o previsto, devido ao tempo desfavorável³⁷.

³¹ Que pertencera a Ernest A. Montrond, de New Bedford e fora barco de pesca em Gloucester, Mass.

³² Há conhecimento da importação de sal de Cabo Verde para os Estados Unidos da América, para aplicar nas ruas e sobretudo nos carris dos eléctricos, em altura de nevões.

³³ DN, 19.01.1929, p. 1.

³⁴ DN, 29.01.1929, p. 2. É dado como morador no 79 de Grinnell St., New Bedford.

³⁵ DN, 28.02.1929, p. 1.

³⁶ DN, 31.10.1933, p. 2.

³⁷ DN, 23.01.1934, p. 2.

Inclusive, três tanques de água assentes no convés, destinados ao consumo da tripulação e passageiros haviam sido levados pelas ondas. A *Corona*, que fora construída em Bristol, R.I.³⁸, como "navio de corridas", estava agora na carreira de Cabo Verde sob comando do nosso capitão, seu proprietário – o qual esperava voltar aos Estado Unidos da América na Primavera seguinte, com passageiros e carga. Assim aconteceu, de facto. Desta feita, porém, a viagem foi mais longa e durou 32 dias, desde a Brava. Trazia 25 passageiros e carga diversa. Chegado a New Bedford a 2 de Junho de 1934³⁹, esperava fundeado a 5 a visita das autoridades de saúde e da alfândega, antes de atracar ao cais.

Em 1935, o navio era dirigido pelo capitão Rui B. Carvalho⁴⁰. Chegou de novo a New Bedford, a 15 de Junho, numa das suas mais demoradas viagens, após 54 dias de bom tempo e muita calma. Trazia carga diversa e oito passageiros, para além de 21 tripulantes. Dias depois de largar de Cabo Verde, o capitão Carvalho adoeceu gravemente e logo que chegou deu entrada no St. Luke's Hospital, em perigo de vida. Ali faleceria a 27 de Junho, aos 44 anos⁴¹. A bordo vinha um passageiro distinto, o professor primário, poeta, jornalista e activista da africanidade Pedro Cardoso, mais conhecido por "Afro"⁴². Cardoso ia aos Estados Unidos com o objectivo de recolher entre os seus patrícios das colónias cabo-verdianas da América dinheiro para ajudar a população das ilhas, mais uma vez a passar fome⁴³. A triste sina de sempre...

Em Setembro, a *Corona*, então atracada no cais Merrills, preparava nova partida para Cabo Verde, com carga e 25 passageiros⁴⁴. Era agora comandada pelo capitão João Silva e levava como imediato o seu proprietário, João de Sousa⁴⁵. Mas em Outubro de 1938, este era de novo o comandante. Na altura amarrada ao cais Philadelphia & Reading, a *Corona* estava a

³⁸ DN, 18.08.1938, p. 7.

³⁹ DN, 05.06.1934, p. 5.

⁴⁰ DN, 16.07.1935, p. 2.

⁴¹ DN, 27.09.1935, p. 8.

⁴² Pedro Monteiro Cardoso (Fogo, 1890 – Praia, 1942).

⁴³ Uma das acções resultantes desta visita de Pedro Monteiro Cardoso foi a soirée dançante que se realizou a 14 de Setembro na Aliança Liberal Portuguesa, na Delano St., 4, onde ele descreveu os horrores da fome que estava a lavar no arquipélago (ver DN, 13.09.1935, p. 2).

⁴⁴ DN, 19.09.1935, p. 2.

⁴⁵ DN, 15.10.1935, p. 2.

carregar para partir antes do fim do mês, para a Brava. Levaria oito passageiros⁴⁶. Contudo, parece que para além de 15 tripulantes transportava apenas dois passageiros, Ana Gomes, de 70 anos, e Teófilo da Silva Neves, de idêntica idade, que queriam acabar os seus dias na terra onde tinham nascido...⁴⁷ O barco chegou a São Vicente, a 14 de Dezembro, sem incidentes, após 37 dias de viagem⁴⁸.

Segundo o DN, em 1939, a *Corona* era à época o único navio da carreira de Cabo Verde⁴⁹. Previam-se que chegasse, vinda da Brava a 20 de Julho, 35 dias depois, número aproximado que em geral levava no trajecto⁵⁰. Afinal, dessa vez foram 45 os gastos. A notícia do DN é um pouco mais desenvolvida que habitualmente e mostra algumas facetas das chegadas de navios a New Bedford⁵¹. Assim que a escuna carregada com feijão e tabaco ancorou no porto, dirigiram-se para bordo o funcionário da Alfândega Dave J. Allen, o Dr. Edmond F. Cody, dos Serviços de Saúde Pública, o inspector dos Serviços de Imigração Charles F. Quinlan e uma tradutora, aparentemente de origem lusitana, Lucy Dias. Quanto aos 15 tripulantes, dizia-se que nove eram portugueses e os restantes naturalizados cidadãos americanos eventualmente de origem portuguesa. Comandada ainda pelo capitão-proprietário João Sousa, largaria no Outono seguinte com passageiros que iriam passar o Inverno a Cabo Verde, ficando durante essa estação a fazer cabotagem entre Cabo Verde e a costa de África. A 18 de Setembro de 1940, em plena II Guerra Mundial, a *Corona* chegou de Cabo Verde após longa viagem de 47 dias, com 15 tripulantes e outros tantos passageiros⁵², sem avistar submarinos ou demais vasos militares alemães. Trazia também arroz, milho picado, feijão, tabaco e algumas latas de xarope de cana-de-açúcar. O capitão Sousa, questionado pela imprensa sobre a situação económica em Cabo Verde referia que os preços dos artigos estavam altos devido às contingências provocadas pelos efeitos da guerra. O barco entrou na

⁴⁶ DN, 27.10.1938, p. 8.

⁴⁷ DN, 09.11.1939, p. 2.

⁴⁸ DN, 15.12.1938, p. 3.

⁴⁹ DN, 05.07.1939, p. 2.

⁵⁰ DN, 01.08.1939, p. 2.

⁵¹ DN, 19.09.1939, p. 2.

⁵² DN, 20.09.1940, p. 2.

doca seca para ser limpo e reparado, tendo em vista a sua partida em Outubro ou Novembro. Com efeito, em meados de Novembro estava pronta para voltar às ilhas⁵³.

Mais não sabemos da *Corona*. Relativamente ao capitão, ao invés de o considerarmos mero "contrabandista de estrangeiros" (como o classificava o DN de 18 de Janeiro de 1929), podemos sem grandes pruridos inclui-lo no vasto grupo de comandantes donos de navios da carreira de Cabo Verde que, emporagando com o negócio mas arrostando contra inúmeros perigos no mar e em terra, possibilitaram a saída e salvação de muita gente de um malfadado arquipélago onde nestetempo a fome, a miséria e a morte faziam teimosa parte do quotidiano⁵⁴. De qualquer modo, se infracções praticou às rigorosas leis da imigração americana, não foram elas significativas a ponto de o impedirem de continuar nos Estados Unidos (e no Atlântico) a profissão que lhe granjeou a aura de um dos de maior sucesso na sua actividade. Para além disso, abstraindo o amor filial do escritor Teixeira de Sousa, há que fazer fé na dedicatória que este apôs ao seu livro de contos "Contra Mar e Vento": "À memória do capitão John, meu Pai – capitão que foi de veleiro e sabia protestar contra mar e vento e contra quem de direito for e pertencer possa"...

NOTA: Aos leitores do "Terra Nova" se pede desculpa pelo facto de na anterior crónica, devido a aborrecidos problemas técnicos, a palavra cabo-verdiano (ou variantes da mesma) ter surgido sempre sem hífen (caboverdiano).

Joaquim Saial – mindelosempre@gmail.com

⁵³ DN, 16.11.1940, p. 2.

⁵⁴ DN, 25.09.1926, p. 1. Joaquim Duarte, comandante da *Lina* ou Elizeu Neves, também capitão da *FannieBelleAtwood*, entre muitos outros. Estes, por motivos semelhantes aos do capitão John, foram sentenciados cada um a um ano de cadeia e ao pagamento de 1000 dólares.

Anexo**III**

Homenagem escrita por Joaquim Saial ao escritor Henrique Teixeira de Sousa.

CABO VERDE DI MEU

Joaquim Saial

**HOMENAGEM DA ASSOCIAÇÃO DOS ANTIGOS ALUNOS DO
ENSINO SECUNDÁRIO DE CABO VERDE (LISBOA) AO
MÉDICO E ESCRITOR TEIXEIRA DE SOUSA**

A minha memória mais antiga de Teixeira de Sousa é de cerca de 1963 ou 64. Cruzava eu a Pracinha da Igreja com o meu pai, a caminho da loja do Benvindo, quando ele apontou aquele homem circunspecto, esguio e elegante, de camisa branca, que ia a entrar para o edifício dos Paços do Concelho de São Vicente. «É o Presidente da Câmara Municipal. Está a fazer um bom serviço como autarca e ainda por cima é médico de categoria. Parece que toda a gente o estima. Se algum dia lhe passares ao pé, cumprimentas com um “Bom dia (ou boa tarde), senhor Presidente!”» Refira-se, em abono da verdade, que nunca cumprimentei o doutor, porque nunca passei suficientemente perto dele naqueles meus inesquecíveis anos de Mindelo. Nem sequer no dia em que uma tragédia familiar se abateu sobre a sua família e fui dar um abraço ao filho, o Landim, colega de turma e brincadeiras no Liceu Gil Eanes. O Dr. Teixeira de Sousa estava noutra divisão da casa, onde os amigos lhe ofereciam apoio e nem sequer o vislumbrei.

Reencontrei-o mais de três décadas depois, em Maio ou Junho de 1998, quando adquiri a 3.^a edição do seu primeiro livro, «Contra Mar e Vento». Era a colectânea de contos dedicada ao pai, o capitão John, marinheiro de longo curso que cruzou o Atlântico levando

cabo-verdianos na rota da emigração e muito grogue de contrabando para gargantas ianques, em tempo de lei seca. Foi essa publicação de bolso da “Europa-América” que me fez descobrir o escritor, o qual aprendi a estimar. De livro em livro, em poucos anos, fiquei a conhecer toda a sua obra. Com algum esforço, diga-se, porque a editora pouco ou nada fez para o tornar conhecido. Publicava-lhe os livros mas depois deixava-os morrer. Das estantes das livrarias só consegui obter o citado livro e o romance “Xaguate”. Portanto, apanhar-lhe os trabalhos foi coisa dura e de encomenda de espera de meses. Inevitável agradecimento tenho de prestar à proprietária da Livraria Escriba, na Cova da Piedade, que mos foi obtendo, um a um, à custa de inúmeros telefonemas para Mem Martins. Por exemplo, a saga para apanhar o “Entre Duas Bandeiras” só é comparável à de uma travessia do Mar de Canal em dia de vaga picada ou de uma subida ao Tope de Coroa. Havia, depois não havia, logo a seguir havia outra vez, por favor envie lá o livro, então nunca mais, para a semana que vem sim, depois não... Até que ele lá subiu das profundezas do armazém para a minha estante, após duas agradabilíssimas e reconfortantes leituras, uma em cima da outra. Isto, para não falar de “Ilhéu de Contenda” que demorou quase três meses a chegar às minhas mãos e sobretudo aos meus olhos... O romance que aí vem, “Oh Mar de Túrbidas Vagas”, já lançado em Cabo Verde pela Ilhéu Editora, e que em Portugal finalmente se apresentará sobre outra chancela, não deverá dar tais problemas.

Estou a escrever este “Cabo Verde di meu” a 12 de Novembro, dia em que finalmente cumprimentei Teixeira de Sousa. Não com um “boa tarde”, como me recomendara o meu pai, mas com forte e comovido abraço. É que Teixeira de Sousa foi hoje homenageado pela Associação dos Antigos Alunos do Ensino Secundário de Cabo Verde, no restaurante Caravela d’Ouro, em Algés. Não é a altura para fazer uma resenha laudatória da organização à qual me orgulho de pertencer, bastando talvez um “Muito bem!” ou um “Bravo!” em relação à iniciativa que a sua presidente, Dr.^a Nominanda Fonseca, encabeçou e levou a cabo. E em

boa hora, porque este escritor das ilhas, um dos quatro que pessoalmente mais admiro (Baltasar Lopes da Silva, o “pai” da literatura cabo-verdiana, António Aurélio Gonçalves, o “continuador”, e Germano Almeida, o “renovador” são os outros), há mais que séculos merecia o que lhe tem vindo a acontecer nos últimos tempos, como a atribuição do título de “Cidadão Honorário do Mindelo” e a de nome na Escola Secundária de S. Filipe, no Fogo. É claro que mais vale tarde que nunca e então com o homenageado vivo e de excelente saúde, nem se fala...

Frente a um bacalhau e a um cabrito de estalo, mais de cem convivas (alguns vindos de longe, como de Tomar e do Porto, que me lembre) rodearam com o seu carinho e amizade o autor de “Djunga”, em ambiente de grande cordialidade, como acontece em geral com as iniciativas da AAAESCV. A prédica da Associação ficou por conta de Viriato Barros, docente universitário, diplomata, jornalista e também escritor, autor de dois estimáveis romances, o mais recente dos quais (“Para lá de Alcatraz”) será em breve objecto de texto neste local. Com as suas curtas mas concisas palavras, traçando a biografia essencial e contando alguns episódios da vida do escritor, Viriato preparou de modo adequado o previsto discurso de Teixeira de Sousa. Discurso que se submeteu, como este avançou logo no início, ao “Tema da Velhice”. Aqui, alguns ouvintes devem ter ficado assustados, pensando que o ilustre médico iria falar sobre gerontologia ou coisa parecida, tema deslocado naquela situação. Claro que estavam enganados. É que a “velhice” deste discurso consubstanciou-se desde logo na “juventude” de um homem que soube estar ao longo da sua vida “à la page”, não só perante si próprio, como sobretudo frente aos seus semelhantes, como médico e como escritor.

E foi dizendo que se o seu distinto mestre Pulido Valente voltasse à vida e se sujeitasse a um exame perante si, decerto o reprovava, devido aos progressos da Medicina que foi acompanhando ao longo de 60 (!!!) anos de prática médica. Medicina que continua a seguir, lendo revistas da especialidade e relatórios de alta dos doentes que envia para os

hospitais. “Estou de acordo com o Dr. Mário Soares, quando diz que não devemos querer morrer antes da hora”, “A utopia também é necessária”, “Sou um homem dividido entre a Medicina e a Literatura”, foram algumas das frases que retive da saborosa fala de Teixeira de Sousa. Que ainda deixou escapar um desabafo que pôs a rir os circunstantes: “O Teixeira de Sousa médico anda cheio de ciúmes do Teixeira de Sousa escritor”. E algumas confidências, como aquela de ter iniciado “Ilhéu de Contenda” numa noite de serviço na Ribeira Brava, à luz de um candeeiro a petróleo ou a de quando se tornou Presidente da Câmara Municipal de São Vicente ter dito ao Governador que só assumiria o cargo se este o deixasse exercer a sua tão estimada clínica.

Quando proferiu a última frase, “Quis explicar aos ‘jovens’ presentes o que entendo por envelhecer com dignidade, na dupla condição de médico e contador de histórias”, apeteceu-me ir ao pé dele e dizer-lhe o tal “boa tarde, senhor Presidente”. Decerto que ficaria admirado com semelhante cumprimento e ainda bem que não fiz tal coisa. Pouco tempo depois já ele rodopiava com a Nominanda num bailarico que talvez neste momento em que escrevo ainda esteja a decorrer. Despedi-me de alguns amigos, entre os quais o Adriano Miranda Lima, de quem fora lido momentos antes um sentido poema memorialístico, e preparei-me para sair. Ainda alguém me perguntou porque não ficava mais um pouco e porque não dava um pé de dança. Mas é que eu, para além de ser pé-de-chumbo, precisava urgentemente de vir para casa escrever estas palavras...

Publicado no jornal electrónico "Liberal" (já desaparecido) em "12.11.2005